



Universidade Estadual do Ceará

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPGPq
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA - MAG**

ANNA EMÍLIA MACIEL BARBOSA

**QUESTÃO DA HABITAÇÃO: TERRITÓRIOS,
PODER E SUJEITOS SOCIAIS NO CONJUNTO
VILA VELHA, FORTALEZA, CEARÁ**

**FORTALEZA – CE
2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CCT
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA - MAG**

ANNA EMÍLIA MACIEL BARBOSA

**QUESTÃO DA HABITAÇÃO: TERRITÓRIOS, PODER E
SUJEITOS SOCIAIS NO CONJUNTO VILA VELHA,
FORTALEZA, CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG da Universidade Estadual do Ceará - UECE, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.
Área de concentração: Geografia Urbana

Orientador: Prof. Dr. José Meneleu Neto

FORTALEZA-CE
2009

B238q Barbosa, Anna Emília Maciel
 Questão da habitação: territórios, poder e sujeitos
 sociais no Conjunto Vila Velha, Fortaleza, Ceará / Anna
 Emília Maciel Barbosa.____ Fortaleza, 2009.
 183p. ; il.
 Orientador: Prof. Dr. José Meneleu Neto.
 Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) –
 Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e
 Tecnologia.
 1. Moradia. 2. Território. 3. Poder. I. Universidade
 Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

CDD: 341.1221

QUESTÃO DA HABITAÇÃO: TERRITÓRIOS, PODER E SUJEITOS SOCIAIS NO CONJUNTO VILA VELHA, FORTALEZA, CEARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG da Universidade Estadual do Ceará - UECE, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.
Área de concentração: Geografia Urbana

Aprovado em: 26/08/2009

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Meneleu Neto
Universidade Estadual do Ceará - UECE
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Adelita Neto Carleial
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr^a. Zenilde Baima Amora
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Dedico este estudo:

A todos os que me apoiaram em tudo que fiz, principalmente em meus estudos, e que foram fundamentais para a conclusão deste trabalho e para minha formação individual.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir realizar um sonho que há muito venho buscando e por sempre se colocar à frente de tudo o que faço, abençoando meus estudos, amizades, família e tudo de mais importante em minha vida.

Aos meus pais, Lúcia e Eymard, que, com seu esforço, fizeram com que eu me tornasse o que sou hoje e que me apoiaram em minha escolha profissional, apesar da mesa eternamente bagunçada.

À minha irmã e colega de Geografia, Luciana, que participou de toda a minha trajetória, discutindo e criticando teorias, ajudando-me nos momentos de dúvida e de trabalho e prestando-me momentos de descontração e de alegria.

Ao Brunno que, apesar da ausência no convívio diário, continuou ao meu lado, proporcionando momentos alegres e importantes, que ajudaram nos períodos mais difíceis e exaustivos do meu percurso profissional, incentivando-me a seguir com meus sonhos.

A todos os meus parentes (tios, avós e primos) por prestarem seu apoio na minha caminhada profissional e que possuem relevância particular em minha vida, em especial à tia Liana e ao tio Holanda, que me estimularam durante o percurso acadêmico.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Meneleu Neto, que acreditou em mim, orientando-me desde a graduação e recebendo-me no mestrado, com a mesma confiança, ensinando-me, sempre, a importância da pesquisa e dos estudos em nossa vida. Exemplo de professor, pesquisador, profissional e amigo.

À Prof^a. Dr^a. Ana Maria Matos Araújo, professora e amiga, que muito me ajudou para o desenvolvimento da pesquisa, realizando discussões, tirando dúvidas e ensinando-me a importância da paixão por tudo aquilo que se faz.

À Prof^a. Dr^a. Adelita Neto Carleial que me recebeu de braços abertos no Laboratório de Estudos da População (LEPOP), proporcionando momentos alegres e de muita dedicação aos estudos, e pela colaboração que vem dando a esta pesquisa.

À Prof. Dr^a. Zenilde Baima Amora por suas contribuições ao trabalho, melhorando-o ainda mais.

À Prof. Dr^a. Maria Encarnação Sposito que trouxe contribuições e incentivou-me a investigação durante a avaliação de Qualificação.

À Universidade Estadual do Ceará (UECE), por ter me mostrado, desde a graduação, um universo maior de consciência social e científica.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pelo seu incentivo à pesquisa no Ceará e pelo seu apoio financeiro, que foi de fundamental importância ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao LEPOP e seus componentes (Professoras: Adelita e Ana; Colegas: Danyelle e Lídia; e bolsistas: Kauê, Evelize, Janaína, Gleison e Henrique) pelo acompanhamento desta pesquisa, discussão de textos, trabalhos de campo e promoção de eventos que muito me fizeram crescer enquanto pesquisadora e que também trouxeram muitos momentos de felicidade.

À turma 2007.1 do MAG: André, Camila, Cleuton, Danielly, Diego, Elisabeth, Fábio, Keanne, Luiz Antônio, Marisa, Paulo Valdenor, Paulo Massey e Rosilene, pela troca de experiências e pela amizade construída.

Ao Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG) e aos professores José Meneleu Neto, Daniel Rodriguez, Raimundo Elmo, Luzia Neide Coriolano, Marcos Nogueira, Luiz Cruz Lima e Zenilde Amora meus agradecimentos pelo encorajamento, conselhos e orientações aos alunos.

Aos amigos da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Município – SEPLA, Carlinhos, Marcelo, Genário, Aline, Cleide, Sávio, Hélio, Andréa e toda a equipe que muito me ajudaram e acompanharam parte do processo de produção deste trabalho.

Aos meus grandes amigos, Marisa, Camila e Tadeu, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Pessoas especiais que, com paciência, alegria, choros e amor, foram meus grandes incentivadores e possuidores de um lugar reservado em meu coração. Amo vocês, meu amigos, e sei que esta amizade se eternizará.

Finalmente aos não menos importantes, amigos que me acompanham e por quais tenho grande amizade: Gerardo, Edna, Juscelino, Cíntia, Germano, Glacianne, Andressa, Albert, Querubina, Minarete e “Jonny”.

E a todos que, direta ou indiretamente, vieram contribuir com esse trabalho, em especial aos líderes comunitários e residentes do bairro Vila Velha, e a todos os amigos que cativei e aprendi a admirar.

“o homem ao mesmo tempo é [...] um ser dialético, capaz, todavia, de uma revolta que também é escolha consciente, gerada pela insubmissão aos ditames de um senso comum manipulado. Assim nascem as personalidades fortes, os homens liberados [...]”

Milton Santos, 2007

RESUMO

O processo de produção de territórios na cidade é impulsionado por uma série de motivos, dentre eles, a disputa pela terra urbana. A busca pela moradia funciona como motor, ou, às vezes, como plano de fundo, para que indivíduos (ou grupos destes) criem seus próprios territórios, sejam eles políticos, econômicos ou culturais. No Conjunto Habitacional Vila Velha os territórios foram constituídos, a priori, a partir da luta pela moradia urbana, sendo mediados pela ação do Poder Público. A presente pesquisa pretendeu analisar o processo conflituoso de formação e apropriação de territórios no Conjunto Habitacional Vila Velha que se formaram a partir de soluções públicas e populares para resolver o problema da moradia no local, compreendendo, assim, a dinâmica habitacional no processo de produção espacial. O Estado, por meio de políticas públicas, tentou (e ainda tenta) de algum modo minimizar o problema da habitação. Sua ação não ocorre isoladamente, pois atua em parceria com organizações populares, seguindo, entretanto, a lógica do capital. Têm-se então três agentes produtores do espaço que, agindo em conjunto e/ou em separado, promovem a dinâmica sócio-espacial do conjunto habitacional. O Estado e as organizações populares vêm sendo capturados pela lógica capitalista de mercantilização da terra urbana, fator que gera contradições entre suas ações. Esta foi a realidade percebida no Conjunto Habitacional Vila Velha, exemplo de conquista popular, ação estatal e jogos de poder. O conjunto habitacional caracteriza-se pelo espaço fragmentado em territórios, que estão relacionados à questão habitacional e ao atendimento àqueles que não possuem acesso à moradia digna. O jogo de poder existente no conjunto habitacional é proveniente dos conflitos que sustentam a manutenção dos territórios, amparando a continuidade da miséria da população manipulada por estes agentes.

Palavras-chave: moradia, território, poder

ABSTRACT

The production of territories in the city is stimulated for many reasons, like the competition for the urban land. The search for housing functions as motor, or sometimes as plan of deep, to peoples, or groups, create yourself territories, that can present nature politician, economic or cultural. In the Vila Velha Housing Development the territories had been constituted, initially from the competition for the urban housing, being mediated for the action of the State. The present research intended to analyze the conflited process of formation and appropriation of territories in the Vila Velha Housing Development, since this territories are result from “solutions” for the problem of the popular housing in the local, understanding, thus, the habitacional dynamics in the process of spatial production. The State, through public politics, tried, and still it tries, to minimize the problem of the habitation. Its action does not occur separately, therefore it acts, also, connected with popular organizations, as well as, with the capital. Therefore, there are three producing agents of the space who acting in set and/or separately, promoting the social-spatial dynamics in the metropolis. The State and popular organizations are being captured for the capitalist logic of mercantilization of the urban land, factor that generates contradictions between its action. This reality was perceived in the Vila Velha Housing Development, example of popular conquest, State action and games of power. The Housing Development is characterized for the space broken up in territories, that are related to the habitacional question and the attendance to that they do not possess access the worthy housing. The game of power existing in the housing development is proceeding from the conflicts that support the maintenance of the territories, supporting the continuity of the misery of the population manipulated for these agents.

Key words: housing, territory, power

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xiii
LISTA DE GRÁFICOS	xv
LISTA DE MAPAS	xv
LISTA DE TABELAS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xvi
 INTRODUÇÃO	 18
 1. HABITAÇÃO EM FORTALEZA: O CONJUNTO VILA VELHA COMO EXPRESSÃO DA CONTRADIÇÃO URBANA	 26
1.1 A população segregada na periferia	27
1.1.1. O habitar na cidade	34
1.1.2. Favela: solução precária da questão habitacional	37
1.2. A habitação em Fortaleza: história e ações	42
1.2.1. O início das grandes intervenções estatais na habitação	46
1.2.2. O período democrático e a influências dos agentes internacionais na habitação	52
1.3. Vila Velha: espaço de contradições	58
1.3.1. O conjunto habitacional Vila Velha: história e momentos atuais	60
1.3.2. A habitação no bairro Vila Velha	65
1.3.3. A habitação no Conjunto Vila Velha	67
1.3.4. O meio ambiente urbano no conjunto Vila Velha	73
1.4. Algumas considerações	76
 2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR SEUS DIFERENTES AGENTES PRODUTORES	 78
2.1. O papel do Estado e das políticas sociais na produção espacial	79
2.1.1. Programa Nacional de Mutirão Habitacional e sua atuação na produção do Conjunto Vila Velha.	85
2.1.2. Programas atuais: novas políticas e problemas antigos.	89
2.2. Movimentos sociais: novas características, finalidade antiga	95

2.2.1. A evolução dos movimentos sociais na capital	98
2.2.2. Os movimentos sociais no conjunto Vila Velha	104
2.3. Contradições na busca pela habitação: ações dos agentes produtores do espaço	110
2.3.1. Clientelismo.	111
2.3.2. O loteamento de terras públicas	113
2.3.3. Mercado marginal de casas populares	117
2.4. Algumas considerações	119
3. TERRITÓRIOS DA HABITAÇÃO: CONJUNTO HABITACIONAL VILA VELHA	121
3.1. Território e territorialidades: conceito geográfico	122
3.1.1. Poder: característica cara ao território	128
3.1.2. O poder político exercido por diferentes sujeitos sociais	131
3.2. A ação do Estado na produção de territórios na cidade	133
3.2.1. Fortaleza e o plano diretor	139
3.2.2. Ação do Estado na produção de territórios no Conjunto Vila Velha	141
3.3. Os territórios constituídos pelas associações comunitárias do Conjunto Habitacional Vila Velha	143
3.3.1. Associações de moradores envolvidas com políticas habitacionais	148
3.3.2. Associações de moradores envolvidas com outros tipos de interesses	157
3.4. Territórios do capital na ocupação do Conjunto Vila Velha	161
3.5. Algumas considerações	164
CONCLUSÃO	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Av. Mozart Lucena – (A) corredor comercial do bairro Vila Velha; (B) corredor comercial do Bairro Vila Velha	60
Figura 2: (A) e (B) Construção do Conjunto Vila Velha II	61
Figura 3: (A) Salina com os montes de sal, início da década de 1990; (B) terrenos da salina atualmente.	61
Figura 4: (A) Ponto final das Topics que servem o bairro; (B) infraestrutura do conjunto habitacional.	69
Figura 5: (A) Presença de lixo nos vazios; (B) esgoto a seu aberto.	70
Figura 6: (A) e (B) Área ocupada irregularmente no bairro Vila Velha.	72
Figura 7: Localização do conjunto Vila Velha na APA do Rio Ceará	74
Figura 8: Proximidades do Conjunto Vila Velha – (A) Área verde da APA do Rio Ceará; (B) Poluição causada pela ação humana.	74
Figura 9: Obras sob responsabilidade do Orçamento Participativo – (A) antiga área ocupada pela comunidade do Buraco da Velha; (B) construção do Posto de Saúde.	93
Figura 10A/10B: Entrevista aos líderes comunitários	107
Figura 11: Conquistas conseguidas pelas lideranças – (A) Centro de Integração Social; (B) Iluminação pública.	109
Figura 12A/12B: Áreas cercadas para loteamento na ocupação irregular no Vila Velha	114
Figura 13: (A) e (B) Matérias jornalísticas sobre o loteamento de terra nas ocupações irregulares	116
Figura 14: Diferenciação na tipologia das casas no Conjunto Vila Velha – (A) Casas da área de ocupação; (B) casas do conjunto Planalto Barra.	142
Figura 15: (A) Associação Beneficente Santa Luzia da Paz; (B) Comunidade Nossa Senhora das Graças e Santa Edwirges.	150
Figura 16: (A) Associação Beneficente Santa Helena; (B) Entrevista a líder comunitária da Associação Sol Poente.	152
Figura 17: (A) Sede da Associação de Moradores São Pedro; (B)	155

condições de vida na área de ocupação do Vila Velha.

Figura 18: (A) Sede da Associação Beneficente Novo Milênio; (B) 156
Condições de moradia na quarta etapa do Conjunto Vila Velha.

Figura 19: (A) Sede da Sociedade Comunitária de Habitação Popular 158
Três Flores; (B) Distribuição do “sopão” para as crianças do conjunto
habitacional.

Figura 20: (A) Sede da Sociedade Comunitária de Habitação Popular 159
São Francisco de Assis; (B) Galpão onde são promovidas as
atividades.

Figura 21: Área de ocupação do Vila Velha – (A) Casa à venda; (B) 162
Áreas loteadas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Renda dos chefes de domicílios em Fortaleza	32
Gráfico 2: Déficit habitacional nos estados do Nordeste	38
Gráfico 3: Déficit habitacional na RM de Fortaleza	38
Gráfico 4: Renda média por chefe de domicílio no Bairro Vila Velha	66

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição de renda por setor censitário espacializada em Fortaleza	33
Mapa 2: Localização do Conjunto Vila Velha, no bairro Vila Velha – COHAB	63
Mapa 3: Rendimento por setor censitário no Bairro Vila Velha	66
Mapa 4: Mapa dos mutirões habitacionais supervisionados pela COHAB até 2000.	86
Mapa 5: Mapa de localização das associações de moradores pesquisadas	144
Mapa 6: Mapa com o território de ação de cada associação de moradores	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente em Fortaleza (1970-2000)	34
Tabela 2 – Associações atuantes no Conjunto Habitacional Vila Velha (lista das entrevistadas)	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental
BC – Banco Central
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CCA – Carta de Crédito Associativo
CCI – Carta de Crédito Individual
CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEF – Caixa Econômica Federal
CETREDE – Centro de Treinamento e Desenvolvimento
CHCE – Companhia de Habitação do Ceará (Nome antigo)
CMN – Conselho Monetário Nacional
COHAB-CE – Companhia de Habitação do Ceará
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CTP – Comissão Pastoral da Terra
DI – Desenvolvimento Institucional de Municípios
FAHBRE – Fundo de Apoio a Produção de Habitação para População de Baixa Renda
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana
FUNDHAB – Fundo de Assistência Habitacional
Habitafor – Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPRO – Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE
IPLANCE – Instituto de Pesquisa e Informação do Estado do Ceará
ONG – Organização Não-Governamental
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
PAIH – Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAR – Programa de Arrendamento Residencial
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PEP – Programa Empresarial Popular
PLANASA – Plano Nacional de Saneamento
PLANHAP – Plano Nacional de Habitação Popular
PNH – Política Nacional de Habitação
PNMH – Programa Nacional de Mutirão Habitacional
PROHAB – Programa da Habitação Popular
PROAFA – Programa de Assistência às Favelas
PROAP – Programa de Habitação Popular
PROFILURB – Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
PROMORAR – Programa de Erradicação de Submoradia
PSH – Programa de Subsídio Habitacional
PT – Partido dos Trabalhadores
RMF – Região Metropolitana de Fortaleza
SEDURB – Superintendência de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará

SEINFRA – Secretaria de Infra-Estrutura do Estado
SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SEPLA – Secretaria de Planejamento do Município
SEPURB – Secretaria de Política Urbana
SER – Secretaria Executiva Regional
SFH – Sistema Financeiro de Habitação
SUDEC – Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TFP – Tradição, Família e Propriedade
ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social

INTRODUÇÃO

A habitação vem sendo tema de estudo de algumas áreas do conhecimento (Urbanismo, Geografia, Sociologia, dentre outras) há bastante tempo, visto ser uma questão pertinente desde a formação dos primeiros aglomerados urbanos, com o advento da indústria e o processo de urbanização. A Geografia interessa-se pelo assunto ao tratar da organização do espaço urbano, considerando diferentes sujeitos sociais e tipologias de moradia que emergem da contraditória lógica capitalista, isto é, coloca-se a habitação como tema relevante para se entender a dinâmica e a construção de territórios no espaço urbano.

A questão habitacional é um dos problemas sociais mais graves no Brasil. As cidades brasileiras, a partir da década de 1950, passaram por um processo de modernização, caracterizado pela indústria e acelerada expansão urbana. Estes processos trouxeram consigo alguns dilemas, dentre eles, a questão da habitação. Com o advento da industrialização, a cidade tornou-se um pólo de atração para uma grande massa populacional que vem em busca de uma maior oferta de empregos e sonho de uma vida melhor. Essa intensificação da migração, aliada às consequências do modo de produção capitalista, produtor de desigualdades sócio-espaciais, resultou em cidades constituídas por uma proliferação de favelas. Fortaleza, como as demais metrópoles brasileiras, sofreu (e sofre) profundas e rápidas transformações com tais processos e suas consequências, refletindo em fortes desigualdades e injustiças sócio-territoriais, submetendo uma parcela considerável da população à autoconstrução e habitações precárias.

Contudo, nesta pesquisa, a ênfase não será a industrialização, mas a urbanização. Nos dias atuais, outras questões movem a problemática urbana. O contexto atual de reestruturação e crise do capitalismo fogem do contorno diferenciado do processo clássico de industrialização-urbanização. No caso específico de Fortaleza, sua ascensão à metrópole regional ocorreu nos anos 80-90 em meio à “descentralização” industrial e expansão de sua Região Metropolitana, constituindo numa reconfiguração de seu papel na divisão regional do trabalho.

O Conjunto Habitacional Vila Velha é o *locus* de estudo da presente pesquisa, onde se examina como os sujeitos sociais, que produzem o espaço, atuam diferenciadamente na produção de territórios, conforme interesses pactuados. Localizado no bairro de mesmo nome, o conjunto habitacional Vila Velha está situado no extremo oeste de Fortaleza. O bairro possui uma extensão de 780 hectares, equivalendo 30,73% da área da Região Administrativa Municipal I que reúne 15 bairros, ao todo. O bairro ainda reúne seis grandes conjuntos habitacionais, onde cinco abrigam atualmente residentes de renda média (Conjunto Polar, Conjunto Nova Assunção, Conjunto dos Bancários, Conjunto Beira Rio e Conjunto Planalto Barra) e um, residentes de baixa renda, o Conjunto Vila Velha.

A construção do conjunto habitacional Vila Velha iniciou-se em 1992 (com a construção da primeira etapa do conjunto habitacional), contando com parcerias do Governo Federal (Caixa Econômica Federal), do Governo do Estado (extinta Companhia de Habitação do Ceará – COHAB-CE) e da Prefeitura. Seu término se deu por volta do ano de 2002. Este conjunto foi construído por etapas (total de quatro) para atender à 1.347 famílias (SEMACE, 2005). As outras etapas tiveram sua construção iniciada, respectivamente, nos anos de 1993, 1996 e 2000. Essa construção parcelada produziu, antes da conclusão da última etapa do conjunto habitacional, o surgimento de favelas no seu entorno, constituindo uma grande área de ocupação, com 1.026 famílias, em 2006.

Pela ótica dos habitantes da ocupação, tal situação se justifica como medida de sobrevivência, baseada na necessidade de se ter uma moradia, e de participação do processo de (re)produção das relações urbanas, baseadas principalmente na necessidade de consumo. Esse grupo resiste e sobrevive contando com suas possibilidades de atuação em subespaços impróprios para a habitação, tal como ocorre nas favelas contidas nas proximidades do Conjunto Habitacional Vila Velha. Os movimentos sociais no bairro possuem intensa participação política, tendo conseguido diversas conquistas para o conjunto habitacional. Há, também, o desenvolvimento de um mercado

marginal¹ por parte dos moradores do conjunto habitacional, como a venda de casas conseguidas por intermédio do Poder Público ou de lotes nas áreas ocupadas “ilegalmente”.

O conjunto habitacional pesquisado margeia parte do lado direito do Rio Ceará, implantado em uma planície flúvio-marinha recoberta por vegetação de mangue, em reconstituição, após anos de exploração de sal marinho. Está, ainda, inserido em uma Área de Proteção Ambiental, a APA do Rio Ceará, fato que restringe seu uso a algumas atividades.

A análise da dinâmica habitacional urbana, portanto, requer uma abordagem teórico-metodológica apoiada em discussões sobre a produção e reprodução do espaço e dos territórios na cidade de Fortaleza. No processo de produção espacial, certos espaços apresentam maior concentração de equipamentos e infra-estrutura, ao passo que outros apresentam carência, e assim, entende-se a dinâmica habitacional associada aos usos e valores do espaço na cidade. O Conjunto Vila Velha representa um exemplo concreto da realidade das moradias populares e de ocupações da iniciativa comunitária, contando com o apoio ou aceitação da sociedade e do Estado e com isso influenciando a organização do espaço e delimitação de territórios no local.

A presente pesquisa partiu da seguinte questão norteadora: Como a organização espacial do Conjunto Habitacional Vila Velha, determinada por diferentes atores, produz uma dinâmica habitacional, marcada por conflitos de uso e de poder nos territórios?

Como objetivo, propôs-se a analisar o processo conflituoso de formação e apropriação de territórios no Conjunto Habitacional Vila Velha, identificando outras soluções populares para resolver o problema da moradia em Fortaleza, com sua dinâmica habitacional excludente no processo de produção da cidade. Em termos específicos, analisa-se a questão habitacional, percebendo as contradições entre iniciativas públicas e privadas, entre espaço urbano e territórios de sobrevivência; caracteriza-se o problema habitacional no

¹ Ao se falar em mercado marginal refere-se a um mercado que está à margem do mercado imobiliário formal, onde ainda se utiliza os contratos de gaveta, ou seja, contratos não oficiais, sendo uma espécie de acordo entre comprador e vendedor, não havendo legalidade desta prática nem segurança para quem compra.

interior do conjunto, situando-o na dinâmica espacial da cidade, considerando diferentes sujeitos produtores do espaço com suas relações contraditórias, destacando o Estado e os movimentos sociais, além dos representantes do capital; para, finalmente, delimitar os territórios no Conjunto Habitacional Vila Velha, resultado da apropriação conflitante do espaço e da ação política de seus moradores e do Estado.

Como pressuposto teórico inicial, tem-se o entendimento de Moraes (2005, p.41) a respeito da geografia humana “como ciência social que tem por objeto o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história”. O homem, apropriando-se do espaço, sendo mediado pelo seu trabalho, promove a produção espacial, de acordo com as relações sociais estabelecidas em cada período. Assim, tempo e espaço são partes um do outro, e mesmo que, às vezes, sejam contraditórios, tornam-se fundamentais para se entender a totalidade espacial.

A produção do espaço social se dá por um processo teleológico (MORAES, 1984, 1996, 2005), que ocorre, intermediado pelo trabalho, cujas finalidades são políticas, econômicas e culturais, com mudanças no tempo e que deixam marcas no espaço. Deste modo, parte-se do conceito de espaço produzido de Moraes (1996, p.15) enquanto “resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem”, para se entender a dinâmica espacial urbana.

Ao produzir o espaço, o homem, também, produz territórios. A todo momento territórios são desconstruídos e dão lugar a novos. Deste modo, parte-se dos estudos realizados por Raffestin (1993), Souza (2002), Saquet (2007), Santos (2002a), Moraes (1999), Castro (2005) e Fernandes (2008) para se entender que o espaço é constituinte de uma diversidade de territórios que são formados a partir de relações sócio-espaciais, cujo poder está nelas inserido. Estes territórios não são imutáveis em seus limites, podendo assumir formas diferentes, como redes, por exemplo. A habitação, nesta pesquisa, é o meio formador de territórios e territorialidades.

Referindo-se ao movimento de territórios ou de territorialidades da habitação, constata-se uma organização socioterritorial, principalmente nas

grandes cidades onde o problema habitacional é mais visível. Pode-se constatar que, em pouco tempo, o espaço assume novas paisagens, dinâmica e territorialidades, provocando conflitos de uso e de propriedade territoriais, desorganizando o espaço urbano, embora cada território possa ser bem delimitado em termos de conteúdo e de valor simbólico.

A necessidade do habitar leva um expressivo contingente populacional a ocupar terrenos, supostamente vazios, nas grandes cidades e a produzir favelas, com a falta quase que total de infra-estrutura básica, negando o habitar com dignidade. Assim, partindo de estudos de Harvey (1980), Souza (2002) e documentos públicos, entende-se a favela como habitações precárias, edificadas em áreas públicas ou privadas, sem uso aparente, cuja prática mais utilizada é a autoconstrução de casas como solução imediata para a falta de habitações.

Hoje, muitos destes assentamentos estão localizados em áreas próximas a rios e lagoas, ficando sujeitas a alagamentos, ou ainda em áreas de dunas e morros, onde sofrem o risco de deslizamentos. Estes lugares oferecem risco à vida e comprometem a moradia de seus habitantes, por isso são consideradas áreas de risco. De acordo com a Guarda Municipal, Defesa Civil e Cidadania, na cidade de Fortaleza, em 2006, cerca de 23 mil famílias estavam expostas a algum tipo de risco. Nesses lugares, há falta de infraestrutura e serviços básicos e são poucas as condições de serem instalados tais serviços.

A intensificação da favelização nas cidades brasileiras, entre as décadas de 1970 e 1990, decorreu, em parte, da intensa urbanização. O processo de urbanização no Brasil, assim como em outros países de economia periférica se deu de forma rápida e concentrada, o que incrementou a exclusão sócio-espacial nas principais regiões metropolitanas e em outras grandes cidades do país. As políticas desenvolvimentistas de alocação de investimentos nas grandes capitais nacionais e regionais, principalmente no sudeste brasileiro, acentuaram as desigualdades econômicas inter e intra-regionais e favoreceram o crescimento do êxodo rural no país (ALMEIDA, 2006). Especificamente, quanto ao problema da habitação nas metrópoles, o Poder Público passou a desenvolver políticas de habitação popular. Dentre as

medidas de maiores impactos sociais, destacam-se a urbanização de áreas faveladas e a construção de gigantescos conjuntos habitacionais.

No caso dos conjuntos habitacionais, há pelo menos dois tipos mais frequentes, segundo o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE (IEPRO): aquele que atende às classes de renda média baixa e os com interesse social. No primeiro grupo encontram-se “uma ou mais edificações, isoladas ou agrupadas, vertical ou horizontalmente, ocupando um ou mais lotes, dispondo, obrigatoriamente, de espaços e instalação de utilização comum” (IEPRO, 2007, p.5). No segundo, trata-se de “um projeto destinado à urbanização de áreas, incluindo a infra-estrutura enquadrada em programas de entidades governamentais federais, estaduais e municipais para o atendimento da população baixa renda (Art. 192 da Lei 7987/96)” (IEPRO, 2007, p.5).

Foi com o surgimento do Banco Nacional de habitação (BNH), integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criados em 1964, durante a ditadura militar, que as cidades brasileiras vivenciaram uma sistematização de políticas habitacionais, que transformou a paisagem urbana. Os novos investimentos no mercado habitacional transformaram a morfologia das cidades brasileiras, dando-lhes feição de ordem e modernidade com a verticalização de edifícios residenciais e pela construção de enormes conjuntos habitacionais populares nas periferias das grandes cidades.

Nesse contexto, o Estado assume importante papel na produção do espaço, considerando a ocupação para habitação. As políticas públicas influenciaram (e influenciam) na morfologia do espaço e nas relações sociais, todavia, como ressalta Corrêa (1999), a ação estatal é, geralmente, marcada pelos conflitos de interesse das diferentes classes da sociedade, tendenciando a privilegiar os interesses das classes dominantes. Para isso, o Estado utiliza instrumentos de planejamento urbano que tendem a gerar fenômenos como a segregação socioterritorial nas cidades. Entretanto, o Estado é atravessado por pressões, também, dos excluídos, promovendo ações que beneficiem a sociedade em geral, mas para isso se faz necessária a participação popular, destacando, assim, o papel dos movimentos sociais na produção do espaço.

Na luta por necessidades insatisfeitas ou negadas, moradores de favelas reivindicam junto ao poder público o principal direito à cidade: o habitar.

Formam-se, assim, os movimentos sociais pelo direito à terra urbana. Os movimentos sociais das populações desfavorecidas buscam os direitos mínimos de cidadania. Na cidade, tais movimentos se originaram na periferia, em lugares cujas condições de vida são totalmente inadequadas em termos do acesso à saúde, à educação, ao emprego e à moradia. A moradia é uma das principais questões da luta. No Brasil, estes movimentos iniciaram na década de 1930 e em Fortaleza ganharam força nas décadas de 1950 e 1960, contando crucialmente com apoio de partidos políticos, como o PCB, e da Igreja. Tal resistência é de extrema relevância na produção espacial da cidade. Barreira (1991) ressalta nos movimentos sociais a busca de bens de consumo individuais e coletivos básicos para a sobrevivência e dignidade do cidadão.

Denomina-se por movimentos sociais urbanos os processos de organização e contestação efetivados por moradores que agregam um conjunto amplo de lutas sociais, cujo objetivo básico é a posse mediata e imediata de bens de consumo individual e coletivo, compatíveis com a inserção do “habitat” urbano e com padrões culturais e coletivos de reprodução da força de trabalho (BARREIRA, 1991, p.33).

Dessa forma, constata-se na dinâmica habitacional uma estratégia de inserção na cidade, resultante de uma série de processos sociais e políticos no espaço. Estado e movimentos sociais vivem em constante conflito de interesses na produção do espaço urbano, cujas formas e dinâmicas refletem as contradições da sociedade capitalista. No entanto, seus interesses podem ser capturados pela lógica capitalista, desvirtuando os referidos atores da sua função social, a busca pelo bem coletivo.

A pesquisa orientou-se em uma abordagem quantitativa, aplicada à base de dados secundários e levantamento bibliográfico e outra qualitativa, aplicada à base de roteiros de entrevistas e trabalho de campo. Para tanto, utilizou-se de documentos de instituições públicas e Organizações Não-Governamentais, coletando-se, também, dados via internet. Para dar qualidade à pesquisa, foram realizados 40 questionários com moradores do Conjunto Vila Velha, com a finalidade de traçar um perfil da habitação e dos chefes de família. Grande parte da base utilizada foi fornecida pelos domicílios contidos no Censo 2000 do IBGE. A partir destes dados, mapas temáticos, também,

puderam ser construídos, por meio do Programa TerraView. Para mapeamento, foram utilizados programas como ArcView e GVSig. Documentou-se a realidade do Conjunto Vila Velha com fotografias e mapas. Entrevistas, previamente marcadas, foram realizadas com os responsáveis pelas associações de moradores, total de 10, bem como com moradores antigos e funcionários públicos que trabalham, cotidianamente, com a realidade estudada. Informações cedidas pela Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE), Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), Secretaria de Planejamento do Município (SEPLA), Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) e Secretaria Executiva Regional I (SER I) foram de extrema importância para retratar a história e a realidade do conjunto habitacional. As visitas periódicas à área de estudo também foram de grande relevância para a percepção dos territórios lá existentes.

O trabalho compreende três capítulos. No primeiro, faz-se uma análise da realidade urbana, tendo como foco principal a habitação, onde se faz uma discussão de conceitos-chaves como habitar, déficit habitacional, segregação e periferia; apresenta-se algumas políticas habitacionais que interferiram na produção espacial no decorrer do tempo, em escala nacional e local; finalizando com a apresentação do Conjunto Habitacional Vila Velha, caracterizando-o sócio-espacialmente. No segundo capítulo, fala-se de dois sujeitos importantes na produção espacial no conjunto habitacional, Estado e movimentos sociais, caracterizando ações pretéritas e atuais, e enfatizando as contradições de suas ações, principalmente as resultantes da ligação destes sujeitos com a lógica capitalista, onde a habitação deixa de ser necessidade e passa a ser mercadoria. Por fim, no terceiro capítulo, apresenta-se como o Estado e movimentos sociais constituem territórios, a partir da habitação na cidade, em especial no conjunto habitacional, podendo ou não estar ligados ao capital, onde as relações políticas e de poder se sobressaem perante as outras estabelecidas na área em questão, estabelecendo assim conflitos entre os detentores do poder para a manutenção dos territórios.

1. HABITAÇÃO EM FORTALEZA: O CONJUNTO VILA VELHA COMO EXPRESSÃO DA CONTRADIÇÃO URBANA

A moradia é um bem indispensável ao ser humano e aparece nas cidades como um problema complexo de organização espacial. A necessidade de morar faz com que a sociedade promova ações diversas, muitas delas de forma contraditória. Uma das contradições centrais que se manifesta no setor imobiliário e habitacional ocorre através do par “cidade legal” x “cidade ilegal”², por exemplo. Na produção do espaço urbano, essa contradição é a fonte geradora de exclusão e de desigualdades no acesso à habitação.

Em Fortaleza, a questão da habitação precária é um problema que se coloca no contexto urbano do século XX, ao passo que noutras cidades brasileiras, como no Rio de Janeiro, os primeiros aglomerados de favela datam do século XIX, de acordo com Blanco Junior (2006). Foi durante o desenvolver da indústria no país que se experimentou uma intensa urbanização das cidades, em que o problema habitacional ganha maiores proporções. Em Fortaleza, entretanto, o problema habitacional é anterior a nossa industrialização tardia. Hoje, no século XXI, o déficit habitacional brasileiro é persistente e elevado, demonstrando a inadequação das políticas públicas e, principalmente, a perversidade do modelo econômico.

As políticas públicas tentaram de diversas medidas, ao longo do tempo, “solucionar” a questão habitacional nas cidades. Iniciou com a remoção de favelas para a periferia da cidade e posterior construção de grandes conjuntos habitacionais, supostamente para atender à população de baixa renda, excluída do mercado imobiliário formal. Posteriormente, outras políticas, baseadas na reurbanização de favelas, mutirão e construção de conjuntos habitacionais, foram desenvolvidas. Foi por meio destas últimas políticas, de finalidade social, que foi construído o Conjunto Habitacional Vila Velha, iniciado em 1992. Sua edificação foi acompanhada pelas lideranças comunitárias, que

² Maricato (2003) ao classificar setores da cidade em “cidade em legal e ilegal”, refere-se aos espaços onde seus habitantes possuem o termo de propriedade da terra (cidade legal) e onde seus moradores não possuem a posse legal da terra, em geral, residentes em áreas de ocupação (cidade ilegal).

participaram ativamente do processo. Paralelamente, a área foi sujeita a ocupações e formação de favelas nos arredores do conjunto, revelando as múltiplas faces do fenômeno habitacional. As políticas públicas e a atuação dos movimentos sociais naquele pedaço do espaço urbano combinaram-se, assim, para produzir um complexo de territórios e práticas sociais que requerem uma análise sócio-espacial mais detalhada.

1.1 A população segregada na periferia

Nas cidades, a periferização foi resquício do período de desenvolvimento da indústria. Este processo, entretanto, resultou numa negação ao uso da cidade por parte dos seus moradores mais pobres, pois a população residente na periferia restringiu-se apenas a habitar uma parcela da cidade que, em geral, é marcada por uma série de problemas, como serviços, equipamentos e infra-estrutura insuficientes para a demanda populacional.

Este fenômeno foi constatado anteriormente por Engels (1988) nas grandes cidades da Europa, que também já apresentavam uma crise habitacional durante o período áureo da industrialização. Na época, a imprensa europeia ocultava a natureza do problema habitacional, que era a exploração da classe operária. Além disso, constatou-se a falta de interesse da “indústria da habitação” em construir casas para a população de baixa renda.

O resultado é que os trabalhadores vão sendo empurrados do centro das grandes cidades para a periferia, que as residências operárias e as pequenas residências em geral vão se tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as residências de aluguel elevado oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá residências operárias (ENGELS, 1988, p.18).

Os espaços periféricos são caracterizados por suas terras mais baratas e por abrigar população de renda mais baixa, o que concorda com o pensamento de Villaça, quando este afirma que “até hoje a periferia é o lugar dos pobres, pois a parcela dos que moram em áreas centrais, em cortiços ou favelas centrais, ainda é pequena” (VILLAÇA, 2001, p.227). Deste modo, a

periferia torna-se o refúgio de parte da população que precisa habitar, em geral por meio da constituição de ocupações e favelas.

Ressalta-se que, mais recentemente, parte da população de alta renda passou a ser atraída para terras mais distantes no centro. Trata-se de uma espécie de “suburbanização tardia”³, que difere totalmente da periferização dos pobres, que ainda é caracterizada pelas habitações precárias e pouca oferta de bens de consumo coletivo.

Essas novas fronteiras do mercado imobiliário de alta renda oferecem serviços e infra-estruturas compatíveis com o nível de renda, a busca de amenidades para morar e proximidade de serviços. Como consequência desta procura, assiste-se a uma valorização do solo destas áreas. Este processo demonstra mais uma segregação na cidade, onde se tem uma periferia para os mais pobres, lugar distante do centro caracterizado por habitações precárias, e “*alphavilles*” localizadas nos limites da cidade, super valorizadas e reduto das classes abastadas.

Desta forma, entende-se periferia como “as áreas de expansão da cidade, incorporadas pelas formas mais recentes de redefinição das cidades e não, necessariamente, articuladas de forma contínua ao tecido urbano constituído” (SPOSITO, 1998, p.29), no entanto o termo periferia ainda se restringe ao local de moradia da população de baixa renda, apesar de abranger diversas funções que foram sendo incorporadas à cidade, dentre elas, a função residencial voltada para as classes abastadas.

Em Fortaleza, a ocupação da periferia deu-se inicialmente como uma forma de expansão do tecido urbano, em especial, no setor oeste, porção da cidade caracterizada pela presença de bairros populares. Conforme Souza (2006), as vias de acesso (eixos viários e ferroviários) da cidade orientaram e

³ Sabe-se que a suburbanização não é um fenômeno característico da realidade brasileira, entretanto, entende-se que não se pode classificar o avanço da população de alta renda às terras mais distantes do centro como um processo de periferização. Dessa forma, classificou-se esse processo como uma “suburbanização tardia”, visto algumas semelhanças com o processo de suburbanização anglo-saxã. Dematteis (1996) distingue a suburbanização anglo-saxã como uma invasão dos espaços rurais pela cidade, contudo, havendo a permanência de elementos rurais, como jardins, parques, dentre outros. Para o autor “una expansión como esta se extiende en forma de mancha de aceite con el acceso de las clases medias y obreras a la vivienda individual aislada” (DEMATTEIS, 1996, p.2)

dimensionaram o crescimento da capital, também para a porção oeste, que se expandia por meio da habitação, assim “surgiam novos bairros através da aglutinação cada vez maior dos espaços periféricos” (SOUZA, 2006, p.151). A autora ainda afirma que Fortaleza, no século XIX e início do século XX, crescia para os setores oeste e sul, e de forma mais acentuada no setor norte. As classes mais ricas procuravam o centro da cidade. Posteriormente, já em meados do século XX, com a vinda das indústrias para a porção oeste e o aparecimento das favelas, as populações de renda elevada se afastaram do centro em direção ao setor leste, principalmente em direção ao bairro Aldeota.

Atualmente, a porção sudeste tem recebido significativa procura por parte das classes média e alta da cidade, constituindo assim bairros nobres neste setor da cidade. Souza (2006) afirma que a construção do *Shopping Center Iguatemi*, em 1982, atraiu as classes média e alta, tornando o bairro Água Fria⁴ (localizado nesta área da capital) numa grande área de expansão urbana e de valorização fundiária. A construção de empreendimentos de grande porte passou a se localizar em terras periféricas, segundo Silva (1992), devido ao alto custo das terras mais centrais e à falta de lotes que abrigassem os grandes estabelecimentos. É neste setor da cidade onde se desenvolve o processo de “suburbanização tardia”. Há, ainda, muitos vazios nesta área, o que revela a prática da especulação fundiária. Além disso, alguns bairros localizados neste setor ainda possuem características rurais, como a presença de sítios, mas que aos poucos vem cedendo lugar aos grandes condomínios residenciais destinados à classe média.

O processo de periferização da habitação, aliado a outros fatores, tem resultado no processo de segregação sócio-espacial em Fortaleza. Estudos passados⁵ defendiam a existência de duas Fortalezas, onde em um lado da cidade (zona leste), encontravam-se marcas da opulência, enquanto no outro (zona oeste), apresentavam-se as marcas da pobreza e da injustiça. No entanto, estudos mais recentes revelam que o conflito entre a população com

⁴ O bairro Água Fria não existe oficialmente em Fortaleza, localizando-se no que hoje se conhece como bairro Edson Queiroz, entretanto é nomenclatura ainda muito utilizada pelos fortalezenses.

⁵ Como em Silva (1992), que mostrava nitidamente uma Fortaleza dividida ao meio, possuindo uma parte rica e outra, pobre.

diferentes níveis de renda pelo uso da terra urbana ocorre em toda a cidade, pois em todo seu território residem ricos e pobres, embora ainda de forma concentrada em bairros da cidade, em um misto de opulência e miséria, tal como observaram Araújo e Carleial (2003), a respeito das contradições sócio-territoriais em Fortaleza.

Fortaleza abriga todas as diferenciações decorrentes de um arrasador processo de concentração de renda. De acordo com Carlos (2003, p.55) a “[...] produção espacial é diferenciada e contraditória, conferindo valores de uso e, conseqüentemente, formas de acesso diferenciado, logo segregados”. Campanário (1984) constata a divisão do espaço urbano em termos de serviços e equipamentos, revelando o ato de uma economia política comandada pelo Estado e agentes imobiliários:

Uma importante contradição do capitalismo urbano atual pode ser detectada. As classes populares dependem cada vez mais dos equipamentos e serviços públicos para sua reprodução. No entanto, a forma atual de suprir as comunidades de tais equipamentos e serviços traduz-se, imediatamente, numa altamente especializada divisão do espaço urbano que reserva suas unidades de reprodução pior equipadas justamente para aqueles que são menos favorecidos em seus rendimentos (CAMPANÁRIO, 1984, p.29).

A formação de novas centralidades foi, principalmente, fruto da urbanização, não obstante o processo de industrialização que ocorreu na cidade na década de 1950. “A cidade vai crescendo, centros secundários de serviços vão surgindo em bairros, que formam novos focos de valorização do espaço urbano. O crescimento urbano implica necessariamente uma reestruturação do uso das áreas já ocupadas” (SINGER, 1982a, p.29). Os grupos da população de melhor poder aquisitivo acompanham tal movimento, buscando bairros centrais de melhores condições de moradia, infra-estrutura e serviços, visto que, em grande parte, “os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à medida que a distância do centro aumenta” (SINGER, 1982a, p.29).

A partir de estudos de Carlos (2004), Corrêa (2001), Lefebvre (2001) e Villaça (2001) pode-se entender a segregação sócio-espacial, característica das grandes metrópoles, como um processo no qual os grupos

sociais tendem a se concentrar espacialmente em determinadas porções da cidade. Estas áreas apresentam grandes disparidades entre si, e embora tendam a homogeneidade, não a alcançam em sua totalidade, pela complexidade da realidade urbana.

Para Lefebvre (2001, p.94) “a segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob pretexto de arrumação de plano)”. Este fenômeno ocorre intermediado pelo Estado, que atua em favor dos interesses da elite, instalando melhorias em seus bairros e afastando as favelas para a periferia, muitas vezes em locais sem as mínimas condições de moradia. O autor ainda completa que, mesmo em lugares onde a segregação social não apareça de forma aberrante, existe uma pressão para que isso aconteça. Além disso, Lefebvre destaca três critérios diferentes de análise do fenômeno da segregação: o ecológico – referente a favelas, pardieiros; formais – concernente à deterioração dos signos e significações da cidade, e degradação do urbano por deslocação de seus elementos arquitetônicos; sociológico – atinente a níveis e modos de vida e cultura. Deste modo, o autor percebe a segregação como um fenômeno que ameaça a vida urbana e destrói a morfologia da cidade.

Sabatine (2004) coloca a possibilidade de muitas famílias da classe média e alta preferir em localizações residenciais mais segregadas, por acreditarem que a exclusão de outros grupos sociais é um requisito para a revalorização de suas propriedades. “[...] para uma perspectiva marxista, o problema da escolha do lugar de residência não poderia ser reduzido exclusivamente às relações de mercado, ele remete à dimensão de força existente entre as classes sociais” (ABRAMO, 2001, p.59-60).

A questão da segregação está, deste modo, diretamente ligada aos fatores renda e política. Um ponto importante sobre a análise da segregação espacial nas cidades é que os preços elevados são um dos geradores deste fenômeno, mas há na segregação algo mais e que sugere uma ordem política. O planejamento urbano, mediado pelo Estado, ainda beneficia as populações de renda média e alta, mantendo as contradições urbanas, tal como pensam Simon e Souza:

A organização das cidades, pelo menos, depois da industrialização, funcionou sempre sobre um esquema segregativo, atribuindo os espaços em função de uma hierarquia do poder, do prestígio e das rendas de que dispõem os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade. De intensidade variável no curso dos séculos, a correspondência entre a repartição desigual das riquezas e a localização dos homens jamais foi desmentida (SIMON apud SOUZA, 2006, p.152).

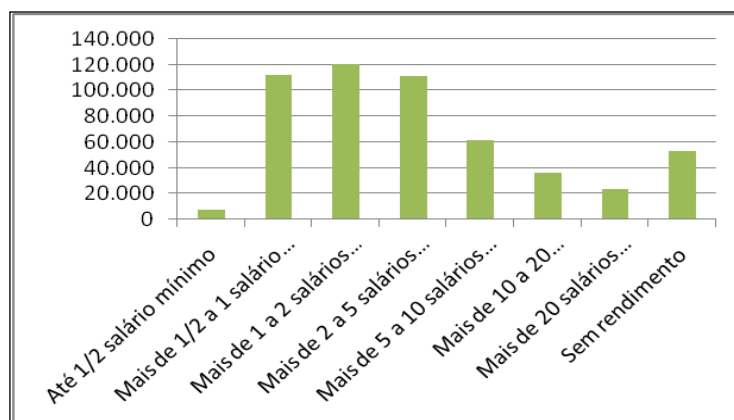
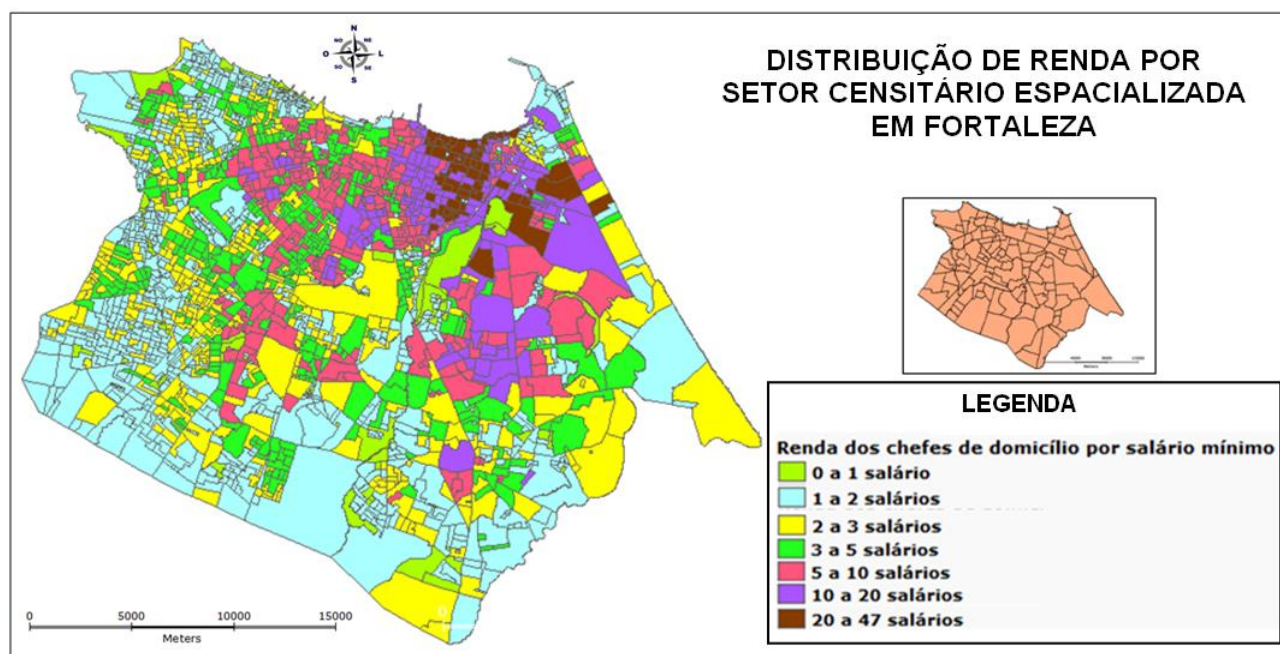


Gráfico 1: Renda dos chefes de domicílios em Fortaleza
Fonte: IBGE, 2000.



Mapa 1: Distribuição de renda por setor censitário espacializada em Fortaleza
Fonte: IBGE, 2000
Elaboração: Anna Emília Maciel Barbosa

A insuficiência de meios para comprar ou alugar uma casa, faz com que muitas famílias busquem moradias em setores da cidade onde o solo urbano é mais barato ou recorram ao Poder Público. Quem dispõe de recursos pode escolher onde morar, mas quem não dispõe, ou mesmo quem dispõe de pouco, se obriga a morar em áreas periféricas, ainda consideradas de pouco valor. A diferença de renda entre a população de Fortaleza é bastante considerável. De acordo com o IBGE (2000) 65,68% dos responsáveis pelos domicílios da capital recebem até 5 salários mínimos⁶, enquanto que 11,46% têm renda maior que dez salários mínimos (Gráfico 1).

Esta desigualdade social vai implicar na organização espacial da cidade, já que possui reflexo direto na desigualdade de moradia. Por meio do Mapa 1, percebe-se a concentração dos chefes de domicílio de alta renda no setor leste e sudeste da capital, com alguns outros pontos espalhados na cidade, enquanto os chefes, com renda até 2 salários mínimos, predominam na periferia da cidade, constatando que há uma segregação sócio-territorial na cidade, havendo sim um misto de opulência e miséria, onde ambas convivem juntos.

Corrêa (2001) afirma que a segregação parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a produção de residências na sociedade capitalista. A segregação sócio-territorial revela o problema habitacional vivido pela parcela pobre da população nas metrópoles brasileiras, visto ser a habitação a forma mais visível da segregação. As ocupações e loteamentos irregulares se multiplicam diariamente na periferia das cidades, abrigando a população de baixa renda, que vive em condições precárias, negando um de seus direitos básicos, a moradia, comprometendo sua qualidade de vida e aumentando o déficit habitacional brasileiro.

A problemática habitacional influencia e é consequência da organização e valorização do espaço urbano de Fortaleza, tal como ocorre em outras metrópoles. A paisagem de contrastes é percebida em um passeio pela

⁶ De acordo com o Censo 2000, o valor do salário mínimo referido era de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

cidade, onde as contradições estão expostas e as classes mais ricas tendem a se isolar, auto-segregar. Para Correa (2001) a auto-segregação se traduz nos altos muros, segurança particular e possibilidade de uso exclusivo de certos serviços, como lazer. No entanto, esta ação não se restringe apenas às classes ricas, pois a população de rendas média e baixa também vem seguindo este padrão de isolamento.

O espaço urbano, deste modo, é construído de acordo com as condições sócio-econômicas de seus habitantes. Assim, aqueles que se obrigam a morar em áreas desprovidas de bens e serviços, devido a suas condições de renda e de poder, convivem com ambientes que apresentam carência de infra-estrutura, com precárias condições de vida, impedindo assim um habitar com dignidade.

1.1.1 O habitar na cidade

Fortaleza possui 2.431.415 habitantes⁷ e em cerca de três décadas sua população quase triplicou, contudo um grande salto populacional, de aproximadamente 65%, ocorreu entre as décadas de setenta e oitenta (Tabela 1), período de intensa urbanização e expansão da capital, processos acompanhados de diversos problemas urbanos.

População residente em Fortaleza	
Ano	População
1970	857.980
1980	1.307.608
1991	1.768.637
2000	2.141.402

Tabela 1: População residente em Fortaleza (1970 – 2000)
Fonte: IBGE (2000)

⁷ População estimada pelo IBGE para o ano de 2007. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

Por muitos séculos, o Brasil foi considerado um país essencialmente agrário. O processo pretérito de urbanização do país, segundo Santos (2008), direcionava-se à geração de cidades apoiadas economicamente na agricultura e na mineração, posteriormente (fim do século XIX) é que o processo de urbanização começa a ganhar força no país. Entretanto, somente após os anos 1940-1950, impulsionado por forças econômicas, em especial o processo de industrialização, é que esse fenômeno ocorre de forma mais acelerada. Ribeiro (2003) enumera três aspectos marcantes na raiz dos problemas urbanos: a industrialização (que aconteceu tardiamente em relação aos países centrais), o bloqueio da formação da moderna cidadania e a constituição de poderosos interesses mercantis relacionados à acumulação urbana, referindo-se, principalmente, à especulação fundiária nas grandes cidades. Deste modo, a urbanização brasileira foi regulada de acordo com a lógica do desenvolvimento econômico do país, isto é, baseado na concentração de renda e investimentos em determinadas porções do país, acarretando sérios problemas sociais para as cidades, tais como: desigualdades sócio-espaciais.

A cidade, como expressão material do movimento da sociedade no espaço, no decorrer do tempo, vai expressar essa realidade de problemas. Para Carlos (2004), ao se analisar a cidade geograficamente, considera-se sua realidade material, pois esta se revela pelo conteúdo das relações sociais de determinados períodos que lhe dão forma, sendo assim um produto histórico social. A autora ressalta, contudo, que a cidade não é apenas produto, mas também meio e condição para a reprodução das relações sociais. Assim, a cidade tanto é resultado da ação social sobre o espaço, como também condiciona essa ação social, sendo o meio onde as relações ocorrem.

A cidade, deste modo, é espaço produzido. Para Sposito (2008) a cidade é expressão da produção espacial, que se dá tanto de forma ampla quanto de forma restrita, ou seja, na cidade produzida pela práxis há tanto a produção de obras, ideias, ou tudo que faz uma sociedade e uma civilização (forma ampla), permitindo a produção de bens, com base material, e de serviços (forma restrita), sendo o *locus* onde isso acontece.

Concorda-se, ainda com Lefebvre (2001), quando este afirma que a cidade é um ambiente das diferenças. A partir de tais diferenças, se revelam os

conflitos de classes, em que cada classe luta por interesses diferentes, mas que convergem ao uso da cidade de acordo com suas necessidades e desejos. Essas diferenças e conflitos se revelam em várias esferas, principalmente, no consumo. O acesso limitado de grande parcela da população a alguns bens de consumo, dentre eles a habitação, é gerador de grandes males nas cidades.

Rossi (2006) se refere à centralidade da habitação no cotidiano, tal como defende Lefébvre (1999, p.86) em que “o essencial, o fundamento, o sentido, provém do habitar”. Entende-se então o habitar como necessidade e direito básico do cidadão, no qual as condições mínimas de sobrevivência de um indivíduo se fazem necessárias. A autora ainda afirma que, do ponto de vista social, a habitação exerce influência na cidade na medida em que permite uma vida cotidiana saudável, visto que o termo “habitação” ou “moradia” excede os limites do espaço individual, revelando o espaço coletivo. Enquanto na perspectiva urbana, Rossi entende a habitação como um sistema, mercadoria oferecida em sistemas de redes, para possibilitar a realização das atividades cotidianas, entre as quais a infra-estrutura de saneamento básico, os serviços de saúde, educação, comércio, oferta de trabalho, esporte e lazer, além de uma rede viária que permita a eficiente mobilidade de pessoas e de veículos privados e coletivos.

A moradia é uma necessidade tanto humana quanto animal, no seu sentido mais simples, sendo suas funções essenciais o abrigo e o local de descanso. Neste trabalho, entende-se a habitação não só a casa como estrutura física, mas também as relações que se estabelecem com origem nelas, tais como a vida em comunidade e o uso dos espaços da cidade, possuindo, assim, a habitação uma influência direta nas relações estabelecidas na urbe. O habitar, deste modo, seria o uso da habitação aliado aos demais locais e habitantes da cidade.

Lefebvre (1999) discute a relação e as diferenças entre o *habitat* e o *habitar*, onde o primeiro não passa de uma necessidade biológica, referente ao comer, dormir e reproduzir; já no segundo, refere-se ao espaço vivido, cujas relações estabelecidas entre a casa, o morador e o seu entorno social são constituídas pelas relações sociais e de poder. O autor faz uma crítica ao conceito de *habitat*, ressaltando o conceito de *habitar*, isto é, “no reino do

habitat, desapareceu do pensamento e deteriorou-se fortemente na prática o que fora o habitar” (p.80). Utilizando a filosofia e a metafísica de Lefebvre, constata-se a importância do habitar, estabelecendo uma relação que transcende o real e o visível, porém se aproximando do sensível, quando afirma que:

[...] a relação do “ser humano” com a natureza e com sua própria natureza, com “ser” e seu próprio ser, reside no habitar, nele se realiza e nele se lê. [...] O ser humano não pode deixar de edificar e morar, ou seja, ter uma morada onde vive sem algo a mais (ou a menos) que ele próprio: sua relação com o possível como com o imaginário (LEFEBVRE, 1999, p.81).

Na metrópole, as constantes mudanças redefinem sempre o ato de habitar, ou seja, “o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, através dos reconhecimentos, pois aí coabitam objetos e o corpo” (CARLOS, 2004, p.119). Tendo como referência as idéias de Lefebvre, Carlos salienta que o habitar não se restringe ao morar, mas diz respeito ao viver na cidade, pois o cidadão tem o direito à casa, à rua, ao bairro e aos demais lugares da cidade.

Esse direito, no entanto, não é assegurado. A cidade é apropriada de forma desigual pelos diferentes grupos da sociedade. O habitar no sentido completo não acontece segundo Lefebvre. Há territórios da cidade destinados apenas a um grupo de moradores, àqueles detentores do poder de compra do espaço. Os grupos de baixa renda somente têm acesso aos espaços longínquos, às vezes, sem infra-estrutura e com serviços precários. E para muitos, como alternativa última, resta a autoconstrução em terras públicas ou privadas sem uso aparente, constituindo, assim, áreas favelas.

1.1.2. Favela: solução precária da questão habitacional

Sabe-se que o problema habitacional refere-se não apenas ao constante aparecimento de favelas no interior das cidades, este é apenas um dos processos a ele relacionado. A questão habitacional é bem mais complexa,

podendo ser caracterizada como um emaranhado de fatores políticos, sociais e econômicos. Segundo documento produzido pelo IPLANCE,

o problema habitacional diz respeito ao homem que constrói sua casa em condições precárias por falta de recursos econômicos e abrange a cidade [...] que cresce desordenadamente e não atende, de modo satisfatório, à sua população em termos de empregos e serviços públicos (CEARÁ, 1978, p.17).

No entanto, concorda-se com Ikuta (2003, p.25), quando afirma que “a favela é a expressão mais explícita do problema da moradia”. A quantidade de favelas nas metrópoles brasileiras revela visivelmente a grandeza do problema habitacional no país, que afeta diretamente a população de baixa renda, que se tornaram maioria em nossa sociedade. O Brasil possui 3.950 favelas, onde residem 6,55 milhões de pessoas, o número de domicílios sem infra-estrutura básica chega a 10,2 milhões, no entanto, há 4,6 milhões de domicílios vagos, equivalente a 10% do total (IBGE, 2000). Por meio dos altos valores citados, percebe-se a dimensão da problemática no país, demonstrando a contradição da habitação na cidade, pois enquanto boa parte da população se submete a viver de forma precária, sobram imóveis destinados ao mercado imobiliário formal. É como afirmam Souza e Rodrigues (2004) sobram imóveis desocupados e subutilizados, mas faltam moradias.

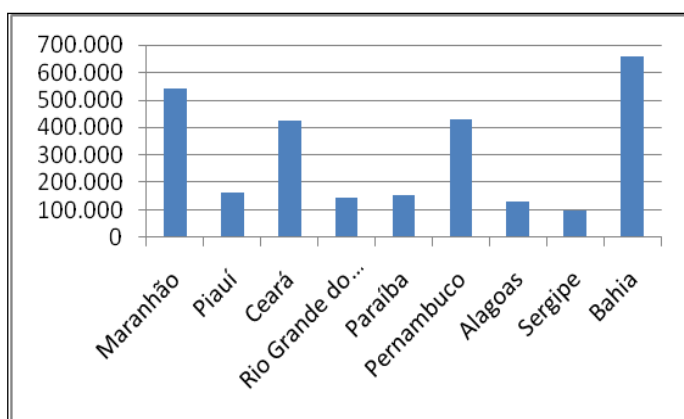


Gráfico 2: Déficit habitacional nos estados do Nordeste
Fonte: Fundação João Pinheiro (2007)

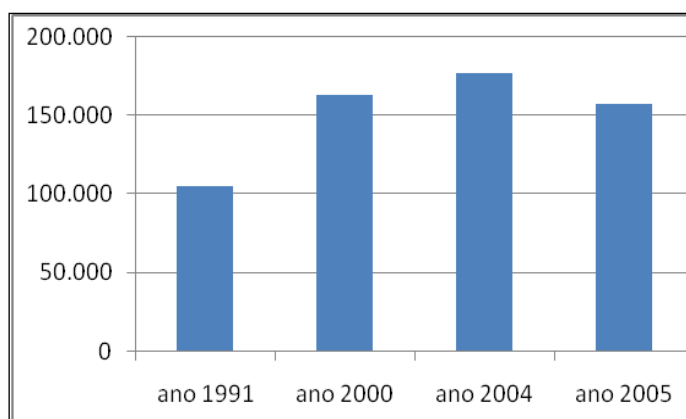


Gráfico 3: Déficit habitacional na RM de Fortaleza
Fonte: Fundação João Pinheiro (2007)

O déficit habitacional⁸ brasileiro, segundo a Fundação João Pinheiro (2007) foi estimado em 7,903 milhões de moradias em 2005, concentrado nas regiões Sudeste e Nordeste, possuindo cada uma 2,899 e 2,743 milhões, respectivamente, assumindo a liderança na demanda por habitações. Ainda de acordo com a mesma fonte, o déficit habitacional do Ceará é o quarto maior do nordeste (Gráfico 2). A Região Metropolitana de Fortaleza possuía, em 2005, um déficit habitacional estimado em 156.335 moradias e o Ceará, em 424.321, abrangendo, assim, a Região Metropolitana aproximadamente 37% do total do estado. Além disso, nos últimos quatorze anos, entre 1991 e 2005 houve um crescimento do déficit habitacional, apesar de no último ano ter se verificado uma queda de aproximadamente 11%, o que não quer dizer que o número de favelas tenha diminuído na metrópole (Gráfico 3).

Ao final da década de oitenta, conforme Silva (1992), um quarto do território habitado de Fortaleza estava desprovido de infra-estrutura básica e sem o título de propriedade. No final do século, em 1999, o município possuía 614 favelas, segundo informações do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), associado ao déficit de 150.000 moradias. Em 2007, são cerca de 700 favelas, segundo a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor).

Neste trabalho, identifica-se como favela, o conjunto de habitações precárias localizadas em áreas públicas ou privadas sem uso aparente, autoconstruídas pela população que está à margem do mercado imobiliário formal, sendo então a solução imediata para a falta de habitações. A palavra favela, segundo Taschner (2003), faz referência a uma planta nativa que se espalhava sobre os morros de forma semelhante aos barracos construídos com fins de habitação. Deste modo, o termo:

⁸ Entende-se *déficit habitacional* “como a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2007, p.13). Conforme a metodologia utilizada pela fundação, são considerados para o cálculo do déficit os domicílios rústicos (sem parede de alvenaria ou madeira aparelhada), os domicílios improvisados (locais sem fins residenciais que servem de moradia), a coabitação familiar (famílias conviventes secundárias e cômodos alugados ou cedidos – coabitação disfarçada) e o ônus excessivo com aluguel (restringe-se a famílias com renda mensal de até três salários mínimos que despendem mais de 30% da renda com aluguel).

[...] origina-se em um arbusto comum na região de Canudos, chamado favela. Os soldados do exército brasileiro, voltando da luta com Antônio Conselheiro e seus adeptos, não tinham onde morar no Rio de Janeiro. Vão ocupar o morro da Providência, onde se instalavam em barracos que se espalham como o arbusto de favela nos morros da região de Canudos. Daí o nome para este tipo de assentamento (TASCHNER, 2003, p.34).

Para Pedrazzini (2006, p.39), “podemos agrupar sob nome de favela a maioria das formas precárias, e muitas vezes ilegais, de moradias autoconstruídas que marcam, desde a metade do século XX, a paisagem urbana dos países do Sul, como também do Norte”. O autor afirma que grande parte da população mundial, apesar da maioria desta ser urbanizada, vive em condições e locais precários que podem ter várias denominações como: *colônia* no México, *comuna* na Colômbia, *barrio* na Venezuela, *villa* na Argentina, *pueblo joven* no Peru, *slum* ou *shanty town* na Índia e “bairro de moradia espontânea” em países da África Oriental e Setentrional. Deste modo, a questão habitacional não é restrita ao Brasil, pois é um caso geral das cidades da América do Sul a da África, ou seja, das periferias capitalistas.

Para o Governo do Estado do Ceará, favela, na década de 1990, é mais do que um tipo de habitação, diz respeito à urbanização e ao espaço urbano no qual está inserido como:

[...] aglomerado de habitações precárias, espacialmente desordenadas, em contraste com o traçado urbano da área, ocupando terreno de propriedade de terceiros, em sua maioria, desprovido de condições de infra-estrutura, com número de habitações igual ou superior a 25 (CEARÁ, 1992).

As favelas são consideradas por Haesbaert (2006) como territórios onde se constituem “aglomerados de exclusão”, apesar de formar “uma espécie de ‘amontoados’ humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão” (HAESBAERT, 2004 apud FIGUEIREDO, 2007, p.58). Haesbaert (2006, p.327) complementa a caracterização de favela ressaltando sua “condição complexa e dinâmica, mesclada sempre com outras situações, menos instáveis, através das quais os excluídos tentam a todo instante se firmar (se reterritorializar)”. Estes

aglomerados são espaços onde as populações excluídas tentam se refugiar. Na verdade, acredita-se que estas pessoas são incluídas precariamente no mercado imobiliário, devido a sua impossibilidade de pagar por uma habitação adequada.

Na década de oitenta, as áreas de risco ganham destaque no cenário urbano fortalezense, principalmente, durante a quadra chuvosa que abrange os meses de fevereiro a junho. Entende-se como áreas de risco locais de moradia precária que oferecem risco à vida da população residente, ou seja, “são ocupações em terrenos impróprios para habitação, sujeitos a deslizamentos, inundações, risco de acidentes e incêndios” (CETREDE, 2003, p.69), sendo geralmente áreas faveladas. No período chuvoso, seus habitantes sofrem com os constantes alagamentos e desmoronamentos de suas casas, tornando-se visíveis à sociedade por intermédio dos meios de comunicação. Conforme informações da Defesa Civil (entrevista direta), as áreas de risco de Fortaleza são sazonais, ou seja, só oferecem risco em alguns períodos do ano. Deste modo, o trabalho de atendimento direto à população nelas residente só ocorre nesta época. O sofrimento da população que perde casas e bens pessoais com as enchentes estampa as matérias de jornais e telejornais, o que gera grande mobilização da sociedade. No entanto, terminada a quadra chuvosa, logo se tornam novamente invisíveis assim como o problema da habitação na cidade. Segundo dados da Defesa Civil de Fortaleza, entre os anos de 2000 e 2006, o número total de áreas de risco diminuiu na capital, mas não quer dizer que novas áreas não tenham aparecido e nem que seu número tenha crescido em algumas regiões da cidade.

Destaca-se que o problema da favelização é resultado do aumento da concentração de renda e do empobrecimento da maior parte da população, que é consequência do modo de produção vigente. Assim as pessoas se submetem a viver em locais inadequados, buscando suprir sua necessidade básica de habitar.

1.2. A habitação em Fortaleza: história e ações

A questão habitacional, que tem como uma de suas conseqüências a produção de favelas, é desde o início do século XX uma inquietação política. A preocupação com a beleza e a higienização das cidades acarretou, dentre outros acontecimentos, na formulação de políticas que visavam a realocar, o mais longe possível, os moradores das favelas, gerando assim outra diversidade de problemas e de políticas assistencialistas. No Brasil, com a industrialização, que provocou grandes fluxos migratórios para as cidades, a situação se agravou.

As favelas **no Brasil** [grifo nosso] surgiram desde o início do século, mas sua proliferação se dá com particular pujança nos Núcleos urbanos metropolitanos no período que vai do começo dos anos 1930 até o final da década de 1950. [...] A conformação urbana não restou alternativa senão aceitar e tirar partido de situações tidas como irregulares do ponto de vista da propriedade legal do solo e da boa forma urbanística, mas que resultavam funcionais frente às relações possíveis entre produção, espaço e estrutura social. (SANTOS, 1981, p.24-25).

A industrialização brasileira emergiu na década de 1930, no entanto ganhou força nas décadas de 1940 e 1950, com a liberalização do regime político. Segundo Singer (1982b, p.29) “como a expansão industrial relativamente rápida, neste período, deve ter proporcionado baixas de custos graças a ganhos de escala, é de se supor que a margem de lucros tenha se alargado sobremaneira, intensificando-se a acumulação de capital industrial”. Assim, o país acumulou capital investindo na economia interna e em políticas urbanas, como obras de infra-estrutura e, posteriormente, políticas de habitação para a população de baixo e médio rendimento. Nesse período, a urbanização, resultante da industrialização, torna as grandes cidades brasileiras em “sedes das novas maneiras de produzir e consumir que exigiam, ao mesmo tempo em que provocavam, o crescimento da população urbana à custa de fluxos migratórios provenientes das áreas rurais, também submetidas a mudanças significativas” (SANTOS, 1981, p.25). Para Lefebvre (2001) a industrialização é o motor das transformações na sociedade, é ela que vai caracterizar a sociedade moderna. Industrialização e urbanização estão

relacionadas⁹. A indústria toma a cidade de assalto, atrai pessoas e acaba determinando também aglomerações, subúrbios e favelas.

No Nordeste, com o surgimento da SUDENE, o desenvolvimento da indústria acaba interferindo, negativamente, na economia camponesa, acarretando em aumento de imigrantes para as cidades, devido ao que se chamou de “crise na agricultura”. Esta crise, decorrente da modernização da agricultura brasileira, estimulou a produção em grande escala para exportação, atendendo apenas aos interesses da elite agrícola da época. Este fato resultou no enfraquecimento das atividades familiares desenvolvidas no campo, fazendo com que os migrantes buscassem nas cidades trabalho e melhores condições de vida.

Em Fortaleza, bem como no Ceará, a indústria desenvolveu-se graças aos incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na década de 1960, “no Ceará, as indústrias instalam-se, em um primeiro momento em Fortaleza e, mais tarde, em municípios de sua região metropolitana (Maracanaú – onde é instalado o Distrito Industrial –, Caucaia e Horizonte)” (AMORA, 2005, p.374). Em Fortaleza, “as indústrias concentraram-se na zona oeste e sul da cidade, ao longo da Avenida Francisco Sá, nos bairros Antônio Bezerra e Parangaba, nas proximidades das rodovias e ferrovias. A leste, em razão do porto, desenvolve-se a zona industrial do Mucuripe” (COSTA, 2005, p.78), mas a cidade se expandiu antes e depois desse período de industrialização, pois a despeito da precariedade das primeiras indústrias, o comércio em Fortaleza já possuía certa dinâmica e contribuiu com o processo de urbanização.

A cidade cresceu em função da migração que busca espaços para a habitação em áreas ainda não incorporadas à cidade, localizadas em sua periferia e com baixo valor. A vinda dos migrantes se deu de forma acelerada, quase duplicando a população fortalezense. “A crise da agricultura cearense, a concentração fundiária e as grandes secas de 1951 e de 1958 provocaram,

⁹ Fortaleza não seguiu esta ordem colocada por Lefebvre. A industrialização não foi o principal motor para o crescimento da cidade. O processo de urbanização foi dinamizado pelo setor terciário da economia (comércio, serviços, dentre outros), setor do qual, até hoje, possui predominância na capital e é responsável pela maior parte de arrecadação de impostos em Fortaleza.

mediante intenso processo migratório, um crescimento censitário de 90,5%” (COSTA, 2005, p.76), em Fortaleza. Esse fato foi responsável pela mudança da paisagem da cidade, com a presença de flagelados sem locais adequados para sua permanência.

No século passado, os migrantes, chegando a Fortaleza, alojavam-se sob árvores, nas praças, no Passeio Público, nas ruas, em terrenos vagos. A administração pública tentava impor ordem no espaço do migrante da seca, construindo “abarracamentos”, distribuindo alimentos, oferecendo assistência médica e em troca, exigia desta população o trabalho para realização de obras públicas (COSTA, 2001, p.102).

A questão habitacional em Fortaleza inicia-se no início do século XX, antes do processo de industrialização da cidade, contudo associado a esse processo, sobretudo com a intensificação da urbanização, tomou maiores proporções, depois dos anos de 1950. Tal fato influenciou na organização espacial atual de Fortaleza, e, apesar das inúmeras intervenções do Poder Público e dos próprios moradores, a procura por habitação digna continua, para grande parcela da população da cidade.

Em Fortaleza, o aparecimento de aglomerados com características de favelas vai datar do início da década de 1930, das quais se destacam: Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933) e Varjota (1945). Essas, em sua maioria, tiveram formação espontânea através de pequenos núcleos que, gradativamente, se transformaram em grandes assentamentos (SILVA, 1992). As primeiras favelas de Fortaleza localizavam-se próximas ao centro da cidade e dos locais de trabalho de seus habitantes. Em geral, ocupavam terrenos públicos ou privados, áreas periféricas e inadequadas como: encostas de morros, dunas, áreas de mangue e margens de lagoas e rios, áreas de marinhas, sem obedecer aos códigos legais de parcelamento e edificação, com emprego de materiais diversos (alvenaria, taipa, papelão, plástico).

O processo inicial de favelização da cidade está ligado, em grande parte, aos deslocamentos de lavradores sem terra e pequenos proprietários em direção à cidade devido à rigidez da estrutura fundiária, que lhes impedia o acesso à terra e aos outros meios de produção, sendo intensificado nos

períodos de estiagem mais prolongados (SILVA, 1992, p.62). Deste modo, percebe-se a seca como um fenômeno relevante no aumento populacional da capital, pois o êxodo rural, ocorrido nos períodos secos, trouxe grandes leva populacionais para cidade. Além disso, apesar do aparecimento das primeiras favelas ocorrer anteriormente ao processo de industrialização da cidade, não se pode negar que a vinda da indústria também agravou o problema.

Dessa forma, em parte, o problema da cidade está relacionado ao do campo. De acordo com Lefebvre (2001), as antigas estruturas agrárias se dissolveram e os camponeses, que não tinham mais posses, migraram para os centros urbanos com o objetivo de encontrar trabalho e subsistência. No entanto, a questão habitacional está grandemente subordinada à expansão do capital, não sendo a crise no campo e a migrações a causa central do problema, mas, na lógica do capital, baseada na produção de desigualdades.

Na década de 1960, com o crescimento do número de favelas e o interesse de remoção desses aglomerados para a periferia da cidade, por parte do Estado iniciou-se conflitos entre moradores e o Estado que, em geral, giravam em torno da posse da terra para moradia. Nesse período, se destacavam os movimentos sociais urbanos que buscavam prioritariamente o direito à habitação, seguido pelas demais necessidades como educação, saúde, acessibilidade, dentre outros. Segundo Souza (2006, p.154), “os casos das favelas do Pirambu, Lagamar e José Bastos (em 1987) são exemplos da dimensão conflituosa entre a população favelada e o Estado, e do fortalecimento dos movimentos sociais urbanos a partir desta luta”. Fortaleza vivenciou diversas mobilizações organizadas pelas associações de bairro, com apoio de outras entidades, que visavam à permanência em seus locais de moradia, com a implantação de serviços básicos ou a realocação e habitação digna de famílias que viviam precariamente nas favelas da cidade.

Esses movimentos, no entanto, vieram ao silêncio em meados da década de 1960, em razão da ditadura militar. Nesse período, iniciado com o golpe de 1964 e terminando somente na década de 1980, o governo federal passou a concentrar os recursos financeiros e controlar o poder estatal. E dentre as políticas de melhorias urbanas desenvolvidas, destacaram-se os setores de habitação e transportes.

1.2.1. O início das grandes intervenções estatais na habitação

Até os anos sessenta, as experiências habitacionais poderiam ser caracterizadas como atividades assistemáticas, desenvolvidas por intermédio de entidades como Institutos de Previdência e Caixas Econômicas, ou seja, as políticas atuavam de forma isolada, sendo pouco eficazes (CEARÁ, 1978). Pode-se assim dizer que, entre as décadas de 1940 e 1960, o Poder Público agiu de forma tímida. A partir de 1964, as políticas habitacionais passam a atuar de forma sistemática e terem muita visibilidade.

Em agosto de 1964, foi criada a Lei 4.380, que institucionalizava no Brasil o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), compostos por um órgão central, normativo e orientador, o Banco Nacional da Habitação (BNH) (CEARÁ, 1978). É nesse período, marcado pela ditadura militar, que as políticas de habitação brasileiras começam a se destacar no cenário político. Conforme Blanco Júnior (2006), a primeira fase de atividade do BNH, que vai de 1964 a 1969, baseou-se em ações voltadas para programas de remoção compulsória de favelas, destinando seus habitantes para conjuntos habitacionais construídos nas periferias das cidades, sendo tais políticas altamente centralizadas em âmbito federal até o início do século XX.

A produção de habitação social passa a se dar em maior escala [...] no Brasil, a partir de meados da década de 1970, em estrutura formada em 1964, pelo governo militar, comandada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), com o apoio do Sistema Federal de Habitação (SFH), cuja a função era captar e aplicar recursos para o financiamento de uma pretendida produção habitacional. O modelo baseava-se em uma estratégia de responder, de um lado, às pressões de empresas da construção para garantir ampliação de seus mercados, e, de outro, às demandas que vinham do constante agravamento da problemática habitacional nas grandes cidades. (NOGUEIRA, 2006, p. 376).

Segundo Nogueira (2006), as primeiras tentativas da política habitacional BNH/SFH, voltadas para a população pobre, foram fracassadas, fazendo com que o mercado se expandisse apenas para a população de classe média. Dado o sistema inflacionário e a arrecadação monetária da época, as políticas de habitação social tornaram-se insustentáveis, sendo reparado para as classes de renda média. Dessa forma, devido aos interesses capitalistas

subjacentes ao processo, que possuíam influência direta nas construtoras, passou-se a construir casas para quem poderia pagar por elas e não para os mais necessitados, revelando o fracasso da política.

Francisco de Oliveira, no prefácio do livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, coloca o BNH como um poderoso mecanismo de acumulação de capital, visto ser um instrumento de tributação sobre a classe trabalhadora, encontrando uma conexão entre os processos de exploração e acumulação, demonstrando, assim, a sua articulação com o modo de produção capitalista.

Daí, não sendo nada surpreendente que o Banco Nacional de Habitação se desloque de sua pretensa intencionalidade de resolver a questão da casa popular, para transformar-se num poderoso mecanismo de acumulação, cuja realização das mercadorias produzidas somente poderia ser feita encontrando em outras classes sociais de renda mais altas o seu mercado (OLIVEIRA F.O., 1982, p.17).

A criação do BNH provocou a construção de conjuntos habitacionais, que vão influenciar bastante na estruturação do espaço fortalezense, recriando focos de concentração demográfica (SILVA, 1992). Em Fortaleza, a primeira ação efetiva no combate ao déficit habitacional vai acontecer em 1963, com a implantação do Conjunto Ajuda Mútua, no Pirambu, com 126 unidades construídas pela Companhia de Habitação do Ceará (CHCE). Já em 1965, esta companhia foi incorporada ao sistema Financeiro da Habitação, recebendo o nome de Companhia de Habitação - Ceará (COHAB-CE). O BNH e a COHAB, em princípio, investiram na construção de pequenos e médios conjuntos habitacionais, optando, a partir de 1968, por grandes obras (CETREDE, 2003).

A partir da década de 1970 até 1990, foram observadas algumas mudanças, com relação à concentração de favelas em Fortaleza. O crescimento da cidade tornou-se visível, quanto à malha urbana e à verticalização dos sistemas construtivos. Nessa época, o número de favelas na cidade cresceu consideravelmente. De acordo com a SUDEC (Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará) em 1970, Fortaleza contava 73 favelas e em 1991, segundo o PROAFA (Programa de Assistência às Favelas), existiam 313 favelas e 42 núcleos favelados (SOUZA,

2006), ou seja, o número de aglomerados, em 30 anos quase que quintuplicou. Mesmo com intensa atuação do Estado frente à questão da habitação, o problema continuou, aliado ao fracasso das políticas voltadas para a população pobre, o país enfrentou problemas econômicos que refletiram negativamente sobre a sociedade, como a crise inflacionária e o crescimento do desemprego, fazendo da favela o recurso possível para suprir a necessidade de morar daqueles que não tinham como pagar pela casa própria.

Na década de 1970, foram construídos os primeiros grandes conjuntos habitacionais em Fortaleza, como os conjuntos Cidade 2000, José Walter, Conjunto Ceará, Beira Rio, Nova Assunção, dentre outros, localizados na periferia da capital. Esses conjuntos foram destinados à classe média da cidade e muitos foram produzidos pela COHAB (SOUZA, 2006).

Os vazios urbanos entre o Centro e esses conjuntos foram valorizados com a implantação de infra-estrutura e serviços, contribuindo para a redefinição da malha urbana de Fortaleza. A política de desfavelamento da prefeitura de Fortaleza, desenvolvida também nesse período, removeu as favelas do centro e dos trechos dos bairros nobres, realocando as populações nas periferias urbanas, locais desprovidos de infra-estrutura e de equipamentos sociais (SOUZA, 2006), essa política iniciou-se em 1971. A prefeitura, por meio de sua política de desfavelização das áreas centrais, ratificou a valorização dessas terras, aliada à política estatal de produção de mega conjuntos habitacionais nas periferias longínquas da cidade, localizados principalmente nos setores oeste e sul da cidade.

Fortaleza se expande para as zonas oeste e sul, principalmente em face da implantação dos conjuntos habitacionais, dos loteamentos periféricos e das autoconstruções. A maior parte da população de Fortaleza está excluída da cidade mais urbanizada, em virtude dos altos preços dos terrenos e das habitações (COSTA, 2005, p.84).

Em 1973, é criado o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) que objetivava a redução do déficit habitacional por meio de programas como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB), em 1975, o Programa de Erradicação de Submoradia (PROMORAR), em 1979, e João de Barro, em 1983 (CETREDE, 2003). O

PROFILURB tinha como finalidade a ampliação da área de atuação do PLANHAP, atendendo famílias que estavam inseridas no setor informal da economia e com renda abaixo do limite estabelecido pelos programas das COHABs. O PROMORAR tinha como meta erradicar as sub-habitações desprovidas de condições mínimas de habitabilidade, assim, promovia a urbanização de favelas, sem a remoção dos moradores, com a construção de novas moradias, em regime de mutirão. Os programas intermediados pelo PLANHAP beneficiaram muitas famílias de baixa renda, no entanto, baixa renda até certo nível, pois se o financiamento de casas era destinado à população de renda entre 1 a 5 salários mínimos, verificou-se que a casa de menor preço atendia à população com renda média de 3,5 salários mínimos, aproximadamente, não atendendo, assim, às camadas com menor renda (CEARÁ, 1978).

Na década de 1980, muitas mudanças ocorreram no cenário político. Com o fim da ditadura militar em 1984, José Sarney toma posse da Presidência da República em 1985, substituindo Tancredo Neves que nem chegou a assumir o cargo, devido a seu falecimento. A inflação, que já ultrapassava os 200% no último ano de ditadura, foi uma herança deixada para o governo de Sarney que, através de planos de desenvolvimento nacionais, tentava minimizar os índices inflacionários, no entanto, as taxas não conseguiam passar muito tempo estabilizadas, o que comprometia a renda da população (PILAGALLO, 2002). Nesse período, muitas pessoas, que não tinham como pagar o aluguel, recorriam às áreas faveladas, aumentando consideravelmente o número deste tipo de assentamento nas capitais brasileiras. Com a crise de 1980, aumentaram os saques do FGTS, devido ao grande desemprego, impactando diretamente no financiamento das políticas habitacionais (BLANCO JÚNIOR, 2006).

Segundo Blanco Junior (2006), no início dos anos de 1980 surgiram, também, os primeiros sinais de uma atuação financeira instável do SFH, afetando diretamente os organismos operacionais a ele vinculados. Assim, problemas na gestão dos programas e recursos levaram o sistema a uma crescente crise financeira. Em 1986, é extinto o BNH, tendo suas atribuições transferidas para o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central (BC)

e incorporado à Caixa Econômica Federal (CEF), que passou a ser a sucessora dos direitos e obrigações do BNH, gestora do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Apoio à Produção de Habitação para População de Baixa Renda (FAHBRE), do Fundo de Assistência Habitacional (FUNDHAB), coordenadora e executora do PLANHAP e do PLANASA e operadora de crédito no referente à habitação. Ressalta-se que a função da CEF “é de captação e não de fomento, consolidando o modelo centralizador baseado em recursos onerosos” (BLANCO JUNIOR, 2006, p.35).

Em Fortaleza, a crise econômica, nesse período, veio acompanhada do aumento das taxas de desemprego, impossibilitando muitas famílias de pagarem pela moradia e acarretando um aumento da quantidade de ocupações em áreas urbanas da capital, principalmente na formação de favelas nos vazios urbanos e na periferia da cidade. “No período 1980-1985, sobretudo nas médias e grandes cidades brasileiras, as invasões de terras (públicas e privadas) se multiplicaram” (BRAGA, 1995, p.103).

Para Souza (2006), a partir dos anos 1980, o desenvolvimento de programas de habitação popular foi direcionado à periferia, ampliando a extensão de área urbana de Fortaleza. Os conjuntos habitacionais, dessa forma, passam a se localizar principalmente nos municípios de Caucaia e Maracanaú, pertencentes à região metropolitana. Em Caucaia, destaca-se o Conjunto Parque Tabapuá, o mais antigo, e em Maracanaú, destaque para Jereissate I e II, Alto Alegre I, II e III, dentre outros. Como o Distrito Industrial de Fortaleza localiza-se em Maracanaú, boa parte destes conjuntos habitacionais tinha como objetivo abrigar os operários das indústrias. Os conjuntos habitacionais e os loteamentos periféricos passaram a ser construídos em outros municípios, principalmente os acessíveis pelo transporte ferroviário, pois “a implantação de novos estabelecimentos industriais em municípios da região metropolitana e vizinhos transforma Fortaleza numa metrópole, estreitando os laços e aumentando a interdependência entre os municípios” (COSTA, 2005, p.91).

O Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, criado em 1987 e implementado no Ceará no mesmo ano (BRAGA, 1995), destinava-se às famílias com renda de até dois salários mínimos e intermediou a construção de

2.627 casas (incluindo convênio com Estado e Prefeitura) (CETREDE, 2003). Neste ano, também, a COHAB incorporou as ações habitacionais do PROAFA, gerando o Programa da Habitação Popular (PROHAB), que ficaria responsável pela construção de pequenos conjuntos habitacionais com infra-estrutura, contendo cerca de cem unidades habitacionais. Em 1998, é extinta a COHAB-CE.

Parte das políticas dirigiu-se para a urbanização de áreas invadidas, mantendo assim as famílias no mesmo local, respeitando as relações de trabalho e de vizinhança. Ocorreu um processo marcante de “periferização” das favelas, principalmente em direção aos setores oeste e sudeste. O litoral leste da cidade sofreu valorização, provocando a saída de algumas favelas existentes neste setor da cidade. Nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, com a intensificação do turismo em Fortaleza, a zona leste passa por uma série de transformações, contando com o apoio do Estado, como explica Souza:

Os maiores investimentos em infra-estrutura e serviços passavam a ser concentrados no setor leste da cidade e acelerava-se o processo de verticalização naquela área, favorecendo uma falsa imagem de que a cidade crescia em sintonia com o progresso técnico e com a modernidade (SOUZA, 2006, p.153).

A valorização litorânea procura novos espaços de expansão e segue para a porção oeste de Fortaleza, mais uma vez tendo por alvo o deslocamento de favelas, no oeste e sul da cidade, onde os bairros populares são predominantes, caracterizando-se pela oferta de serviços e infra-estrutura insuficiente apesar da expressiva demanda de baixa renda. No centro, também ocorreu expulsão das favelas, que foram realocadas na porção oeste da capital.

Com o fim da ditadura, a política brasileira toma novos rumos, que influenciam também nas políticas voltadas para habitação, principalmente para a habitação de interesse social. A construção de conjuntos habitacionais continuou, não mais em grandes proporções, e projetos de urbanização de áreas faveladas também ganham destaque.

1.2.2. O período democrático e as influências dos agentes internacionais na produção habitacional

A partir de 1989, período marcado pela redemocratização da política brasileira, novas políticas sociais foram elaboradas, sendo algumas voltadas para a habitação. Dentre elas, destaca-se, no plano federal, o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH) que propunha construir 245 mil habitações em 180 dias financiado pelo FGTS, atendendo a famílias de até 5 salários mínimos (BLANCO JÚNIOR, 2006). Na década de 1990, surgem, ainda, o Programa de Habitação Popular (PROAP), implementado pelo setor público e o Programa Empresarial Popular (PEP), pelo setor privado. Tais programas, incluindo o PAIH, proporcionaram a construção de 30.436 habitações na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), tiveram uma duração curta devido à baixa qualidade das habitações e sua difícil comercialização (CETREDE, 2003).

Em 1995, com a entrada de um novo governo, são instituídas algumas mudanças no setor público. A Secretaria de Política Urbana (SEPURB), que passou a ser a gestora do setor habitacional, divulgou o documento da Política Nacional de Habitação, produzido para a 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - Habitat II, trazendo um diagnóstico da situação habitacional do país. Neste documento, estavam incluídos novos programas que, em geral, visavam ao financiamento da casa própria, absorvendo grande parte dos recursos do FGTS, além disso, foram criados outros programas como o Promoradia, paralisado em 1998 (BRASIL, 2007). O Promoradia, criado em 1995, objetivava a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por intermédio de ações integradas com outras políticas setoriais, além disso, beneficiava famílias com renda de até três salários mínimos.

Ressalta-se que a Conferência Habitat II tinha como objetivo principal atualizar os temas que fundamentavam a política urbana e habitacional, com a finalidade de reorientar a linha de ação dos órgãos e agências de cooperação internacional para estes temas, incluindo a do próprio Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat

(RONILK, 1996). Conforme Maricato (2001, p.169-170) constituiu, sem contestação, “um duro golpe nas concepções de urbanismo vigentes durante todo o século XX, o que pode representar uma vantagem – fim do planejamento tecnocrático, burocrático e autoritário – ou uma desvantagem – demissão do Estado em relação à regulação do solo”.

Posteriormente, é criado o Programa Habitar Brasil, por intermédio de um empréstimo feito ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BLANCO JÚNIOR, 2006). O programa, de âmbito federal, promove a intervenção em assentamentos subnormais localizados em capitais e regiões metropolitanas, por meio de dois subprogramas: o Desenvolvimento Institucional de Municípios/DI e a Urbanização de Assentamentos Subnormais/UAS. Para o programa, foi destinado um total de US\$ 470 milhões, dos quais US\$ 390 milhões são financiados pela Caixa Econômica Federal. No período de 1996 a 1999, o Programa Habitar Brasil permitiu a construção de 6962 unidades habitacionais na Região Metropolitana de Fortaleza (CETREDE, 2003). É neste período também que foi criado o Programa de Arrendamento Residencial – PAR (1999), com a finalidade de produzir novas unidades para arrendamento, utilizando recursos formados pelo FGTS e de origem fiscal.

Destaca-se, na década de 1990, a influência das agências internacionais – Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Banco Mundial, criado em 1946, tinha como objetivo ampliar a reconstrução dos países europeus destruídos pela guerra, mas na década de 1950, passou a emprestar recursos para promover a industrialização dos países em desenvolvimento, já em 1970, começa a financiar projetos sociais e urbanos, principalmente em setores como saneamento e habitação. O BID, criado em 1959, demonstrava a preocupação norte-americana de crescimento do comunismo nos países latino-americanos, assim promoveu a modernização dos países subdesenvolvidos. Quanto à habitação, o BID aplicou seus recursos no desenvolvimento de políticas habitacionais, tendo como prática mais adotada a produção de conjuntos habitacionais. O Brasil recebe seu primeiro recurso do BID na década de 1960, para a construção de conjuntos habitacionais. Assim, conforme Blanco Junior (2006), no fim da década de 1990, o Banco Mundial ligava-se a políticas voltadas para a urbanização de

favelas e o BID financiava programas multisetoriais de urbanização de assentamentos precários.

Para Cardoso (2007), entre o fim dos anos oitenta e fim dos anos noventa, os recursos do FGTS foi de fundamental importância para as políticas habitacionais para a população de baixa renda, além de ser objeto de disputa entre estados e municípios. No entanto, com a crise de 1998¹⁰, por exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI), o uso do FGTS foi restrito a qualquer órgão governamental. Nesse período, os recursos para investimento em infraestrutura e saneamento tornaram-se escassos, ficando o Poder Público com duas opções: utilização dos recursos próprios (que já estavam comprimidos) e o financiamento de organismos internacionais.

Em Fortaleza, na década de 1990, foram realizadas grandes obras urbanas, como a criação do Sistema Integrado de Ônibus (1992), com a implantação de cinco terminais em bairros afastados. É aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (Lei 7.061/92), que instituiu zonas de urbanização prioritária, considerando os setores mais adensados da cidade: Centro, Aldeota, Carlito Pamplona, Antônio Bezerra, Parangaba, Montese, Messejana e Seis Bocas (COSTA, 2005). Foi também, nessa década, que Fortaleza passou a ser administrada em cinco regiões administrativas. Contudo, a cidade continuou crescendo e, contraditoriamente, uma cidade urbanizada e atrativa para o turismo, apesar de inúmeros problemas de pobreza, desemprego e déficit habitacional, por exemplo.

No plano habitacional, segundo a COHAB (2000), as políticas desenvolvidas pelo Governo Federal buscavam descentralizar as decisões na aplicação dos recursos, fortalecendo assim o papel do Estado, do Município e da Caixa Econômica Federal. Para execução das políticas habitacionais no Ceará, foram captados recursos da Caixa Econômica Federal e do Banco Mundial. A busca pela estabilização do Real, na época, no entanto, trouxe

¹⁰ As quedas nas bolsas de valores em todo o planeta, principalmente, por conta de dificuldades financeiras enfrentadas pelos Tigres Asiáticos, propiciou um movimento especulativo contra as moedas locais, dentre elas o Real. Para tentar superar a crise o Estado tomou medidas como: aumento da taxa de juros e dos impostos, e criação de medidas para a permanência do capital estrangeiro no país. Em 1998, com a crise econômica da Rússia, a insegurança na economia nos países periféricos se agravou.

consequências para o ritmo do andamento das políticas habitacionais no Estado, devido à diminuição dos recursos¹¹ (COHAB, 2000).

No período de 2001 a 2003, alguns programas estaduais e municipais, com ajuda federal, foram desenvolvidos em Fortaleza (CETREDE, 2003). O Casa Melhor, que por meio da parceria entre ONGs, CARITAS, entidade de bairros e Poder Público, objetivava a reforma e a ampliação de casas pertencentes à famílias de baixo rendimento e o Programa de Urbanização de Favelas com reassentamento, que atendia a famílias em áreas de risco, de preservação ambiental e institucionais, pretendia alcançar a construção de 11400 moradias. Dentre os projetos contidos no Programa de Urbanização de Favelas com reassentamento tem-se o Projeto Maranguapinho, o Projeto Costa Oeste, o Projeto Lagoa do Gengibre, dentre outros, que promoviam a retirada dos habitantes para outros lugares ou urbanização das áreas. A prefeitura executou programas com o Pró-Moradia, Mutirão Habitacional, Casa Melhor, Habitar Brasil/BID e Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social. Os dois últimos programas foram de âmbito federal, mas executadas pelo poder municipal. Apesar da grande quantidade de projetos executado na cidade, o déficit habitacional continuou alto e muitas áreas atendidas continuaram com sérios problemas quanto à infra-estrutura e principalmente à habitação.

Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, composto de Secretarias Nacionais de Habitação, Projetos Urbanos, Saneamento Ambiental e Transporte e Mobilidade Urbana. Nesse período, o governo reparou cerca de 1600 obras paralisadas entre 2001 e 2002, destinou 122 milhões para o Habitar Brasil/BID e também investiu no Programa de Subsídio Habitacional (PSH), beneficiando 63 mil famílias (BLANCO JÚNIOR, 2006). Em 2005, a Política Nacional de Habitação (PNH) estruturou-se em três eixos: política fundiária, financeira e institucional. Em relação ao primeiro eixo, o Ministério das Cidades lançou em 2005 a Campanha do Plano Diretor Participativo, assim, aproximadamente 1.700 municípios deveriam elaborar seus planos diretores

¹¹ A implantação do Plano Real no Brasil foi acompanhada de uma série de medidas fiscais de contenção dos gastos públicos, com o aumento das receitas tributárias. Houve, dentre outras determinações, cortes nos investimentos, no pessoal e no orçamento das estatais.

até outubro de 2006 (BRASIL, 2007). Na área do financiamento à habitação, o Ministério das Cidades propôs rever o Sistema Nacional de Habitação, visando reunir os esforços do Poder Público e do mercado privado, além de cooperativas e associações populares, para combater o déficit habitacional. Conforme Blanco Júnior (2006, p.68) “o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social é o principal instrumento da PNH. Ele objetiva somar e articular todos os recursos [...] e direcioná-los para atender às famílias de baixa renda”.

Em 2006, a discussão pela cidade ideal foi levantada em Fortaleza, discutindo um dos pontos do Plano Nacional da Habitação, o plano diretor. Tradicionalmente o Plano Diretor propunha-se ao planejamento do uso do solo urbano, redefinindo atividades adequadas conforme áreas da cidade (zoneamento), a expansão urbana e a proteção ambiental adequadas às normas de loteamentos. No Plano Diretor, ainda se inclui o planejamento da atuação do Poder Público sobre a cidade e a utilização de novos instrumentos previstos na Constituição e no Estatuto da Cidade. Assim, o Plano Diretor pressupõe: identificação das forças sociais da cidade e seus respectivos interesses; e construção de um pacto territorial em torno dos direitos e garantias urbanos assegurando a redução das desigualdades sociais e padrões mínimos de qualidade de vida (RIBEIRO; CARDOSO, 2003).

Renato Pequeno¹², em entrevista ao jornal O Povo (02.12.2007), ressalta o permanente conflito da cidade: aquele que se instala no mercado imobiliário, o da cidade informal ou da cidade da exclusão. Além disso, a cidade vive uma lógica de concentração de investimentos associada ao mercado imobiliário e à segregação, deferindo territórios de maior poder econômico nos espaços com recursos investidos em infra-estrutura. A disputa de territórios nas cidades, tal como em Fortaleza, resulta da apropriação desigual do solo urbano por diferentes grupos de população. O mercado imobiliário e as classes abastadas ficam com os espaços mais valorizados, melhor servidos de infra-estrutura, equipamentos e serviços, enquanto que a

¹² Professor e Coordenador do Laboratório e Estudos em Arquitetura e Urbanismo da UFC, no período da entrevista, publicada no jornal **O Povo**, de 2 dez. 2007, reportagem de Juliana Girão.

população mais pobre habita em terras mais baratas ou invade áreas, formando aglomerados de exclusão.

Outras políticas federais referentes à habitação estão sendo postas em práticas. Segundo BRASIL (2007), os programas federais em vigor não visam apurar a construção, também se propõe a adquirir imóveis mediante a Carta de Crédito Individual (CCI); Carta de Crédito Associativo (CCA); Apoio à Produção; Pró-moradia; Programa de Arrendamento Residencial (PAR); Programa de Subsídio à Habitação (PSH); e Programa Crédito Solidário.

Com a aprovação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foram destinados R\$ 605,4 milhões para obras de urbanização e produção habitacional no território cearense, além de R\$ 359,8 milhões para empréstimos para a pessoa física, totalizando R\$ 965,2 milhões a serem aplicados entre 2007 e 2010. O PAC é um programa desenvolvido pelo governo federal com o objetivo de incentivar os investimentos produtivos no Brasil, intensificando obras de infra-estrutura logística, energética, social e urbana, incluindo as obras de saneamento e de habitação (BRASIL, 2008).

Em Fortaleza, segundo dados do relatório do PAC para o Estado do Ceará, estão previstos R\$ 507, 445 milhões para projetos de habitação. Ao todo são 14 projetos, onde 12 obras serão executadas pela prefeitura como: assistência aos bairros Floresta, Alagadinho, Parque Araxá, Jacarecanga e à Lagoa da Zeza; elaboração do Plano Municipal de Habitação; e urbanização da Bacia do Rio Cocó, da Comunidade do açude João Lopes e da Favela Maravilha (já em execução), da Lagoa do Papicu, da Lagoa do Urubu e da Vila do Mar. As obras a serem executadas pelo Estado são mais abrangentes, pois se propõe a urbanização da Bacia do Rio Cocó e do Rio Maranguapinho, percorrendo, assim, vários bairros a leste e a oeste da cidade.

Na prefeitura de Fortaleza, boa parte dos projetos realizados voltou-se para a construção de conjuntos habitacionais, para abrigar os habitantes deslocados de áreas de risco ou para a urbanização de áreas ocupadas. Além disso, a participação dos líderes comunitários em decisões sobre políticas e recursos públicos a favor de moradias populares também foi um processo importante característico dos últimos anos.

Desse modo, nos últimos anos, a quantidade de programas e investimentos em políticas aplicaram-se de forma crescente e contínua. O questionamento que se levanta é, caso estes projetos e investimentos sejam realmente utilizados, são eles a melhor forma de erradicar o problema habitacional nas cidades brasileiras? O Estado aparece como um importante sujeito na questão habitacional, mas sua ação não ocorre por si só, pois é dependente de outros sujeitos, dentre eles, o capital. Por enquanto, os programas públicos continuam sendo vistos como a panacéia para a habitação no Brasil. O modelo de política habitacional, aplicado ao Conjunto Vila Velha, foi visto no passado como uma solução para problema da moradia, atualmente seu resultado é questionado por ter produzido outros problemas, demonstrando a insuficiência da ação estatal e as contradições inerentes à questão da habitação.

1.3. Vila Velha: espaço de contradições

O bairro Vila Velha, situado no extremo oeste de Fortaleza, é tido como uma extensão do bairro Barra do Ceará, cuja importância histórica remonta às origens da ocupação colonial do lugar. Às margens do Rio Ceará, o primeiro forte cearense, o “Fortim de São Tiago”, foi construído, durante a chegada de Pero Coelho e Sousa ao Ceará. Segundo Porto Alegre (2006), Vila Velha foi o nome de uma povoação que se assentou nas proximidades do Rio Ceará por Martins Soares Moreno. Esta vila ficava no mesmo local onde Pero Coelho e Sousa fundara o povoado de Nova Lisboa, 1604, que não chegou a prosperar. No ano de 1637, a Vila Velha foi ocupada pelos holandeses, na primeira invasão dos batavos, até serem expulsos pelos indígenas.

Atualmente, o bairro é constituído por conjuntos habitacionais, sendo os primeiros a serem construídos: o Beira-Rio, com 412 casas; Nova Assunção, 868 casas, e o Polar, 430 casas (SOUSA, 1978). Todos edificadas no período de 1957 a 1976, sendo os dois últimos construídos por empresas privadas. Nesse período, foram edificadas 29 conjuntos habitacionais em Fortaleza, disponibilizando 14.647 moradias populares. Posteriormente, na

década de 1980, foram construídos os conjuntos dos Bancários e o Planalto Barra. Nos anos de 1990, o conjunto Vila Velha foi iniciado.

Deste modo, o bairro possui seis conjuntos habitacionais que apresentam diferenças entre si. Neste trabalho, destaca-se uma característica em especial, pois diferente dos primeiros conjuntos habitacionais edificados, que foram destinados a uma população de baixa renda que podia pagar por sua habitação, o Conjunto Vila Velha foi construído a fundo perdido¹³, em regime de mutirão, o que revela uma diferenciação de renda entre a população do bairro. Este, no entanto, também apresenta uma grande área de ocupação, com 1.026 famílias, em 2006. Por ser passível de alagamentos durante o período chuvoso, além de exposta aos fluxos de marés, em razão da proximidade ao Rio Ceará, esta área é classificada pelo Poder Público, como área de risco. Esta área começou a se constituir ainda no período de edificação do Conjunto Vila Velha e os seus moradores também são alvos de preconceito por parte dos moradores dos outros conjuntos habitacionais.

A vinda dos conjuntos habitacionais para o bairro Vila Velha trouxe nova dinâmica para o bairro e para o setor oeste da cidade, promovendo a produção espacial da área e sua valorização e criando pontos de concentração de serviços a exemplo do que se estabeleceu na Avenida Mozart Pinheiro Lucena (Figura 1A/1B). Percebe-se, assim, que os conjuntos habitacionais com seus respectivos moradores promoveram uma nova organização sócio-espacial, com a vinda de equipamentos e serviços, resultando em novas relações sócio-espaciais, que aos poucos alteraram o cotidiano da população. Além disso, mantém relações com outros bairros próximos, que atuam como subcentros¹⁴, atendendo à população dos bairros vizinhos, como o subcentro do bairro Antônio Bezerra, juntamente com os bairros vizinhos, destacando a Avenida Bezerra de Menezes/Mister Hull, que abastece comercialmente e emprega parcela da população residente na porção oeste da cidade. Outro

¹³ As casas do conjunto Vila Velha não foram financiadas com objetivo de reembolso futuro, como as dos demais conjuntos, pois foram construídas a fundo perdido e por isso o dinheiro aplicado pelo Poder Público não poderia ser reembolsado, ou seja, a população nada pagou por suas casas.

¹⁴ Subcentros para Villaça (2001) ou centros secundários para Singer (1982a) são centro de serviços que vão se formando em bairros. Estes subcentros estabelecem relações tanto com a população do próprio bairro, quanto com a dos bairros vizinhos.

fator de reestruturação, promovida com a construção dos conjuntos habitacionais, foi a valorização das terras dos conjuntos, principalmente depois da vinda de serviços e infra-estrutura, em especial aquelas localizadas próximas aos subcentros, tornando-os novos focos de valorização.

No entanto, para que o Conjunto Vila Velha estivesse em um local mais acessível aos demais moradores da cidade, e servido de serviços, infra-estrutura e equipamentos, que hoje atendem à população, vários processos acontecidos num passado próximo foram de extrema importância, sendo inúmeras as dificuldades encontradas pelos primeiros moradores do conjunto habitacional.



Figuras 1: Av. Mozart Pinheiro Lucena – (A) Comércio formal e ambulante; (B) corredor comercial do Bairro Vila Velha
Fonte: Registro próprio (2009)

1.3.1. O conjunto habitacional Vila Velha: história e momentos atuais

Na década de 1990, o conjunto habitacional Vila Velha (Mapa 2) foi edificado pela ação do Governo do Estado, por meio da extinta Companhia de Habitação do Ceará (COHAB-CE) e pela prefeitura, contando com financiamento da Caixa Econômica Federal. A primeira etapa foi construída em 1992, trazendo famílias do Jardim Iracema, Pirambu, Tirol, dentre outros bairros. A segunda etapa foi construída no ano de 1993. Nos conjuntos Vila Velha I e II foram erigidas 637 casas (Figura 2A/B) (SEMACE, 2005). A terceira etapa do conjunto surgiu em 1996 e passou cerca de quatro anos para ser

concluída; nesta etapa foram construídas 275 moradias, para moradores de bairros próximos, como: Jardim Iracema, Álvaro Weyne, Autran Nunes, dentre outros, através do Programa Casa Melhor. As três primeiras etapas foram construídas por mutirão, ou seja, por meio do trabalho de seus proprietários. A quarta etapa, no entanto, contou com a participação popular apenas no acompanhamento das obras. Sendo iniciada em 2000, a construção das 569 casas foi realizada por uma empresa privada (Execução Engenharia), com o acompanhamento da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado (SEINFRA) e das lideranças comunitárias.



Figura 2: (A) e (B) Construção do Conjunto Vila Velha II
Fonte: Sr. Tarcísio (1993)



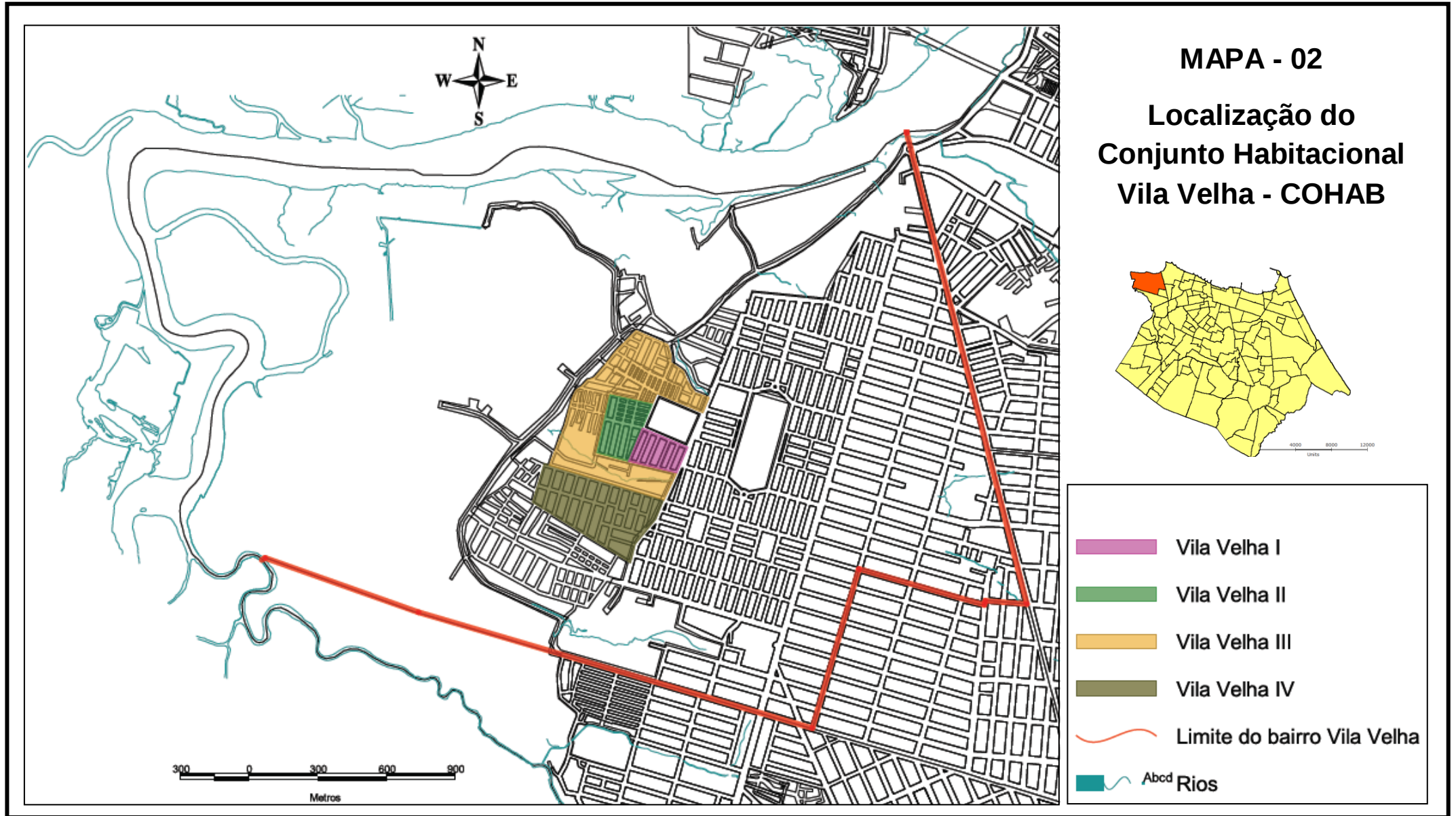
Figura 3: (A) Salina com os montes de sal, início da década de 1990; (B) terrenos da salina atualmente.
Fonte: D. Franci (década de 1990) e registro próprio (2006).

Ressalta-se que o terreno do Conjunto Vila Velha foi adquirido pelo governo como pagamento de uma dívida, viabilizando para a construção do conjunto habitacional (SILVA, 2003). O terreno pertencia à salina Sal Norte, que foi desativada após a construção das primeiras casas do conjunto habitacional. Alguns moradores relatam como se extraía e transportava o sal, bem como era a paisagem marcada pelas montanhas de sal (Figura 3A). Alguns, com ar de saudosismo, lembram os montes de sal, o verde do mangue e o lindo pôr do sol, que aos poucos foi perdendo a beleza, principalmente pela ocupação da área das antigas salinas.

Me encantei com aquele sal, mas era muito sal, aí os carros pegava sal, era muito carro. Quando nós chegamos aqui, a salinas Sal Norte devia muitos impostos pro governo Ciro Gomes, aqui tudo era dele, aí ele perdeu o terreno pela dívida (Líder religiosa, 72 anos, 2008).

Segundo Silva (2003), anos antes da construção do conjunto habitacional a área era ocupada por populações indígenas. De acordo com antigos moradores, antes da vinda do Conjunto Vila Velha só existiam sete casas no Alameda e cinco na Vila Santana. Era um lugar tranquilo onde se praticava agricultura de subsistência. Além disso, a área pertencia ao dono das antigas salinas. Quando os primeiros moradores do conjunto Vila Velha chegaram, segundo relatos, existiam também alguns sítios que aos poucos foram desaparecendo, alguns indenizados, outros foram divididos entre seus próprios moradores, como a fala abaixo:

O proprietário desse sítio, era até o tio, a gente acostumou a chamar ele de tio, [...] o sítio era grande, e tinha uma parte dele, desse sítio que ficava no meio da rua, por conta da terraplanagem, então, quando foi abrir as ruas, a SEDURB, que na época era SEDURB e COHAB, foram abrir as ruas, o sítio cruzava exatamente uma das ruas planejadas, que tinha dentro do projeto de habitação, e aí eles foram indenizados, diminuindo o terreno, e construindo as casas, dentro de uma parte do terreno para os moradores, filhos de moradores, porque era um sítio, mas nesse sítio consistia três quatro casas mais ou menos, que era dos filhos dos moradores (Líder comunitária, 42 anos, 2009).



Os primeiros moradores relatam que a área destinada ao conjunto era tomada por mata fechada e animais silvestres. Havia também uma lagoa, que foi aterrada para a construção de uma das etapas do conjunto e o lixo era depositado em terreno, onde hoje se localiza o Liceu. O mangue era local de lazer das crianças, que se divertiam nas águas do rio. A pesca também servia de subsistência de muitas famílias, sem rendimentos ou de chefes de famílias desempregados.

As condições iniciais de moradia na área eram bastante precárias (pesquisa direta com moradores, 2008). Quando os primeiros moradores oriundos do bairro Jardim Iracema, chegaram, não havia água encanada, luz elétrica e transporte para o local. A água era obtida de poços, a energia elétrica foi colocada irregularmente, como uma extensão de outras casas, por meio de “gatos”, embora, em pouco tempo, tenha mudado esta situação. A telefonia e o transporte coletivo demoraram mais tempo para estar disponível no lugar. O transporte, em 1998, foi acompanhado de calçamento das ruas. O acesso à saúde e à educação também já foi bastante precário, e os serviços localizavam-se bem distantes do conjunto habitacional. A infra-estrutura e os serviços foram sendo instalados gradativamente, acompanhando a vinda de cada etapa. Por meio do trabalho organizado e persistente de várias lideranças comunitárias, foram instalados serviços de saneamento, iluminação pública, transporte coletivo, calçamento nas ruas, áreas de lazer, postos de saúde, escolas e creches. Além disso, em terrenos fornecidos pela prefeitura, foram construídas associações comunitárias, onde são fornecidos cursos (restringe-se apenas parte das associações), creches, espaços de lazer e templos religiosos.

Apesar de todas as melhorias conseguidas e do trabalho de lideranças comunitárias, o problema habitacional no bairro ainda se apresenta grave, principalmente pela presença de uma grande área favelada. Segundo antigos moradores, os terrenos começaram a ser invadidos em meados da década de 1990, antes da construção da terceira etapa do conjunto. Um dos entrevistados confessou que pelo medo de perder o terreno destinado a sua casa, uniu-se a outros moradores que montaram barracos na área destinada à construção do Conjunto Vila Velha III, para proteger o terreno de possíveis ocupações. Este fato é revelador dos conflitos existentes no processo de

apropriação da terra urbana, por parte dos miseráveis, que, depois de apropriada, se constitui território do proprietário, além disso, demonstra o início do processo de ocupação dos vazios existentes naquela área.

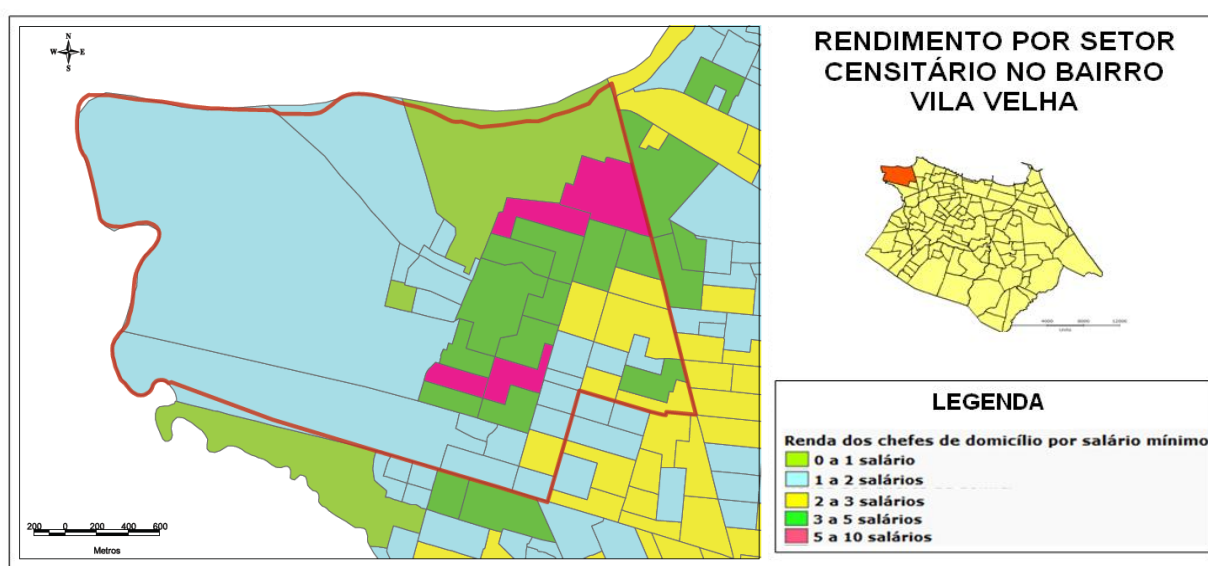
1.3.2. A habitação no bairro Vila Velha

O bairro Vila Velha, ocupando 30,73% da área da Região Administrativa (Secretaria Executiva Regional – SER I), possuía em 2000 (dados Censo IBGE), uma população de 49.468 habitantes, obtendo um crescimento de 3,68% com relação ao ano de 1991, cuja população era de 35.737 pessoas. Considerando a população do ano 2000 e os 11.881 domicílios, há uma média de 4,16 habitantes por residência. Quanto à faixa etária da população, ocorre uma concentração entre 25 e 59 anos, que somavam 25.490, sendo diminuta a população idosa de 60 anos ou mais, que soma 3.116 pessoas. Grande parte dos seus habitantes é alfabetizada, tendo a maioria dos chefes de domicílio cursado até o ensino médio, fato ratificado pela quantidade de anos de estudo fornecida pelo IBGE (2000), até 11 anos de estudo. A maioria dos chefes de família (24,39%) ganha de 1 a 2 salários mínimos¹⁵, sendo elevada a quantidade de chefes sem rendimento (12,44%). Considera-se, portanto, o Vila Velha um bairro populoso, com boa parte de sua população alfabetizada e com nível médio de escolaridade, com chefes de família de baixo rendimento.

Uma consideração importante se faz aos três grupos de renda existentes no bairro, podendo dividi-los em: de sem rendimento até ½ salário (14,38%); de ½ a 5 salários (70,33%) e de 5 a 10 salários (10,90%) (Gráfico 4). Essa separação de níveis de renda se materializa espacialmente no bairro (Mapa 3), havendo setores do bairro onde a população com níveis de renda semelhantes se agrupam, demonstrando uma divisão e uma espacialização destes segmentos no bairro, que se torna visível por meio da diversificação da tipologia das moradias e que foi possível devido à maneira como foram

¹⁵ De acordo com o Censo 2000 do IBGE, o salário mínimo tem o valor de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais).

aplicadas as políticas habitacionais no bairro. Esta divisão se apresenta em conjuntos de classe média, conjunto de interesse social e favela, demonstrando, assim, a complexidade de problemática habitacional no interior do bairro. Deste modo, a classe média, que tende a querer se afastar das populações de baixa renda, entra em conflito com a população residente no Conjunto Vila Velha, que se sente incomodada com a população residente na favela, no entanto esta última ao mesmo tempo sofre o preconceito dos demais moradores do bairro e se beneficia dos serviços e equipamentos construídos com finalidade de atendimento aos moradores dos conjuntos habitacionais.



Mapa 3: Rendimento por setor censitário no Bairro Vila Velha

Fonte: IBGE (2000)

Elaboração: Anna Emília Maciel Barbosa

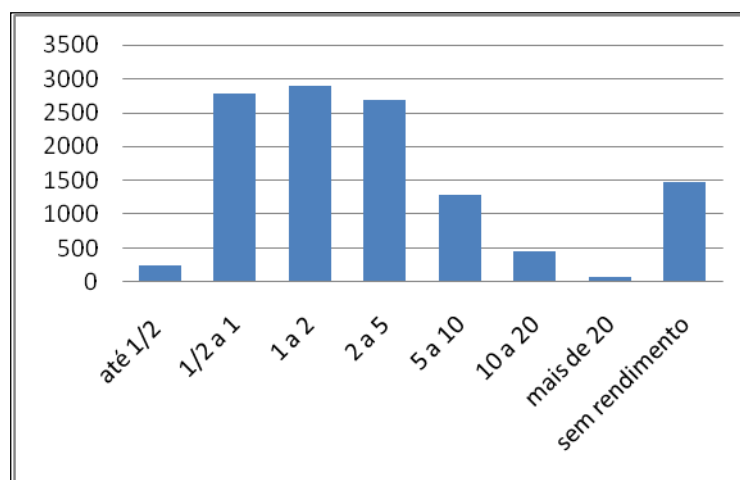


Gráfico 4: Renda média por chefe de domicílio no Bairro Vila Velha

Fonte: IBGE (2000)

Outro conflito existente está relacionado à presença da violência no bairro, de acordo com grande parte da população residente no bairro, afirmando que esta advém dos moradores da favela. Referindo-se à violência no bairro¹⁶, em reportagem ao Jornal O Povo (20 dez. 2007)¹⁷, a Polícia Militar, registrara em 2006, 6.710 ocorrências no bairro Vila Velha, um crescimento de mais de 50%, quando comparado às ocorrências registradas no ano anterior (4.406, em 2005). Os principais tipos de ocorrências criminais registrados no bairro, segundo o levantamento, foram: desordem (862), briga de família (527) e roubo à pessoa (409). O bairro conta com um posto da polícia.

O bairro Vila Velha cresceu em função da vinda dos conjuntos habitacionais, no entanto, um deles, o Conjunto Habitacional Vila Velha não foi bem visto pelos antigos moradores, principalmente por abrigar uma população de baixa renda e por sua construção ocorrer quase simultâneo à formação de uma grande área de ocupação. Os moradores do Conjunto Vila Velha sofreram com o preconceito dos moradores dos demais conjuntos, no entanto, aos poucos, esta realidade foi (e continua) se modificando, bem como a própria realidade infra-estrutural do conjunto habitacional.

1.3.3. A habitação no Conjunto Vila Velha

Atualmente, o Conjunto Habitacional Vila Velha apresenta características semelhantes ao de um bairro popular, com algumas deficiências de infra-estrutura. Por meio de pesquisa de campo e aplicação de questionários, com o objetivo apenas de dar qualidade ao trabalho, identificou-se alguns destaques no conjunto habitacional.

As casas, em sua maioria, são térreas, de alvenaria, com variação na quantidade de cômodos, onde a maior parte possui mais de quatro

¹⁶ Para Pedrazzini (2006) a violência é resultante de um encadeamento lógico de causas diversas, entretanto a violência social da metrópole é consequência da violência da urbanização, que por sua vez resulta da violência da globalização. A distribuição desigual dos benefícios entre a sociedade se revela como uma das causas geradoras deste fenômeno. Em geral, acusam-se os pobres pela violência na cidade, entretanto, conforme Pedrazzini, são eles os mais atingindo por ela.

¹⁷ Reportagem de Ricardo Moura

cômodos. Grande parte das habitações pesquisadas já passou por reformas, servindo, algumas, para o trabalho familiar, como pequenas mercearias, depósitos de construção, salões de beleza, dentre outros, revelando uma prática comum de construção de pontos comerciais nas casas, o que faz parte do desenvolvimento do bairro e que surge como mais um meio de sobrevivência dos habitantes. A grande maioria das casas é própria, visto sua aquisição por intermédio do Estado, entretanto há casas de aluguel e para venda. A constituição de um mercado de casas populares se faz através de uma prática disseminada, que tem como base a venda de casas conseguidas por intermédio de benefícios sociais.

Quanto aos serviços básicos, grande parte dos entrevistados afirmou que suas residências estão ligadas à rede de esgoto, sendo uma minoria os que utilizam fossas como destino aos seus dejetos. O esgoto, que antes era de “fundo de quintal”, passou a ser ligado à rede geral de saneamento da cidade. Esta informação é ratificada pelos dados fornecidos pelo IBGE (2000), onde 61,70% dos domicílios particulares do bairro estão ligados à rede geral de esgoto ou pluvial. O atendimento à maioria dos domicílios deste setor da cidade se explica devido estar localizado na área de abrangência do SANEAR I¹⁸.

¹⁸ O SANEAR é um programa executado pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE com o objetivo de ampliar o serviço de abastecimento de água e saneamento básico no estado. Sua primeira fase foi executada entre os anos de 1996 e 1998, atendendo grande parte do setor oeste da capital. Atualmente, o SANEAR II se encontra em execução, compreendendo setores de sub-bacias do Rio Cocó e Rio Siqueira. Por meio deste programa, tem-se na cidade muitos bairros populares melhor atendidos pela rede geral de saneamento básico, do que alguns bairros de classe média alta, situados na porção sudeste, por exemplo (informações cedidas pela CAGECE).



Figuras 4: (A) Ponto final das Topics que servem o bairro; (B) infra-estrutura do conjunto habitacional.

Fonte: Registro próprio (2009 e 2008)

A coleta sistemática de lixo é regular, embora nem todas as ruas sejam beneficiadas, devido à impossibilidade de passagem do caminhão coletor. Devido a este fator, os moradores, cujos domicílios não são atendidos, se utilizam do contêiner de lixo. Outro serviço disponibilizado aos moradores é o de transporte coletivo com linhas de ônibus regular (Nova Assunção/Francisco Sá) e transporte alternativo (Linha 57) – Figura 4A, considerados pelos entrevistados de boa acessibilidade.

Os chefes de família são, na maioria dos domicílios pesquisados, homens, todavia grande parte conta com a ajuda financeira de suas mulheres. Há predominância de apenas uma família por domicílio, no entanto percebeu-se a presença de mais de uma família nas habitações (coabitação). Constatou-se uma média de cinco a seis habitantes por residência, sendo superior à do bairro que possui uma média de 4,16 habitantes por residência. A renda média domiciliar está em torno de um a dois salários mínimos. Os moradores com maior renda se restringiam, em grande parte, aos donos de comércios. Devido à baixa renda das famílias, algumas delas são beneficiadas por programas sociais, como: Bolsa Escola e Bolsa Família.



Figura 5: (A) Presença de lixo nos vazios; (B) esgoto a seu aberto.
Fonte: Registro próprio (2009)

O Conjunto Habitacional Vila Velha é uma construção recente, que dispõe de oferta de infra-estrutura e serviços (Figura 4B), embora parte dos moradores não seja atendida, nem tenha meios para obtê-los via mercado, pois estão desempregados. Há muitos problemas e melhorias reivindicadas por estes, como demonstram as figuras 5A/B. A oferta de serviços públicos não atende a todos os moradores do conjunto e da ocupação. Fica nítido, assim, o descaso das políticas públicas em relação às populações mais pobres.

As lideranças reclamam da falta de postos de saúde, creches comunitárias, escolas de Ensino Médio mais próximas (pois atualmente só possuem o Liceu do Vila Velha), mais áreas de lazer e segurança, que são escassos para atender à grande demanda da população que só aumenta. Atualmente, alguns benefícios foram conseguidos por meio da participação popular, através do Orçamento Participativo (2006), desenvolvido pela prefeitura, como o projeto para a construção de um posto de saúde (que foi interrompido) e um Centro de Formação para Jovens, além da construção de 30 casas populares no Planalto Pici para moradores do Buraco da Velha, uma das áreas faveladas contida no conjunto habitacional (obra já executada).

A construção do conjunto habitacional estimulou a ocupação de áreas das antigas salinas e a formação de favelas. As favelas encontradas são consideradas áreas de risco por alagamento. No conjunto habitacional, são encontradas três áreas de risco que somam 1065 famílias, em 2006 (dados

fornecidos pela Defesa Civil do Município). Em 2005, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente, já contabilizava 964 famílias, podendo registrar um crescimento de aproximadamente 10% em um ano. Algumas favelas do conjunto Vila Velha possui nomes próprios, como Inferninho, Dos Canteiros, Buraco da Velha (removida recentemente). No entanto, a ocupação ainda é vista como uma extensão das etapas do conjunto habitacional, tendo como denominação Vila Velha II, III e IV.

Segundo funcionários públicos que trabalham com a área, os moradores destas áreas são extremamente carentes, constituindo-se, em sua maioria, migrantes de outros bairros, sendo comum mulheres ocupadas como empregadas domésticas e homens como catadores de lixo. Parte da população do bairro é constituída por antigos habitantes da porção litorânea oeste de Fortaleza, que foi deslocada compulsoriamente pelo programa de urbanização Costa Oeste¹⁹. Estes foram deslocados e receberam indenizações públicas, entretanto buscaram novamente terras públicas para habitação. Atualmente, contudo, a população de ocupação se estabilizou, segundo informações da SER I.

A paisagem da área ocupada evidencia a forma de vida precária da população, que vive em condições subumanas (Figura 6A/B). Problemas como esgoto a céu aberto e alguns ambientes, onde se instala lixo doméstico, facilitam a proliferação de mosquitos e insetos, transmissores de doenças ao homem, causando riscos à saúde da população. As ocupações não oferecem nenhum tipo de infra-estrutura para a população residente. Alguns moradores demonstram o desejo de morar em outro lugar melhor servido de infra-estrutura, no entanto, os moradores mais antigos não pretendem mudar seus locais de residência, embora sofram com as constantes enchentes e doenças.

¹⁹ O Projeto Costa Oeste de 2002, tem por objetivo a construção de uma avenida, ligando o bairro Barra do Ceará ao Pirambu, no entanto o projeto foi paralisado algumas vezes, sendo retomado em 2006, pela prefeitura com outro nome – Vila do Mar. Atualmente, o PAC prevê um investimento de cerca de 66 milhões de reais para o referido projeto.



**Figura 6: (A) e (B) Área ocupada irregularmente no bairro Vila Velha.
Fonte: Registro próprio (2006, 2008)**

De acordo com moradores, em 1999, ainda existiam muitas áreas verdes, que começaram a ser ocupadas. Inicialmente foram construídas casas de taipa que, posteriormente, foram substituídas por alvenaria. Os residentes se utilizavam de serviços ofertados para os demais conjuntos, mas, depois, por intermédio das lideranças, conseguiram serviços mais próximos da área bem como ser atendidos por políticas habitacionais.

Segundo depoimentos, as ocupações dos terrenos públicos são feitas de modo organizado, não escolhendo os locais de forma aleatória, mas de forma estratégica, ou seja, com a vinda do conjunto habitacional para área, era possível prever uma futura valorização dos terrenos, além da instalação de serviços e equipamentos nas proximidades da ocupação. Dessa forma, entendendo a casa como uma mercadoria em que se pode agregar valor, quanto melhor sua localização, mesmo em lugares impróprios à habitação, maior o seu valor e maior serão os ganhos dos envolvidos neste mercado residencial informal.

Pra você ter uma idéia, quando nós chegamos aqui, que era mata virgem, jamais ninguém ia pensar em invadir. Só invade quando sabe que alguém vai construir nesse local. Quando saiu a informação, que ali no Vila Velha vai começar a construir aí o pessoal invade, só lá no início lá em cima, tiraram eles três vezes, com cavalo, com polícia (Líder comunitário, 48 anos, 2008).

Apesar de grande parte das habitações já serem de alvenaria, algumas são bastante precárias, sendo construídas com materiais diversos, como taipa e/ou resto de madeiras, ou qualquer material que se possa constituir a parede da casa. E apesar da precariedade das moradias e do local da ocupação, há um mercado envolvendo estes tipos de moradia. Os chamados barracos, e os de lotes de terra pública, são objeto de relações e interesses mercantis, que se desenvolve no interior dos processos sociais de luta pela moradia. Essa é uma marca de perversão, ou seja, o lugar dos excluídos também se encontra mergulhado nas relações de mercado, revelando uma (re)captura dos “excluídos” pelo sistema capitalista.

Os moradores das áreas de risco vivem sem saneamento e água encanada, mas a energia elétrica já é um serviço acessível à maioria dos moradores, seja de forma legal ou por meio de “gatos”. Ressalta-se que a área ocupada é protegida legalmente e nela não poderiam ser instalados os postes de energia, que, no entanto, são vistos como uma conquista popular por intermédio de vereadores e/ou outros políticos. Apesar de todas estas ações, o pouco do ecossistema manguezal que ainda resiste à degradação causada pelas ocupações e serve de sustento e lazer para os moradores da área.

1.3.4. O meio ambiente urbano no conjunto Vila Velha

O Conjunto Habitacional Vila Velha incorpora áreas verdes demarcadas como Área de Proteção Ambiental (APA), fato que tem sido causador de sérios problemas ambientais e jurídicos (Figura 7). A APA do Rio Ceará, criada por Decreto Estadual (nº 25.413 de 29.03.99), cujos usos conflitam com os objetivos sustentáveis recomendados nas normas de proteção do território de aproximadamente 2,8 mil hectares, está localizada entre os limites dos Municípios de Fortaleza e Caucaia. Conforme a SEMACE (2006), a criação da APA é justificada em face das peculiaridades ambientais do Estuário do Rio Ceará, que torna este ecossistema de grande valor ecológico e turístico e pela natural fragilidade do equilíbrio ecológico deste estuário em permanente estado de risco, face às intervenções das atividades

humanas. Dentre os principais problemas trazidos pela ocupação tem-se a poluição da área.

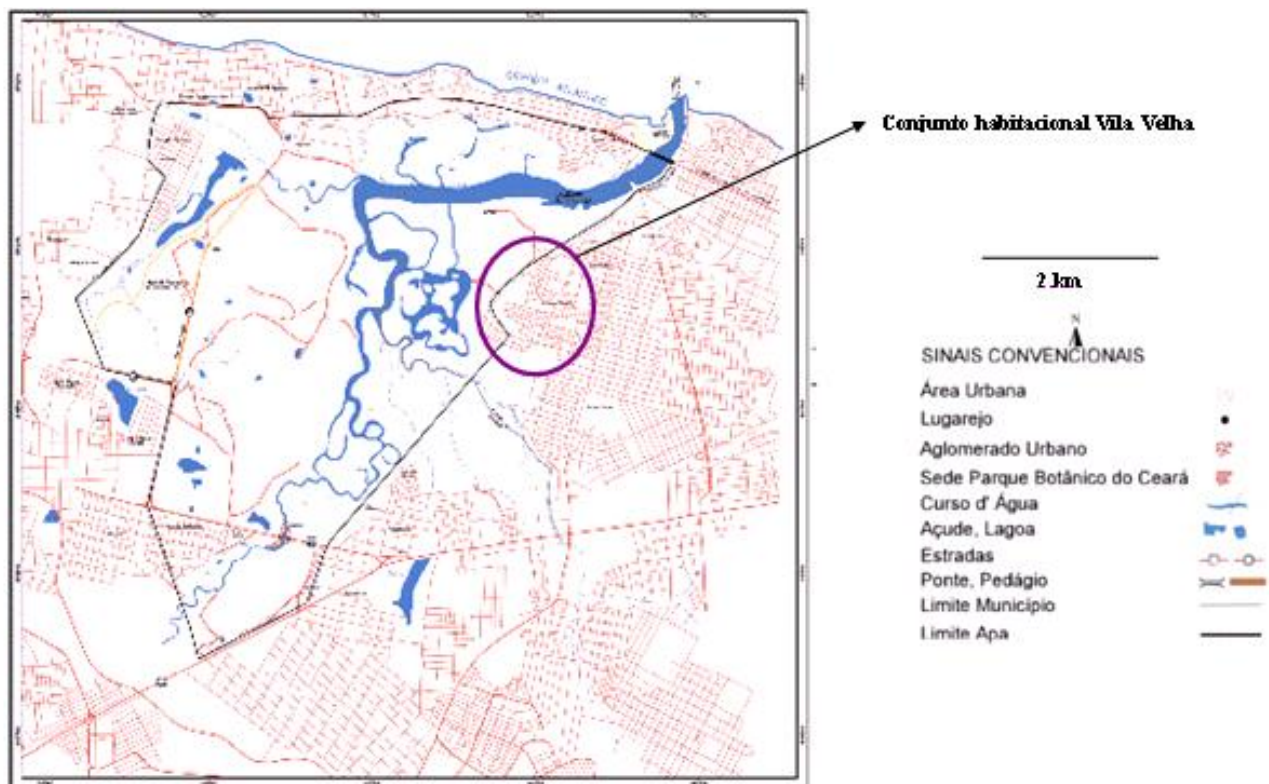


Figura 7: Localização do conjunto Vila Velha na APA do Rio Ceará
Fonte: SEMACE, 2005, adaptado.



Figura 8: Proximidades do Conjunto Vila Velha – (A) Área verde da APA do Rio Ceará; (B) Poluição causada pela ação humana.
Fonte: Registro próprio (2006); SILVA (2008)

Por meio ambiente, entende-se, segundo Jacobi (2006), como um habitat socialmente criado, cuja configuração física é modificada pela ação do homem. Deste modo, parte-se do pressuposto que o meio ambiente urbano refere-se ao meio ambiente produzido socialmente na cidade. Ainda segundo este autor, os problemas relativos ao meio ambiente urbano estão relacionados à forma de vivência dos moradores, ou seja, às suas práticas.

Para Silva e Pereira (2005), as planícies flúvio-marinhas, que são, em parte, constituídas pelos manguezais, vêm sendo ocupadas de forma irracional, como no conjunto habitacional em questão, apesar de sua importância ecológica e econômica. Em Fortaleza, este processo de ocupação das planícies flúvio-marinhas não ocorre somente ao longo do Rio Ceará, mas também às margens de outros rios de grande porte que cortam a cidade como Cocó e Maranguapinho, acarretando em desmatamento, expulsão e matança da fauna e poluição para a edificação de grandes empreendimentos comerciais e residenciais, bem como dar lugar a habitações precarizadas.

Segundo estudos de Ribeiro, Souza e Beserra (2007), poluição por esgotos, tanto industriais como domésticos; lixo; retirada de areia para a construção civil; falta de saneamento básico, principalmente na ocupação nas áreas do Conjunto Vila Velha, foram alguns dos impactos constatados na planície flúvio-marinha do Rio Ceará (Figura 8A/B).

O território do conjunto Vila Velha também está incluído no Projeto Orla, fazendo parte da Unidade I - Trecho I. Este projeto tem âmbito municipal e tem como objetivo identificar os problemas da orla marítima do município de Fortaleza e estabelecer medidas de planejamento e gestão integradas, estratégicas e disciplinadoras de uso e ocupação da orla marítima, considerando-se os aspectos sócio-econômicos, ambientais e patrimoniais, através da articulação entre as três esferas de governo e a sociedade civil (PMF, 2006), ou seja, o projeto visa o melhoramento do litoral de Fortaleza, para fins capitalistas, no entanto mascarado, pelo seu discurso de participação democrática.

De acordo com o projeto, o setor ocupado pelas favelas próximas ao Conjunto Habitacional Vila Velha possui potencialidades turísticas, históricas, além de valor paisagístico, no entanto, a ocupação e a construção de

edificações nas áreas de risco e de preservação são consideradas como o grande problema da área. Estes problemas podem gerar, em um futuro próximo, obstrução do acesso à praia, degradação paisagística e ambiental, formação de áreas de risco, diminuição dos recursos pesqueiros e proliferação de agentes vetores de doenças. Assim, o Projeto Orla vê a necessidade de uma política habitacional na área, além de execução de projetos de recuperação ambiental e paisagística e articulação entre os diversos órgãos fiscalizadores.

Dessa forma, a ocupação irregular no interior de áreas verdes tem provocado danos ao meio ambiente que vêm preocupando Estado e sociedade. No entanto, sabe-se que a solução para tal problema não é apenas a retirada da população residente, mas sim a aplicação de políticas sociais e ambientais que busquem a maior qualidade de vida e uma melhor relação entre a sociedade e a natureza.

1.4. Algumas considerações

A questão habitacional é um dilema enfrentado por milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, aparece como problema social grave que se alastra, principalmente, pelo espaço urbano. Com o crescimento da cidade, o déficit habitacional apresentou gradual aumento e perversidade na forma como atinge os setores mais pobres da sociedade. Vale ressaltar que a definição de déficit habitacional, em parte, não significa déficit de casas, ou seja, se existe grande quantidade de casas à venda no mercado imobiliário, pode-se constatar que não há um déficit de casas, mas, ao mesmo tempo, inexistem casas para a população que está excluída deste mercado. Portanto, o que existe é um déficit de casas para parte do povo que não tem como pagar por este bem, estabelecendo-se uma relação direta entre tipo de moradia e renda. Assim, para este, resta a periferia da cidade, onde as terras são mais baratas, o que facilita o acesso a um teto.

O desenvolvimento de políticas públicas de habitação foi o principal meio utilizado pelo Estado, bem como pela sociedade representada pelos movimentos sociais, como forma de solucionar a problemática habitacional.

Desde a década de 1960, o país passou por uma série de políticas urbanas que resultaram em um reordenamento urbano baseado na expulsão da população pobre para a periferia e valorização das terras centrais. Entretanto, as políticas executadas não conseguiram pôr fim ao problema, que só se agravou e revelou outros, como segregação sócio-espacial, ocupações de terras públicas e loteamentos irregulares.

É nesse contexto de ação sistemática do Estado em políticas habitacionais que se edificou o conjunto habitacional Vila Velha. Este foi um dos últimos grandes conjuntos habitacionais construídos pela COHAB, sob regime de mutirão, que revela as consequências do planejamento urbano elaborado pelo Poder Público e as soluções encontradas pela população para a falta de habitação. Assim, o que serviria para minimizar o problema habitacional resultou em um novo, já que a construção do conjunto habitacional atraiu a proliferação de favelas nas suas proximidades. Põe-se em questionamento, a partir desse fato, a validade das políticas aplicadas, pois será esse o caminho para o fim da problemática habitacional? Estado e movimentos sociais são sujeitos importantes envolvidos com essa temática e que por meio de suas ações, promovem relevantes mudanças no espaço, na tentativa de solucionar tal questão. Mas será que há solução viável em uma sociedade capitalista?

O conjunto Vila Velha é um espaço marcado por conflitos. Sua realidade gira em torno da questão habitacional, com a presença de moradias precárias e problemas de infra-estrutura. A luta pela terra urbana, aliada a políticas habitacionais, foi o motor para a sua edificação. Durante e após sua construção, conflitos internos ocorreram entre moradores que buscam defender seu território de ação e de habitação. A vinda do conjunto habitacional e da ocupação trouxeram também conflitos internos entre seus moradores, onde os de classe média negam os pobres, e estes, os miseráveis. Há, ainda, uma questão ambiental que envolve o conjunto, em razão de localizar-se sobre uma Área de Proteção Ambiental, indo contra suas normas de uso e promovendo impactos como desmatamento e poluição. Dessa forma, tem-se uma realidade marcada por um emaranhado de problemas que giram em torno, principalmente, da busca pela sobrevivência em uma sociedade capitalista.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO POR DIFERENTES SUJEITOS

A produção do espaço urbano acontece pelo constante movimento dos diferentes sujeitos sociais. Mediados por seu trabalho, que é movido por uma finalidade, estes vão construindo formas sobre o espaço e estabelecendo relações sócio-espaciais que se modificam no decorrer da história e que vão deixando suas marcas²⁰ no espaço e no tempo. Estes sujeitos, geralmente, formam grupos com interesses específicos, sejam eles políticos, econômicos, culturais, dentre outros.

Corrêa (1999), em *O espaço urbano*, enumerou como agentes produtores do espaço, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Santos (1981) destaca a ação de três atores principais na periferia das cidades, que buscam de alguma forma materializar seus interesses sobre o espaço.

Três atores têm ação destacada nos dramas urbanos que se representam no palco das periferias: o Estado (instância ou instâncias do Poder Público influente(s) na escala local); o Capital (representado por empresas formalizadas grandes e pequenas ou mesmo por indivíduos); os Moradores (indivíduo-usuário ou grupos representativos de diversas ordens). Esses três atores, condicionados, é claro, por determinantes urbanos e econômicos maiores, vão compor de diversas formas para tirarem o máximo de partido das conjunturas que tiverem que enfrentar (SANTOS, 1981, p.28-29).

Acredita-se que esses sejam sujeitos sociais, ou seja, determinados indivíduos ou grupos, incluindo também instituições, que participam ativamente na produção do espaço urbano. Assim, a paisagem da cidade reflete as ações desses diferentes sujeitos. Tais ações, que são movidas por interesses diversos, resultam em contradições, que se materializam no espaço. Em Fortaleza, a mobilidade espacial produzida pelo Estado, movimentos sociais e

²⁰ O homem ao reproduzir o espaço também cria formas, estas, embora ainda perdurem atualmente e sejam a marca registrada de um período histórico, muitas vezes não mantém as funções originais. Estas formas pretéritas ainda presentes na paisagem são chamadas por Santos (2002a) de rugosidades. "Rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporada ao espaço" (SANTOS, 2002a, p.173). Ainda segundo este autor, o espaço testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada.

o capital produzem, dentre outras materialidades, bairros como Vila Velha e seu conjunto habitacional de mesmo nome, que surgem e sobrevivem da sua ação combinada.

Neste capítulo, dar-se-á ênfase aos sujeitos que ganham destaque na dinâmica espacial do Conjunto Habitacional Vila Velha. Concorde-se com Calvacanti (2001, p.13) que “a produção do espaço urbano para fins de habitação obedece à lógica da produção econômica e é comandada por diferentes atores”, apenas acrescentando que a ela também obedece à lógica da necessidade e da luta de classes. No conjunto habitacional em questão, o Estado e os movimentos sociais, que algumas vezes agem de forma aliada aos interesses do capital, se destacam pela ação tríplice de produção do espaço, em grande parte, compartilhando interesses relacionados à produção de moradias, aparentemente conflitantes.

2.1. O papel do Estado e das políticas sociais na produção espacial

O Estado sempre esteve presente na sociedade, no entanto com formas e modos de funcionamento que foram se modificando conforme o amadurecimento do capitalismo (HARVEY, 2005). O que se denomina Estado, conforme Hirsch (2001), surgiu com a sociedade burguesa e isso representa uma de suas características fundamentais. O Estado Moderno, que surgiu na Europa, distinguia-se pela centralização do poder político e a afirmação da territorialidade política. A centralização territorial do poder foi um dos marcos da modernidade, instituindo relevantes mudanças em diversos campos (político, econômico e social) em relação à ordem feudal (CASTRO, 2005).

Para Marx e Engels, conforme Harvey (2005), o Estado é originário da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade, entretanto pela necessidade de se assumir como independente, garantindo assim o interesse comum, transforma-se em um “poder alienígena” que pode dominar os indivíduos e os grupos. Para dominação, o Estado utiliza instrumentos criados pela sociedade, para sua própria dominação, como a lei, impostos e a coação. Marx entende que o Estado segue os interesses da classe dominante,

pois é ela quem domina, bem como, planeja e regula a produção e distribuição das idéias.

Entende-se o Estado como um conjunto de instituições permanentes (como os órgãos pertencentes às esferas legislativa, executiva e judiciária) que possibilitam a ação do Governo; sendo diferenciado de Governo cuja temporalidade é demarcada enquanto “um conjunto de programas e projetos que parte da sociedade [...] propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por determinado período” (HOFLING, 2001, p.31). Assim, o Estado aparece como uma grande instituição formada por um conjunto de instituições perenes, que insere sua ideologia na sociedade. O Governo assume as funções de Estado, porém em determinado período, cuja temporalidade caracteriza a passagem de um grupo político no poder.

Para Hirsch (2001), apesar de se viver sob uma democracia, isto não quer dizer que se vive sob pleno domínio popular. A democracia em que se vive está relacionada ao sistema político, cujas eleições se dão, mais ou menos, de forma livre, e na qual se tem um Estado de direito. A atual (ou real) democracia consiste num sistema de disputa pelo poder, por parte de empresas, partidos, burguesia, dentre outros. Assim, o fundamento dessa democracia está nas relações capitalistas, como afirma Farias (2000):

Nesse sentido, podemos falar numa *democracia capitalista*, ou seja, em um conjunto de procedimentos políticos – sistema do voto, competição partidária, representação parlamentar –, regido pelo princípio da soberania popular, o qual contribui para a manutenção do sistema capitalista (FARIAS, 2000, p.49).

Hoje, pode-se dizer que o Estado é uma forma de poder que aparece autônomo e centralizado, pois, ao mesmo tempo em que se diz autônomo, é subordinado às relações estabelecidas pelo mercado e pela sociedade. Quanto à relação Estado e Mercado, pode-se dizer que estes são simultaneamente opostos e dependentes. Por isso, as classes economicamente dominantes, complementa Hirsch (2001), vão se assegurando no poder.

El Estado tiene que intervenir en el accionar del mercado y con esto siempre tiende, en última instancia, a suprimirlo. Al mismo tiempo sigue dependiendo fundamentalmente de que persista el proceso de valorización capitalista del mercado (HIRSCH, 2001, p.38-39).

Santos (2002a) afirma que o Estado é necessário ao sistema, dentre outras razões, por ser responsável pela penetração de inovações e criação de condições de investimentos; por conseguir assegurar a continuidade e reprodução da desigual distribuição das riquezas na sociedade; e por possuir um papel mistificador, como propagador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças. Portanto, o autor coloca o Estado como instituição que defende primordialmente os interesses capitalistas, em detrimento dos interesses sociais, promovendo-lhe “falsas esperanças” sobre uma melhoria da qualidade de vida das populações pobres, acentuando ainda mais a concentração de renda nas mãos da classe dominante. Há, então, uma semelhança com o pensamento de Corrêa (1999, p.26) ao falar que a ação do Estado “tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder”.

Ao se analisar o Estado capitalista como um agente a serviço da classe dominante, principalmente, quando se refere ao planejamento urbano, tem-se uma leitura reducionista do Estado, conforme Souza e Rodrigues (2004). O Estado capitalista é uma instituição atravessada por vários interesses, que ainda tende a direcionar suas políticas de forma conservadora, beneficiando as elites, embora também sob a pressão crescente dos movimentos populares. Souza e Rodrigues (2004) ressaltam a característica mais geral e as particularidades do Estado brasileiro ao afirmarem que “o Estado, em uma sociedade capitalista, marcada por conflitos, contradições e desigualdades, tende a promover ações de planejamento e de gestão que, normalmente, facilitam a manutenção das desigualdades” (p.28), apesar de “em determinadas circunstâncias, ser ocupado por forças políticas comprometidas com algum tipo de mudança na direção de mais justiça social” (p.20).

Por isso ressalta-se que “o Estado é produto da história e que a teorização sobre o seu papel não deve esquecer as diferentes articulações que

ele expressa no âmbito geral das lutas sociais” (BARREIRA, 1991, p.35). Isso significa uma atuação do Estado não é apenas movida pelos interesses da elite capitalista, mas influenciado pela luta de classes, por meio dos movimentos sociais. Estes são um tipo de participação política, em geral, desenvolvida por grupos residentes na periferia, que expressam o conflito e a diferenciação de classes na desigualdade de acesso a bens e serviços urbanos e sociais. Baseado na participação popular, o Estado, todavia, possui a nítida intenção de controlar os movimentos sociais, por meio de políticas, mantendo sua posição de classe, identificada nas populações de níveis de renda alta. Deste modo, a ação do Estado pode ser diferenciada, na medida em que “é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles” (CORRÊA, 1999, p.26).

Poulantzas (1977) identificou o Estado nacional-popular-de-classe, visto o Estado estar duplamente subordinado, primeiro à mercê da vontade popular, além de comprometido com a estrutura econômica. Assim, as relações sociais estabelecidas pelas diferentes classes sociais podem influenciar diretamente as ações estatais, mesmo que seus interesses possam ser conflitantes, resultando em um Estado marcado por conflitos. Sendo subordinado à sociedade capitalista, esta instituição reflete a relação de forças existentes entre os diferentes grupos sociais que a compõem. O Estado, portanto, é contraditório, aparentando uma unidade de interesses, pois de fato representa a classe dominante na maioria de suas ações.

Para atuar na produção do espaço, o Estado dispõe de uma diversidade de instrumentos. Neste tópico, dar-se-á destaque às políticas públicas. Estas seriam o instrumento de ação do Estado sobre o seu território, bem como sobre a sociedade que representa. Castro (2005) assegura que “a política como ação das instituições públicas é social e territorialmente abrangente” (p.52), sua ação, portanto, atinge uma totalidade sócio-espacial, diferente da ação de qualquer outro sujeito ou grupo social, que é mais restrita a sua área de atuação.

As políticas sociais são ações de Estado com finalidade de proteção social, “redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”

(HOFLING, 2001, p.31), ou seja, por meio dessas, o Estado atua em benefício da população pobre, desempenhando o papel de provedor de direitos desta. Esta instituição utiliza políticas assistencialistas, o que não contribui efetivamente para uma melhoria da qualidade de vida das populações carentes de atendimento. As políticas habitacionais, que surgiram inicialmente como forma de reordenamento e limpeza das áreas centrais das cidades, vem se reproduzindo desde meados do século XX na tentativa de minimizar o déficit habitacional, em especial nas capitais, onde o problema possui grandes proporções. Esta modalidade de política pública, assim como outras, serve como instrumento de dominação do Estado sobre a sociedade, fundamentalmente, sobre os segmentos mais pobres que se tornam dependentes do Poder Público para sobreviver.

É relevante na produção da moradia compreender o papel do Estado, que tem no atendimento ou não da demanda um instrumento político importante, usando-o como estratégia para assegurar seu controle sobre o espaço e como garantia de reprodução ampliada do capital (COSTA; OLIVEIRA, 2007, p.37).

No Brasil, as políticas habitacionais foram melhor sistematizadas na década de 1960, com o Estado representado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e COHABs. O papel do BNH no cenário político gerou diversas críticas quanto a sua atuação, devido, principalmente, ao viés capitalista e financialista de suas políticas. Sua função principal era emprestar “dinheiro a agentes que executam os programas habitacionais eles mesmos (caso de habitações para as camadas de baixa renda), ou que os transferem para empresas de construção (caso das financeiras para moradias de classe média)” (SANTOS, 1981, p.19). Deste modo, o banco limitou-se a arrecadar os recursos financeiros para posterior transferência a agentes privados. O objetivo inicial do banco era facilitar o acesso à casa própria, no entanto, devido à crise no setor habitacional, passou a privilegiar negócios mais lucrativos, como o financiamento de imóveis para a classe média. O investimento em construção civil financiado a partir do FGTS foi o motor inicial do “milagre econômico”, alcançando diversos resultados simultâneos tais como: vender a ideologia da casa própria, alavancar a

acumulação capitalista através de um “ajuste espacial interno” e reduzir conflitos sociais através da captura das demandas populares pela lógica da mercantilização.

A crise econômica²¹ (pós-80) ocorrida no período ditatorial, aliada ao caráter lucrativo dos programas habitacionais, à especulação dos terrenos localizados na malha urbana; e ao custo elevado dos materiais de construção e da implantação de infra-estrutura provocou uma crise no sistema habitacional. Esta crise foi seguida de dois períodos: no primeiro, os contratos de financiamento beneficiavam os contratados, pois baseavam-se nos salários, que eram regidos pela inflação, resultando em um preço bastante baixo; e num segundo momento, os contratos eram baseados nas taxas de juros, que subiam de acordo com a inflação, deixando-os mais caros e tornando a lógica habitacional financeira insustentável com a inadimplência dos beneficiários. Isso fez com que as políticas habitacionais se voltassem para a população de baixa renda que pudesse pagar por suas casas, como também à classe média, não atendendo às camadas mais pobres da sociedade e às mais necessitadas.

No fim da década de 1980, o BNH cai, sendo substituído pela Caixa Econômica Federal, fato que mostra a associação da “questão habitacional” ao ritmo da acumulação econômica, restando, com a crise, apenas os instrumentos financeiros que lhes deram origem. Chaveiro e Anjos (2007) criticam a atuação da Caixa Econômica Federal afirmando “que além de nunca ter desenvolvido programas habitacionais sérios, foi palco de administrações mal explicadas e acobertadas pelas diversas esferas governamentais” (p.189), colocando em cheque a atuação do Estado quanto às políticas sociais. Identifica-se, deste modo, as ações contraditórias do Estado capitalista, que se espacializam de forma visível, como na segregação espacial ou na diferença

²¹ A crise econômica de 1980, período conhecido como a década perdida, gerou recessão de cerca de três anos até a próxima crise em 1987. A crise de 80 foi resultado de diversos acontecimentos internacionais, como o choque do preço do petróleo, a recessão norte-americana e a elevação violenta das taxas de juros internacionais, que geraram graves consequências para o Brasil, como a renegociação da dívida externa com o FMI. Ainda para Pereira (2003), três sintomas básicos caracterizaram a crise brasileira: a estagnação sem precedentes da renda por habitante, a redução de aproximadamente seis pontos percentuais na taxa de investimento e as taxas de inflação altíssimas.

de distribuição de infra-estrutura e serviços entre espaços habitados por rico e pobres.

A construção do conjunto Vila Velha ocorreu num momento de crise econômica e do modelo de financiamento habitacional anterior, dando margem ao surgimento de formas alternativas de produção do espaço pelas classes populares, como a partir da execução do Programa Nacional de Mutirão Habitacional. O Estado, novamente capturando as demandas populares e suas formas, promoveu a construção das quatro etapas do conjunto habitacional. O programa citado foi o primeiro de outros, posteriormente executados no conjunto habitacional. Nos itens a seguir, far-se-á uma apresentação das políticas habitacionais que atuaram na modelação espacial do conjunto Vila Velha, bem como nas relações sociais nele estabelecidas.

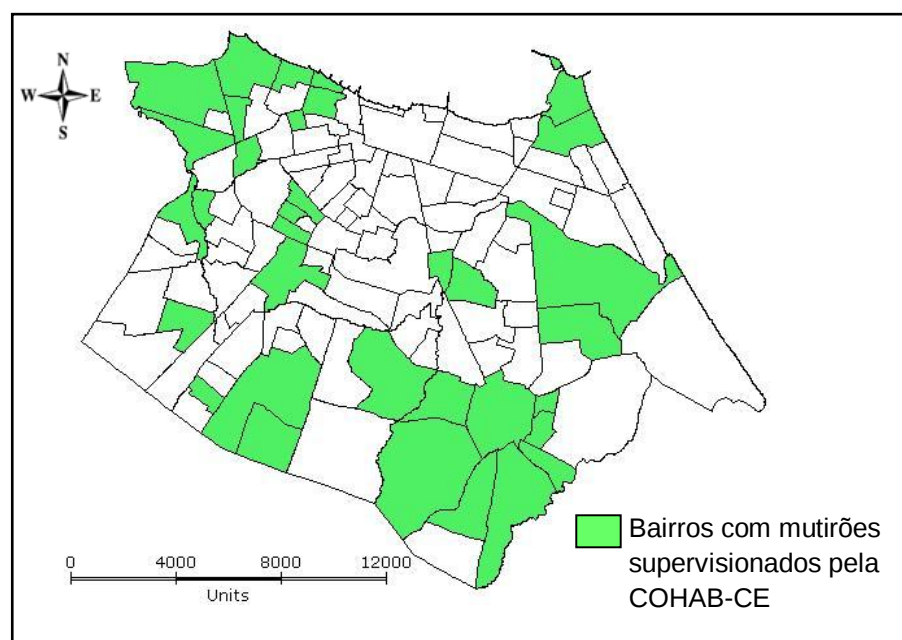
2.1.1. Programa Nacional de Mutirão Habitacional e sua atuação na produção do Conjunto Vila Velha.

Os termos autoconstrução, mutirão, auto-ajuda e ajuda mútua são usados para designar um processo de trabalho que visa à cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho (MARICATO, 1982). Esse tipo de técnica tem sido um recurso utilizado para solucionar o problema habitacional enfrentado por muitos moradores dos centros urbanos. Ressalta-se que autoconstrução é uma prática rural que veio para a cidade por falta de escolha da população mais pobre, que precisa trabalhar no fim de semana, ou nas horas de folga para construção da casa própria.

A autoconstrução se estende, portanto para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. O assentamento residencial da população migrante em meio urbano, fundamental para a manutenção da oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas de seu próprio esforço, sem que o orçamento “público” se desvie de outras finalidades, na aplicação (MARICATO, 1982, p.79).

O mutirão foi definido e adotado como “uma alternativa habitacional baseada no esforço coletivo e organizado da comunidade – os chamados mutirantes – para a construção de suas próprias moradias” (ABIKO; COELHO, 2006, p.8), barateando a habitação popular. Ainda segundo os autores, o mutirão foi igualmente utilizado por diversos países, principalmente em momentos de crises e de dificuldades econômicas.

Na década de 1980, dentre as políticas sociais desenvolvidas, destaca-se o Programa Nacional de Mutirão Habitacional (PNMH) criado em 1987 e implementado no Ceará, no mesmo ano. Segundo Braga (1995), o plano considerava que a população de baixa renda (residentes em favelas, cortiços e nas periferias das cidades) precisava de tratamento especial, portanto objetivava a construção de 3,1 milhões de casas com suas respectivas infra-estruturas, em todo o Brasil. O sistema de seleção dos moradores consistia em receber um projeto elaborado pelas organizações de bairro para assistir às famílias de baixa renda, que viviam de aluguel e/ou em áreas de ocupações. O mutirão habitacional caracterizava-se por financiamentos a “fundo perdido”, sistema de autoconstrução e trabalho organizado e gerido por lideranças populares, respeitando as regras instituídas pelo Poder Público, ou seja, limitava as ações populares (BRAGA, 1995).



Mapa 4: Mapa dos mutirões habitacionais supervisionados pela COHAB

Fonte: COHAB (2000)

Elaboração: Anna Emília Maciel Barbosa

No Ceará, os recursos destinados à execução da política eram administrados pelo Governo e pelas Prefeituras. Segundo a COHAB (2000), para a execução do referido programa o Governo arcava com os recursos necessários para a aquisição do terreno e dos materiais de construção, e a implementação da infra-estrutura básica nas áreas construídas. Cabia à população beneficiada administrar o processo de construção dos conjuntos habitacionais e contribuição com a mão-de-obra para edificação das moradias. À COHAB cabia a assessoria técnica em arquitetura, engenharia e serviço social. Várias cidades cearenses foram atendidas pela referida política. Em Fortaleza, grande parte dos conjuntos habitacionais foi construída na periferia da cidade (Mapa 4), em bairros que fazem limite com municípios da região metropolitana, ratificando suas localizações como forma de expansão do território da capital.

O conjunto habitacional Vila Velha, bem como vários conjuntos localizados na periferia de Fortaleza, foi construído por mutirão, cujo objetivo era “construir casas em vazios urbanos e em áreas não loteadas, demarcadas e definidas pela Companhia de Habitação Popular do Ceará” (BARBOSA, 1999, p.42). A primeira população beneficiada e transferida para o início da construção do conjunto Vila Velha residia no bairro Jardim Iracema, posteriormente vieram os residentes do Pirambu, Padre Andrade e Tirol. Na medida em que houve a construção das outras etapas outros bairros foram contemplados. Os primeiros moradores esperaram cinco anos para a aprovação do projeto e início da construção das casas e conforme os mais antigos, enfrentou-se muitas dificuldades no processo de edificação das casas. Cada família era responsável por uma unidade, a ajuda entre os mutirantes facilitou o trabalho. Não havia água nem transporte para o local, por isso a maioria chegava a pé, em trajeto de até uma hora. A construção das casas se iniciava às sete horas e encerrava às dezessete horas. Após a finalização das primeiras casas, houve o sorteio para a distribuição. Todas as casas seguiam o mesmo modelo estabelecido pela COHAB. Logo depois, muitas casas passaram por reformas por causa do aumento no número de moradores, pois muitas famílias passaram a morar juntas (coabitação), e por melhoria da renda

familiar. A maioria das etapas contou com a participação efetiva da mão-de-obra local, sendo o material fornecido pela COHAB ou Prefeitura, as associações de moradores participaram, sobretudo, nas tarefas de administração e de fiscalização das construções (SEMACE, 2005).

Barbosa (1999) identificou, todavia, o hábito de clientelismo político e de obtenção de benefícios por meio de favores políticos entre os líderes das associações nos mecanismos de negociação dos movimentos ou pela via da participação política. Algumas lideranças receberam equipamentos, como creches e galpões, cujo destino era o uso da comunidade, contudo parte destes equipamentos foi apropriada por alguns líderes.

Para Braga (1995), a participação das associações de bairros no programa, não o isentou da crítica feita à política centralizada e imposta de cima para baixo, em razão da população necessitar obedecer às normas impostas pelo programa, negando seu direito à voz ou a decisões. Apesar disso, havia um discurso dominante do programa apresentar uma forma de participação democrática, escamoteando seu verdadeiro objetivo, de controle dos movimentos sociais de bairros. Além disso, havia diversos problemas nos projetos, cujas contradições maiores ocorreram em nível municipal, pois eram centralizadas desde a compra do material de construção, limitando a participação e o controle das populações envolvidas.

A compra direta dos materiais de construção desobedecia às normas do programa, que instituíam a transferência dos recursos financeiros ao Estado, e era uma forma da administração do município criticar o programa. Tal postura crítica repercutiu negativamente na transferência dos recursos federais, além de possuir caráter contraditório, pois, se de um lado a Prefeitura criticava o autoritarismo do Estado, do outro, negava a total participação popular quanto ao uso dos recursos (BRAGA, 1995). Ressalta-se, entretanto, que o Estado é capturado pela lógica do capital que, ao reproduzir suas práticas, promove ações, tais como essa, que vão contra os interesses populares.

Dessa forma, o Programa Nacional de Mutirão Habitacional, bem como outras políticas desenvolvidas, promoveu a produção do espaço urbano, na figura do Estado, além de permitir o controle dos movimentos urbanos por meio da participação legitimada nas políticas públicas. Atualmente, novas

políticas atuam sobre o espaço urbano cearense promovendo a produção espacial e recriando relações sociais.

2.1.2. Programas atuais: novas políticas e problemas antigos.

Desde o início da sua construção, o Conjunto Vila Velha vem sendo palco de execução de políticas públicas. A permanência da problemática habitacional no bairro resulta em centenas de famílias cadastradas nas associações de moradores do conjunto habitacional à espera de uma moradia própria. Algumas são residentes da área favelada presente no bairro, outras dividem casa com familiares e outras, ainda, são residentes de outros bairros que procuram as associações com intuito de serem cadastradas em algum programa habitacional.

O Estado teve e ainda tem um papel fundamental no bairro, pois suas ações, reclamadas pelos movimentos sociais, ainda são as maiores responsáveis pela produção espacial no conjunto habitacional. No entanto, nem todos estão satisfeitos com o seu trabalho, alegando sempre jogo de interesses, visto que muitos candidatos a cargos políticos, nos períodos eleitorais, vão até o conjunto habitacional em busca de votos, prometendo melhorias que muitas vezes nem aparecem.

Dentre as ações públicas mais citadas durante as entrevistas, destacaram-se uma política habitacional, o Crédito Solidário, programa de financiamento da casa própria, e o Orçamento Participativo, que é um mecanismo estatal baseado na participação popular em decisões de escolha das melhorias para os bairros da cidade.

- **Crédito Solidário**

Este programa, de âmbito federal, é destinado à demanda organizada em cooperativas e associações localizadas tanto em meio urbano quanto rural. Criado em 2004, é um programa regulamentado pelo Ministério das Cidades. Financia com juro zero a aquisição de material de construção, aquisição de terreno e construção, construção em terreno próprio e conclusão, ampliação e reforma de unidades habitacionais. O valor do financiamento varia

de acordo com a renda familiar, podendo chegar até R\$ 20 mil por unidade habitacional (BRASIL, 2007). O pagamento do financiamento pode chegar até 20 anos e seu valor varia de acordo com a localidade e tamanho do município em que será edificada a residência, como também de acordo com modalidade do programa (objetivo do financiamento).

De acordo com informações disponibilizadas pela Caixa Econômica Federal²², o programa atinge basicamente famílias com renda bruta mensal de até R\$ 1.125,00. Para se cadastrarem, os interessados precisam se vincular a uma organização, como associações de moradores ou Organização Não-Governamental (ONG). A entidade organizadora é a responsável pelo projeto, ou seja, a planta dos imóveis, o terreno de destino das casas e a contratação do engenheiro, do arquiteto e do técnico social ficam a cargo da associação comunitária, que, no caso, das associações pesquisadas no Conjunto Habitacional Vila Velha, pagam com o dinheiro arrecadado a partir da anuidade paga pelos sócios. Além disso, o empreendimento proposto deve apresentar infra-estrutura básica (água, energia elétrica, saneamento e acesso viário) e serviços públicos de transporte e coleta de lixo. Cada projeto pode receber entre 25 a 50 casas, dependendo da quantidade de moradores no município onde o projeto será desenvolvido.

A Caixa Econômica Federal é a instituição responsável pela aprovação do projeto. Em uma das etapas são realizadas visitas aos futuros beneficiários. Em geral, são duas visitas, uma feita pelos líderes comunitários, acompanhados do técnico social e outra por funcionários da própria Caixa Econômica. Para serem contemplados pela política, os associados não podem ter residência própria.

Em Fortaleza, o programa começou com forte divulgação em 2006. De acordo com a Habitafor, pesquisa direta, o programa pretendia atingir famílias com renda mensal de R\$ 200,00 a R\$ 1.500,00, que pagariam prestações de no máximo R\$ 140,00. Até 2007, 10.522 unidades habitacionais já haviam sido entregues pelo programa. Em 2008, o financiamento foi aberto a

²² Estas informações estão disponíveis em <http://www.caixa.gov.br/habitacoes/operacoes_coletivas/programa_credito_solidario/saiba_mais.asp>, acessado em 20 fev. 2009.

famílias com renda variando de R\$ 600,00 à R\$ 1.700,00. O limite de casas por projeto poderia variar de três a duzentas.

As lideranças comunitárias do Conjunto Habitacional Vila Velha confirmam a existência de projetos direcionados ao Crédito Solidário, elaborados pelas associações, que já foram enviados para aprovação. Dentre as dez associações de moradores entrevistadas, sete possuem como foco de trabalho a habitação social, trabalhando, assim, por intermédio de políticas públicas, e cinco afirmaram que trabalham ou já trabalharam com o Programa Crédito Solidário. Ao todo, atualmente, entre as associações investigadas, são 396 famílias cadastradas no programa, por intermédio das organizações de bairro. Ressalta-se que, para participar do referido programa, a associação precisa estar regularizada.

No conjunto Vila Velha, boa parte das famílias atendidas mora com parentes, mas há também moradores da área de ocupação inscritos no programa. Este, apesar de facilitar o acesso à casa própria, devido ao baixo custo do financiamento, ainda não consegue atender à população que mais precisa, que é a residente nas favelas na cidade, sendo o principal obstáculo o valor das prestações.

De acordo com duas lideranças que estão envolvidas em um mesmo projeto do Crédito Solidário, 100 moradores do bairro e das imediações serão contemplados com as casas do programa, pagando um valor de R\$ 100,00 por mês, o que impossibilita a participação de uma parcela da população do bairro, em razão da baixa renda. Os referidos moradores residirão em bairros da periferia da capital, como no Conjunto Ceará, ou na Região Metropolitana, no município de Caucaia.

Diferente do que aconteceu com os moradores do Conjunto Vila Velha, que se instalaram em um local distante na cidade sem nenhum tipo de serviço ou infra-estrutura, sendo o único atrativo para o local o recebimento da casa própria. A população atendida pelo Crédito Solidário é destinada a um lugar onde exista infra-estrutura e serviços próximos que possam atendê-las. Revelando assim, um interesse na diminuição dos gastos por parte do Poder Público e uma melhora nas condições do habitar.

O Programa Crédito Solidário é uma das muitas políticas de financiamento para a aquisição da casa própria, que não consegue atingir os segmentos mais pobres da sociedade, visto sua impossibilidade de pagar as parcelas do financiamento. Esse exemplo apenas ratifica a tese da casa como mercadoria de acesso limitado à população e da ação ineficaz do Estado acerca dessa temática.

- **Orçamento Participativo**

São diferentes as maneiras com as quais a população pode exercer sua participação nas decisões tomadas pelo Poder Público. Há alguns anos uma tem se destacado nacionalmente, o orçamento participativo. “Os orçamentos participativos são uma possibilidade de abertura à participação popular na gestão dos recursos públicos, uma forma de controle direto da sociedade civil sobre a formulação do orçamento público” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p.78). Ainda segundo estes autores, o processo de participação consiste na presença em reuniões e assembléias onde se discutem os problemas, as possíveis soluções e as prioridades. Nessas reuniões, são eleitos os delegados e depois, os conselheiros que vão auxiliar os técnicos municipais a elaborar o orçamento municipal.

O Orçamento Participativo foi adotado em diversos países como França, Argentina, Espanha e Canadá. No Brasil, ganhou visibilidade nacional na década de 1980, sendo experimentado inicialmente em Porto Alegre. Aos poucos esta prática foi atingindo cidades cujo Poder Público era capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), como nas capitais Belo Horizonte, Vitória, Belém e Brasília, como também capitais sob governos de outros partidos, como Salvador e Recife. Atualmente, várias cidades, de porte diverso, se utilizam deste instrumento político (AZEVEDO, 2003).

Em Fortaleza, as reuniões do Orçamento Participativo iniciaram-se no ano de 2005. A capital foi dividida em áreas onde eram realizadas as reuniões. Nestas assembléias, eram propostas as ações que seriam votadas pelos presentes. Estas ações eram direcionadas para diferentes temáticas, dentre elas, assistência social, cultura, direitos humanos, educação, esporte e

lazer, infra-estrutura, meio ambiente, saúde, segurança, trabalho e renda, e transporte.



Figura 9: Obras sob responsabilidade do Orçamento Participativo – (A) antiga área ocupada pela comunidade do Buraco da Velha; (B) construção do Posto de Saúde.
Fonte: SILVA (2008) e registro próprio (2009)

De acordo com as lideranças do conjunto Vila Velha, que participaram ativamente das reuniões do Orçamento Participativo, algumas propostas foram aprovadas, dentre elas, a construção de 30 casas populares para os moradores da comunidade Buraco da Velha²³, que foram removidos para o Planalto Pici (Figura 9A); de um posto de saúde (Figura 9B) e de um Centro de Formações para Jovens (CRAS). A unidade de saúde, entretanto, está com a obra parada e o CRAS nem começou a ser construído.

Há divergência de opiniões quanto à validade do Orçamento Participativo, pois enquanto alguns participantes apóiam este mecanismo, alegando a segurança de execução dos projetos, outros reclamam da demora na entrega das obras. Este fato não é nada agradável às associações, pois as conquistas são necessárias a população do conjunto habitacional, conforme as falas a seguir.

²³As condições de vida da população desta ocupação nas proximidades do mangue eram miseráveis. Além de conviver com a sujeira, com esgoto a céu aberto e com a precariedade das habitações, sofriam com o alagamento constante de suas casas, devido ao fluxo de maré.

Tem o CRAS²⁴ que era pra vim aqui pro Vila Velha, e num apareceu. O posto de saúde Vila Velha conquistamos em 2005, até agora nada, ainda agora colocaram agora, no mês de junho, 6 milhas de tijolo e tá lá, tá o local lá, com o material encostado e nada (Líder comunitário, 48 anos, 2008).

A nossa entidade reivindicou, dentro de uma das propostas apresentadas pela própria organização, lá, e que nós escolhemos né, porque eles apresentam vários benefícios. Na verdade a apresentação é deles e nós, quanto representante de entidade opta por pleitear uma daquelas apresentações mandado por ela e a nossa já foi conquistada, conquistada não, aprovada por duas vezes pela sua maioria, de representantes, de presentes na assembléia e não é feita, como nós fizemos em março desse ano (Líder comunitária, 42 anos, 2008).

Azevedo (2003), em seu estudo sobre Orçamento Participativo, afirma que tal prática é possuidora de pontos positivos e negativos. Torna-se positivo ao atingir frontalmente as práticas clientelistas de alocação de recursos, já que consiste em combinar práticas democráticas e progressistas, capazes de competir com as práticas clientelistas, além de promover a modernização das agências públicas municipais e maior fiscalização por parte da população, das ações estatais. No entanto, há muitos desafios a serem enfrentados, para que o Orçamento Participativo consiga de fato atender às necessidades da sociedade. Inicialmente, a burocracia do processo público de licitação atrasa as obras, há reduzida participação da classe média, que se acha incapaz de competir com a população de renda mais baixa, e a pequena participação da população com alto nível de pobreza, que possui baixa capacidade organizacional, dificultando assim que se atinja o “fundo do tacho”, dentre outros fatores.

O Orçamento Participativo, segundo Souza e Rodrigues (2004), possui vários obstáculos corriqueiros, dentre eles, problemas com burocracia, falta de pessoal qualificado, falta de recursos financeiros, deficiência na difusão das informações, e, o mais importante, o uso eleitoreiro do orçamento participativo. Estes autores afirmam que, para que essa prática seja realmente autêntica, deve ser deliberativa, não apenas consultiva, o que caracterizaria uma pseudoparticipação.

Durante o período chuvoso, suas casas que eram feitas de barro, em sua maioria, desmoronavam sobre seus moradores.

²⁴ Centro de Referência de Assistência Social.

Desse modo, “o orçamento participativo deve representar uma parceria entre a sociedade civil e o Estado, ou até mesmo, uma delegação de poder do segundo para o primeiro, para que esta decida sobre as matérias orçamentárias” (SOUZA; RODRIGUES, p.78-79, 2004). Correia (2003) ressalta que o Orçamento Participativo contribui na perspectiva da efetiva construção da cidadania no Brasil. Além disso, ao “publicizar os mecanismos de funcionamento da máquina pública, favorecem uma visão mais realista dos limites e possibilidades das finanças públicas direcionando-as melhor para as reais necessidades prioritárias” (CORREIA, 2003, p.158).

Colocou-se nesta pesquisa o Crédito Solidário, o Orçamento Participativo e Programa Nacional de Mutirão Habitacional como instrumentos estatais de produção espacial atuantes no Conjunto Vila Velha, no entanto, são diversas as formas de atuação do Estado no espaço urbano. Ressalta-se que o Estado não opera sozinho na implantação dessas políticas, pois é perceptível a importância da participação popular na execução dessas práticas, já que são as associações que saem à procura de atendimento. Esse fato revela que Estado e sociedade podem convergir em seus interesses, embora as contradições comuns do sistema capitalista estejam presentes em suas ações.

2.2. Movimentos sociais: novas características, finalidade antiga

Os movimentos sociais são um dos grandes responsáveis pela produção do espaço, e principalmente pela produção de territórios, seja no campo ou na cidade. A sua ação aliada a outros agentes, como o Estado e o próprio capital, revela que sua atuação não está livre das contradições características do modo de produção vigente. Nesta pesquisa, discutir-se-á sobre os movimentos sociais urbanos, mais especificamente os movimentos em prol da moradia, representados pelas associações de moradores.

De início, constatou-se que o termo movimentos sociais ainda apresenta problemas quanto a sua conceitualização, principalmente devido às novas características que lhes foram incorporadas no decorrer dos anos. Seu uso inicial, confirma Duarte (2000), deu-se para identificação dos movimentos operários, mas devido à grande quantidade de mobilizações e aparecimento de

organizações nas cidades, passou a ser utilizado com outra conotação. Este mesmo autor, ao analisar os estudos de Gonh, Jacobi e Duhran sobre os movimentos sociais, nas décadas de 1970 e 1980, percebe a ampla abrangência do fenômeno, forçando frequência à definição.

Os movimentos sociais urbanos não se restringem à iniciativa estritamente popular, pois também há movimentos de base social implementados por grupos da população de renda média, sem mais distinção dos movimentos sociais urbanos, segundo classes de renda (JACOBI, 1985 apud DUARTE, 2000). Durhan (1984 apud DUARTE, 2000) justifica que os problemas urbanos afetam diferentes setores da sociedade, embora os maiores níveis de carências estejam nos de baixa renda, produzindo movimentos de composição heterogênea. É perceptível, entretanto que, apesar dos movimentos sociais urbanos poderem ser realizados por populações de níveis distintos de renda, em termos de objetivo e de proposição, a solução acerca de problemas possuem finalidade comum.

Posteriormente, na década de 1990, falou-se em “crise dos movimentos sociais urbanos”, no entanto, Gohn (2004, p.25) explica que a crise “não significava o desaparecimento deles, e nem o seu enfraquecimento enquanto atores sociopolíticos relevantes, mas sim uma rearticulação, interna e externa, de seu papel na sociedade”. Assim, a mudança de confronto em relação ao Estado foi modificada por ações de parcerias, fato que leva alguns autores a deixar de considerá-los movimentos sociais, dado o caráter reformista e pouco combativo ao *status quo*. Assim nos anos 90, os movimentos sociais “passaram a intervir de forma mais qualificada, procurando uma maior participação nas políticas públicas e adotando uma forma de organização de caráter reivindicatório e propositivo” (MOURA; COSTA; GOMES, p.104, 2008).

Souza e Rodrigues (2004) igualmente não consideram os movimentos de bairro, de busca por serviços, como um movimento social, pois não apresentam “um grau elevado (ou até bastante elevado) de organização e de contestação da ordem social vigente” (p.84). São, portanto, definidos como ativismo, pois visam apenas melhorias para o território “sem propor transformações que abalem as estruturas da sociedade” (p.83). No entanto,

concordam que tanto ativismo como movimentos sociais “são formas que as pessoas têm de se organizar e se colocar como participantes ativos na sociedade” (p.82).

Apesar disso, o caráter político e coletivo de resistência popular permite adotar o conceito de movimentos sociais urbanos, estendendo-os aos grupos organizados em geral, ou formados por populações menos favorecidas, que realizam ações visando aos seus direitos mínimos de cidadãos. Sobretudo quando reivindicam habitação e todo aparato de serviços e infra-estruturas, todos essenciais para a manutenção da qualidade de vida urbana em determinadas localidades ou bairros. Justifica-se a emergência dos movimentos sociais vistos por Corrêa (1987) como tomada de consciência e existência de organização urbana e sócio-territorialmente desigual.

Borja (1975 *apud* BRAGA, 1995) define tais movimentos como ações coletivas da população que demandam habitação, além de outros bens e serviços e provocam efeitos específicos na relação equipamento-população, modificando a lógica do desenvolvimento urbano. Em Araújo (2007), os movimentos sociais da sociedade civil organizada expressam a vontade e a necessidade popular de apropriar-se e lutar pelo espaço e, assim, obter cidadania e inserção territorial, mesmo que precariamente.

Corrêa (1987) avalia os movimentos sociais urbanos como uma resposta às contradições específicas da política urbana. Tal política prestigia as classes burguesas e médias com equipamentos e serviços, atendendo às necessidades capitalistas de infra-estrutura para a localização de seus empreendimentos, contraditoriamente, abandonando a maioria da população ao sabor das resistências comunitárias, em particular das classes trabalhadoras, supostamente os mais necessitados de ação pública. Essa manutenção das desigualdades promovida pelo Estado, mais uma vez, revela a sua submissão à lógica do capital, reproduzindo suas contradições.

Fernandes (2008), em sua análise geográfica sobre os movimentos sociais, classifica-os como movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Os movimentos socioterritoriais possuem o território como trunfo da luta e como elemento essencial a sua existência e os movimentos socioespaciais não reivindicam territórios, sendo possuidores de causas mais abrangentes. Para

este autor, “movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformar a realidade” (FERNANDES, 2008, p.393). Na cidade, deste modo, os movimentos socioterritoriais podem ser relacionados aos sem teto.

Na habitação, os movimentos sociais surgem a partir do entendimento que “negar o direito de morar como um direito do homem e da mulher significaria negar o direito fundamental à própria vida. [...] Trata-se, em suma, de um direito a ser conquistado e construído pela luta política” (BALDEZ, 2003, p.87). Com o crescente aumento de favelas nas cidades, viu-se a necessidade de mobilizar-se em busca de locais de moradia adequados e principalmente, próprios, ou seja, apropriados de forma legal. “O sentimento de que a propriedade da moradia é uma necessidade incondicional é generalizado entre os autoconstrutores” pois estes vêem na “casa própria [...] a única alternativa habitacional capaz de garantir a proteção do grupo familiar nos momentos de crise” (LIMA, 1981, p.75). Assim, apesar das diversas mudanças ocorridas no interior dos movimentos sociais urbanos, o seu objetivo principal ainda gira em torno da aquisição da moradia digna.

Considera-se, portanto, os movimentos sociais urbanos, participando da reestruturação do espaço com suas várias dimensões, sobretudo quanto à localização das residências populares, como um dos principais produtores do espaço urbano. Estes movimentos produzem espaços e constituem territórios e territorialidades a partir da luta pela terra e pela moradia, movendo também outros sujeitos sociais. Em Fortaleza, os movimentos tiveram e tem grande atuação no processo de produção espacial.

2.2.1. A evolução dos movimentos sociais em Fortaleza

Os movimentos populares brasileiros estiveram sempre presentes no processo histórico de construção sócio-territorial da sociedade; embora em determinados períodos tenham se destacado mais. Assim, a partir da década de 1930, com a intensificação do capitalismo industrial, o processo iniciou já

com características próprias (SILVA, 1992). Nesse contexto, o sistema político repressivo aliado à dependência ao Estado promoveu o “amordaçamento” das classes desprivilegiadas (SILVA, 1992) e somente ao final desse período, as forças populares se expressavam mediante os atores sociais, cujas energias latentes acumularam-se durante os anos de ditadura popular (BRAGA, 1995).

Nas décadas de 1930 a 1950, o discurso político considerava as favelas como um mal que se alastrava nas grandes cidades brasileiras a partir da industrialização. Este período, marcado pela atuação estatal com políticas urbanas voltadas para a melhoria de vida na cidade, tinha como primeiro passo a erradicação de favelas da periferia contígua às áreas nobres. Oculta estava a intenção de deslocar os pobres, aqueles que supostamente poderiam representar uma ameaça para os ricos, para dar continuidade ao assentamento das classes ricas e a valorização imobiliária. É nesse contexto que os movimentos sociais urbanos se destacam, tendo como principais reivindicações urbanas a questão da terra, visando à permanência em seus territórios de moradia e melhoria das condições de vida (SILVA, 1992).

Com a ditadura militar de 1964, a repressão foi mais forte e os movimentos sociais, em sua maioria, tiveram que se “calar”, apenas poucos grupos conseguiram produzir reivindicações, estrategicamente conduzidas em torno da liberdade de expressão política.

O movimento de bairros no período de repressão política iniciado em 1964, foi praticamente inviabilizado, não tanto por uma intervenção direta do Estado, mas por um medo generalizado de que fosse visto como um movimento contestador e como tal reprimido (CARLEIAL; DIÓGENES; LIMA, 1991, p.61).

No período pós-ditadura (década de 1980), os movimentos sociais urbanos ganham novas causas, havendo então um processo de politização da luta dos bairros. Sader (1988 apud GOHN, 2004) aponta a entrada de novos atores, destacando os movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia, bem como os então “novos movimentos sociais”, em luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente,

segurança, direitos humanos etc., pois o cenário político havia estimulado tais práticas políticas e participação popular.

Em Fortaleza, os primeiros movimentos ocorreram entre as décadas de 1950 e 1960, em bairros populares como Pirambu, Lagamar e Dias Macedo (JUCÁ, 2000). Neste momento, a realidade cearense foi marcada por uma intensa migração campo-cidade, por conta de período de seca²⁵, ocorrida em 1958, e do enfraquecimento das atividades tradicionais camponesas. Deste modo, com o crescimento da população urbana e a forma precária de vida de grande parte desta, cresce a quantidade de favelas na cidade, bem como, a necessidade de melhores condições de vida e o desenvolvimento de mobilizações.

“O Pirambu [...] foi um dos primeiros bairros populares de Fortaleza a sofrer tentativas de expulsão da área, seguidas de um grande movimento de resistência da população” (CARLEIAL; DIÓGENES; LIMA, 1991, p.60-61). O Pirambu localiza-se no litoral de Fortaleza, conforme Sousa (1978), os terrenos arenosos e as dunas eram pouco valorizados em meados do século XX em Fortaleza, passando a zona litorânea a ser ocupada pela população de baixa renda, sendo este o período de formação de algumas favelas nesta parte da cidade, dentre elas a referida ocupação. Na década de 1950, as terras de marinha passaram a ganhar valor comercial e os moradores do Pirambu sofriam com o perigo de despejo, assim, estes promoveram uma grande passeata, no ano de 1956, contra a ação de grileiros (JUCÁ, 2000). A passeata obteve sucesso, sendo desapropriadas duas glebas de terra para fins de interesse social (urbanização e permanência dos moradores em seus locais de moradia).

Neste período, também, o Nordeste passava por experiência ímpar de luta de “pequenos produtores” (camponeses sem terra e assalariados rurais) no campo pelas terras, chamado ligas camponesas, que buscavam garantir o direito à propriedade da terra, no entanto com a criação da SUDENE e demais

²⁵ A seca é um fenômeno natural que ocorre na porção semi-árida do Nordeste Brasileiro e que pode ser identificado a partir da medição da quantidade de chuva em um determinado período. Em anos de seca extrema, o total de chuvas durante a quadra chuvosa é inferior a 40% do esperado, exceto em alguns anos (1958, 1983) onde pode-se notar desvios superiores a -40% (ALVES; SILVA, SOUZA; REPELLI, 1998). A partir desta observação verifica-se a intensidade da seca ocorrida na década de 1950.

ações estatais, os conflitos foram minimizados. As lutas pela terra, como afirma Araújo (2002), já ocorriam desde os primeiros movimentos indígenas e negros contra o povoamento colonizador imposto. “Elas nasceram com a expropriação da propriedade da terra indígena e evoluíram com as mudanças nas relações de produção no campo” (op.cit., p.137).

Em conjunto, inicialmente, com partidos políticos como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e depois com a Igreja, por meio das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), os movimentos sociais em Fortaleza tornaram-se potenciais produtores do espaço da capital. Por meio de suas mobilizações, os moradores dos bairros periféricos passaram a promover um reordenamento do espaço a partir de ações próprias ou em acordo com o Estado.

O PCB inicia orientando os primeiros movimentos populares da capital, em 1946, a partir dos movimentos sindicais. “A força atuante do PCB serviu de alento à orientação desses movimentos populares, sobretudo na sua etapa inicial, que passaram a ser estimulados por outras tendências políticas, desde que não prejudicassem seus interesses” (JUCÁ, 2000, p.77). Nas décadas de 1960 e 1970 a influência do PCB vai promover avanços nos movimentos sociais na cidade. Em meados da década de 1970, as associações de bairros passaram a se reunir em encontros interbairros, e esta ação foi importante na constituição de entidades de moradores e fortalecimento da luta. No entanto, posteriormente, com o surgimento de outras entidades e a participação de diferentes partidos na luta pelos interesses populares, ocorre uma divisão entre as associações que vão obedecer a diferentes linhas ideológicas e fragmentar a luta.

A Igreja toma posição na década de 1970, defendendo e apoiando os moradores à participação popular nas decisões políticas sobre as condições de vida nos bairros (SILVA, 1992). Assim, esta adentrou nos bairros mediada por discursos aparentemente não politizados, o que lhe conferia certa legitimidade diante do Estado (CARLEIAL; DIÓGENES; LIMA, 1991). A Igreja influenciou (e influencia) movimentos no país inteiro, minimizando, também, as represálias violentas da polícia (durante os anos de ditadura), não perdendo a

sua essência religiosa em suas ações de proteção dos interesses dos necessitados.

Anote-se como fator essencial a mobilização dos setores progressistas da Igreja que, sob a inspiração conceitual da Teologia da Libertação, passou a impor limites políticos à ação predatória do poder militar. Na luta pela conquista da terra e reforma agrária o apoio da Igreja, com a criação da CPT em 1975, foi decisivo nos enfrentamentos e na consolidação de algumas conquistas definitivas (BALDEZ, 2003, p.78).

A Igreja Progressista, intermediada pelas CEBs, assessorava os movimentos sociais, engajando seus agentes nas lutas de bairro, formando assim uma liderança popular identificada com a comunidade (CARLEIAL; DIÓGENES; LIMA, 1991). A Igreja atua ainda sob intermédio das CEBs, que participa de alguns programas governamentais, agindo de forma crítica às ações estatais; e da CÁRITAS que tem ação focada em trabalhos de assistência e promoção social, atuando tanto na cidade quanto no campo.

Conforme Braga (1995), nos movimentos sociais, até 1982, predominava uma postura de resistência frente ao Estado, que não reconhecia sua legitimidade. Neste período, o processo de organização avançou significativamente, o que demonstrou o nível de consciência construído com as ações cotidianas de lutas pelo direito à cidade. Já no fim da década, “a relação com o Estado, antes marcada pelo conflito visível, complexifica-se [...] diante dos inúmeros formatos que caracterizam esse relacionamento” (CARLEIAL; DIÓGENES; LIMA, 1991, p.68). Neste momento, os atores sociais, por meio dos movimentos, passam a focar suas lutas nas políticas públicas (GOHN, 2004).

Gohn (2004) afirma que a história recente dos movimentos sociais pode ser dividida em três momentos. A partir de 1990 a 1995, período em que os movimentos sociais passam a perder visibilidade política nos centros urbanos e novos atores emergem no cenário das lutas urbanas, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs), passando assim os movimentos sociais a se integrarem a estes novos atores e sofrendo algumas mudanças internas. Já de 1995 a 2000, graves crises econômicas assolaram as ONGs e

as associações de moradores, fazendo com que muitos deles fechassem suas portas e outros buscassem novas formas de planejamento de estratégias de atuação para se manterem, como: relações com capitais internacionais e envolvimento com outras causas (gênero, raça, etc.). No período atual, um dos principais problemas é a ligação do narcotráfico com regiões pobres de todo o país, pois o alto grau de violência desmotivou a população quanto à participação em reuniões de associações. Hoje, muitos traficantes de drogas são os fundadores de favelas e agem como promotores imobiliários nas ocupações. Existem, ainda, outros fatores, como:

[...] a nova política de distribuição e gestão dos fundos públicos, em parceria com a sociedade organizada, focalizados não em áreas sociais (como moradia, saúde, educação etc.), mas em projetos pontualizados, como crianças, jovens, mulheres etc., contribuiu para desorganizar as antigas formas dos movimentos fazerem suas demandas e reivindicações (GOHN, 2004, p.26).

As lideranças comunitárias, com suas respectivas associações, agem em conjunto com a ação estatal. Assim, entram em ação para a manutenção dos direitos da sua “comunidade” (população ao qual representam), agindo de forma organizada, participando de reuniões com lideranças de outros bairros, fazendo cursos com ONGs e reivindicando direitos por meio da participação nas decisões políticas (Orçamento Participativo e Plano Diretor Participativo), buscando novas conquistas para os bairros e ocupações que representam. No entanto, Roberto Cabral²⁶, em reportagem ao jornal O Povo (30.05.2008)²⁷, afirma que as ocupações de hoje não possuem as mesmas características das construídas pelos movimentos originais do século passado. Segundo ele, fica difícil de caracterizar o movimento atual devido, principalmente, a grandes interesses em gerar negócio com a terra. Afirma, todavia, que este tipo de interesse sempre existiu, desde os primeiros movimentos, mas hoje ocorrem de forma mais indiscriminada.

Dessa forma, os movimentos sociais urbanos, por meio de parcerias e principalmente pela necessidade de habitar, em confronto com o Estado,

²⁶ Educador social do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza.

²⁷ Reportagem de Thiago Cafardo, Claudio Ribeiro e Demitri Túlio.

obtiveram algumas vitórias que se materializaram em obras de urbanização e construção de conjuntos habitacionais, constatando assim a força destes movimentos na produção do espaço urbano. No entanto, mudanças ocorreram e vêm ocorrendo no interior de alguns movimentos, que vêm revelando novas contradições na dinâmica espacial da capital cearense e que, segundo Gohn (2004), o líder comunitário, que antes era tido como um militante, “foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais” (p.26). Assim, o que se tem hoje são lideranças que atuam em união ao Estado, buscando suprir suas necessidades básicas, e em união ao capital, constituindo um mercado de terras informal.

2.2.2. Os movimentos sociais no Conjunto Vila Velha

O Conjunto Habitacional Vila Velha é um exemplo de conquista, em razão da sua construção ocorrer em função de remanejamento de famílias que viviam de aluguel e/ou ocupantes de vazios em bairros próximos, sob ação dos movimentos sociais. Inicialmente foram beneficiados com o Programa Nacional de Mutirão Habitacional, conseguindo se inscrever por meio de informações cedidas por amigos e órgãos públicos, pela intervenção das associações de bairro e dos líderes comunitários (BARBOSA, 1999). Segundo moradores, os serviços e a infra-estrutura, como energia elétrica, água encanada, coleta de lixo, pavimentação de ruas e transporte coletivo, foram instalados gradativamente, por intermédio também da ação das organizações comunitárias.

O conjunto habitacional foi destinado a grupos de moradores residentes em bairros localizados no seu entorno, que estavam ligados às associações de moradores. Estes grupos estavam sob responsabilidade de líderes comunitários. Com a finalização das etapas e a ausência de serviços básicos, novos líderes comunitários foram se formando. Também durante a construção do conjunto habitacional, ocorreram ocupações no terreno localizado nos setores das antigas salinas, onde muitas delas contaram com o apoio de uma liderança, fazendo, assim, com que o número de líderes crescesse indiscriminadamente no bairro. Com o passar dos anos, alguns

líderes fecharam as associações e desistiram da função, sendo seus territórios de atuação incorporados por outras associações de moradores.

Atualmente, a mobilização das lideranças comunitárias no conjunto é bastante fragmentada, apresentando crescimento constante, pois se, em 2005, de acordo com a SEMACE, o número de associações de moradores somava 30; em 2008, segundo as próprias lideranças, são 53. No entanto, algumas atuam na informalidade, ou seja, não possuem cadastro jurídico, alegando o alto custo financeiro, como pagamento de impostos, para manutenção das associações, como demonstra o depoimento abaixo:

A gente faz o seguinte, a pessoa se cadastra e contribui também com a associação. Antigamente, nós não pedia não, mas hoje nós tem gasto com tudo, todos os anos a gente tem que pagar a Receita Federal e é caro, né (Líder comunitária, 64 anos, 2008).

Deste modo, algumas associações, em razão da falta de recursos financeiros para sua manutenção, cobram taxas dos seus associados, no entanto, reconhecem que nem todos podem pagar devido a sua baixa renda, recorrendo assim ao apoio financeiro dos comerciantes da área ou de parcerias com pequenas e médias empresas para a realização de projetos. Somente os sócios cadastrados em alguma política de habitação pagam regularmente as taxas, que varia de dois a sete reais, entre as associações entrevistadas. De acordo com o estatuto da Confederação Nacional das Associações de Moradores, no entanto, o valor pago às entidades locais deve equivaler anualmente a 50% do salário mínimo, ou seja, atualmente, cerca de R\$ 19,00 por mês.

Estas entidades se apresentam bastante organizadas, com reuniões mensais com seus associados, geralmente nos fins de semana, e reuniões mensais entre elas, para esclarecimentos e auxílios no desenvolvimento das políticas em execução. Atuam de forma individual e coletiva, entretanto, a maioria dos benefícios conseguidos ainda permanece restrito aos territórios dos grupos de atuação, não beneficiando todo o conjunto habitacional ou até mesmo o bairro.

As perspectivas das associações não ultrapassam o próprio bairro, pois elas se auto-concebem e se restringem neste limite. As questões mais amplas como a fome, a saúde, a educação, o desemprego e a desigualdade social no país, não fazem parte de sua escala de atuação. São questões do âmbito dos sindicatos, todavia, para serem resolvidas pelos governos estadual e federal. (IKUTA, 2003, p.60-61).

Em alguns momentos, a força do grupo se exercita e obtém da política urbana alguns resultados positivos de cidadania. A ação das lideranças obteve conquistas, primeiro, na construção das casas pelo regime de mutirão e depois na infra-estrutura e serviços presentes nas etapas do conjunto habitacional. Posteriormente, as lideranças das áreas ocupadas, também conseguiram benefícios, como infra-estrutura (água encanada e energia elétrica) para parte da área e retirada de parte dos moradores que viviam sob risco de alagamentos e desmoronamentos de suas casas, além disso, estes se servem das conquistas já materializadas no conjunto como postos de saúde, escolas, posto policial, etc. As associações, em geral, possuem cadastro em órgãos municipais e estaduais, que facilitam a aquisição das políticas.

Traçando um perfil das lideranças comunitárias do conjunto Vila Velha, dentre os entrevistados, estes possuem em média 54 anos. Sua ocupação se divide em atividades domésticas (para as mulheres) ou prestação de serviços. Dentre as profissões citadas, estão costureiras, vendedores, professores e agente de saúde. Em geral, possuem muitos anos de envolvimento com os movimentos sociais, tendo participado de movimentos em períodos anteriores à construção do conjunto habitacional ou de outras associações de moradores ocupando cargos de confiança. Outros só se comprometeram com este tipo de movimento durante ou depois da edificação do conjunto habitacional. Utilizam a necessidade de melhorias para a área e a vontade de ajudar a população como justificativa para se tornarem líderes comunitários.

Quando eu fui pra associação eu fui por acaso, pra ver se eu conseguia entrar nessa associação que tinha havido boatos que ela ia construir. Como eu morava de aluguel na casa do meu cunhado eu fui tentar arrumar uma vaga pra mim e na terceira reunião eu já fui ajudando, me ofereci pra ajudar. [...] Aí o presidente, na época, disse assim, essa aí tem condições de entrar e me convidou, pra participar, pra ajudar, aí eu fui ajudando e todo mundo foi gostando, porque eu fui mudando algumas coisas né, junto com a diretoria, dando

sugestões, idéias e me envolvendo mais. E acharam que eu tinha condição e daí, quando nós viemos pra cá, terminou o mandato, a comunidade não concordou que eu saísse, que eu deveria continuar, tanto que não teve outra chapa formada, só foi a nossa e pronto até hoje (Líder comunitária, 42 anos, 2008).

Eu era secretário da associação. [...] Quando houve a conclusão, aí pronto, eu já recebi, agora falta a minha filha que tem dois filhos, e a outra que vai casar, que permanecia mais duas famílias dentro da casa além dos próprios moradores, beneficiados. Quem é agora que vai tirar essas famílias daqui? Tem que aparecer alguém. Aí o povo disse vamo butar e ver o que a gente consegue fazer. Aí se reuniu, e me colocaram como líder. Eu aceito. Só virei por necessidade, quando cheguei aqui no Vila Velha, em 95 (Líder comunitário, 48 anos, 2008).



Figura 10A/10B: Entrevista aos líderes comunitários
Fonte: Registro próprio (2008)

Um ponto de destaque entre as lideranças comunitárias no Conjunto Vila Velha é a grande participação das mulheres neste tipo de movimento. Este fato pode ser justificado pelo papel social destinado às mulheres na família e na comunidade, pois sentem na pele os problemas dos bairros, a pobreza, bem como a falta de políticas públicas e equipamentos sociais, problemas estes ligados às desigualdades sociais e também de gênero (MOURA; COSTA; GOMES, 2008). Este pensamento concorda com o comentário de uma das líderes, considerando que a mulher, por ainda se dedicar aos trabalhos domésticos, possui mais tempo livre para se relacionar com a comunidade e, assim, perceber melhor os seus problemas:

As mulheres têm mais atitude, tem mais iniciativa. Até porque eu também considero um fator principal é que a entidade, ela por ser filantrópica, ela não traz o financeiro para a sua sustentabilidade, geralmente o homem tem aquela coisa de o homem é o chefe da casa, ele tem que sair pra trabalhar e trazer o pão de cada dia pra família. A mulher geralmente está em casa, hoje está mudada, né? Não existe mais isso, mas [...] ela tem mais espaço de tempo, mais oportunidade de ir em busca de benefícios para os moradores, o homem não, ele tem que sair de casa pra trabalhar pra trazer o alimento para dentro de casa. E a associação ela não dá, é sem fim lucrativo (Líder comunitária, 42 anos, 2008).

A participação dos líderes comunitários na produção do espaço do bairro é movida por um jogo de interesses. Existem muitos conflitos entre eles, principalmente quanto ao sentimento de propriedade da associação e das conquistas. Entretanto, agem, em determinados momentos, em conjunto, principalmente quando visam grandes conquistas, como escolas e postos de saúde. A proximidade entre algumas associações produz círculos de amizades entre elas, havendo, assim, troca de favores, por exemplo: algumas compartilham o mesmo espaço para as reuniões, quando uma não possui sede própria; ou quando há problemas de ilegalidade da associação, utilizam o nome da associação regularizada para o cadastramento em políticas públicas – neste processo há uma divisão do benefício entre as entidades, ocorrendo uma espécie de troca, onde o legalizado oferece a formalidade e o espaço da associação, enquanto o informal entra com o trabalho, como a conquista de algum programa social ou até mesmo com a informação sobre políticas que podem ser buscadas.

Tem disputa, tem. Porque veja o seguinte, a minha intenção talvez não seja a mesma da colega. E sempre alguém quer estar no topo. Eu quero estar no topo, mas quero estar no topo com um bocado de gente, se num quebrar nós vamos, se quebrar ninguém nem consegue subir mais (Líder comunitária, 42 anos, 2008).

Algumas pessoa vê como isso é meu, fui eu quem conquistei, quando você usa o eu, você tá deixando se ser entidade. Nós somos nós. Se é nós é de todos, então quando a gente traz algum projeto pra nossa entidade é pra todo mundo (Líder comunitária, 42 anos, 2008).

Nós estamos trabalhando junto, justamente porque ele está com esse débito na receita federal e se tiver, não pode construir. Aí ele foi, nós

se juntamos nós dois. Nós trabalha junto [...]. O que ele faz, ele traz pra mim (Líder comunitária, 64 anos, 2008).

Atualmente, existem vários programas e projetos públicos trabalhados pelas associações que vêm beneficiando os moradores do conjunto habitacional, como o Programa de Melhorias Habitacionais da Prefeitura de Fortaleza que, intermediado pelas associações comunitárias, possibilita o acesso a materiais de construção para melhoria das casas (SEMACE, 2005). Empresas privadas, com a finalidade de aquisição de benefícios por parte do Estado, estão atuando igualmente no conjunto habitacional, incluindo a população em projetos sociais por elas desenvolvidos. A Igreja é outra instituição presente no conjunto, mas fugindo à regra geral dos movimentos sociais urbanos, onde a Igreja Católica era a responsável pela oferta de serviços às populações, dá-se destaque à presença da Igreja Evangélica, que vem promovendo a distribuição do “sopão” e a oferta de serviços voltados para higiene e saúde aos moradores da área de ocupação. Ressalta-se que tanto as ações promovidas pelas empresas privadas como as executadas pela Igreja são do mesmo modo intermediadas pelas organizações de bairro.



Figura 11: Conquistas conseguidas pelas lideranças – (A) Centro de Integração Social; (B) Iluminação pública.
Fonte: Registro próprio (2009)

As associações de moradores ainda lutam por melhorias para o conjunto habitacional e seus moradores, e exigem do Poder Municipal a implantação de outros programas sociais, pois não consideram as melhorias conseguidas, como as expostas nas Figuras 11A/B, suficientes à demanda. O atendimento dessas associações vem alcançando populações residentes em outros bairros, expandindo, assim, seu raio de ação e influência. A população, todavia, vem promovendo práticas que se escondem por trás da luta pela busca por habitação e por benefícios para o Conjunto Vila Velha, como clientelismo, loteamento de terras e venda das habitações concedidas pelo Poder Público. Estes fatos fazem com que a luta da comunidade, objetivando benefícios coletivos, passem a ter caráter individual, bem como, mercadológico. Estas práticas refletem como a lógica do capital funciona na periferia hoje.

2.3. Contradições na busca pela habitação: ações dos agentes produtores do espaço

A construção do Conjunto Habitacional Vila Velha trouxe nova dinâmica ao bairro. O movimento e as relações estabelecidos pelos sujeitos sociais, nele atuantes, promoveram, e ainda promovem, grande influência na sua produção espacial. Os agentes sociais, dentre eles, se destacaram, nesta pesquisa, o Estado e os movimentos sociais, representados pelas associações de moradores, não agem isoladamente. Em geral, operam em aliança e, muitas vezes, são envolvidos por contradições. Grande parte dessas está relacionada a interesses políticos e econômicos, aliados à lógica do capital, como no mercado de terras e de habitações populares lá desenvolvido, muitas vezes marcado pela “informalidade” – ausência de contratos legais – mas, nem por isso, fora da esfera da mercantilização e da propriedade privada.

Ao serem tomados pela lógica de mercado, a luta legítima pelo interesse comum, habitação digna a todos, passa a ser individual e lucrativa. Assim, a tentativa de solucionar um problema resulta no envolvimento de outro. Por meio das entrevistas e pesquisas bibliográficas foram levantadas algumas

práticas contraditórias que se disseminaram entre os sujeitos atuantes na área do Conjunto Habitacional Vila Velha.

2.3.1. Clientelismo

A presença de práticas clientelistas mostrou-se bastante comum no dia-a-dia das associações de moradores do conjunto habitacional. Apesar de grande parte das lideranças criticar e demonstrar indignação com a atuação de muitos políticos, alegando que suas presenças só ocorrem em períodos eleitorais, bem como os benefícios por eles trazidos, muitas ainda se dizem ligadas a partidos políticos e a vereadores que facilitam a vinda de obras, serviços e assistência para a população, como pode ser percebido nos comentários abaixo:

[...] quando morre alguma pessoa que me procura, aí eu procuro um político e um ônibus praquela, mas a maioria das pessoas agora, estão pagando planos, aí não precisa mais. Mas quando começou, a gente tinha que dá aquela assistência imediata (Líder comunitário, 65 anos, 2009).

Meu vereador era Marcílio Gomes, o Marcílio me ajudava em muitas coisas que eu pedia (*fala em relação ao Sopão da Crianças, projeto por ele desenvolvido*), no que faltava ele me ajudou (Líder comunitário, 65 anos, 2009).

Só que liderança você sabe que hoje em dia é política né? Você trabalha, você adquire um benefício pra comunidade, em compensação eles querem voto. Claro que aparece um candidato e tudo, mas a gente tem que ver. Chega aqui candidato com saco de arroz, de feijão, que sempre quer comprar o voto das pessoas com benefício, e depois que ele se elege, ele vai simhora (Líder comunitária, 49 anos, 2009).

O bairro é foco de ação de vários candidatos e atuais políticos que buscam apoio e votos. Dentre estes, destaca-se o “vereador do bairro” que possui grande representatividade por parte dos moradores. Suas ações são ao mesmo tempo exaltadas e criticadas por líderes comunitários e habitantes do conjunto habitacional. Parcela da população remete parte das obras conseguidas para o bairro ao vereador, outra parcela alega que este utiliza as

benesses conseguidas pelo movimento popular para se promover. Apesar da oposição, o “vereador do bairro” possui grande influência sobre esta área.

O Clientelismo pode ser definido, conforme Souza e Rodrigues (2004), como uma troca de favores entre as organizações locais e os políticos, que fazem promessas e algumas pequenas melhorias da área em questão, na espera de um compromisso eleitoral, mediado pelos líderes comunitários. Esta prática é reconhecida pelas lideranças, que confirmam que ambos os lados podem se beneficiar com tal hábito.

Para Farias (2000), uma expressão característica do clientelismo é o voto mercadoria, havendo assim uma relação de barganha política entre eleitor e cabo eleitoral. Este autor ainda afirma, utilizando-se do pensamento de Paul Singer, que no sistema capitalista tudo onde há equivalência econômica tende a ser tornar mercadoria, e como os cargos eletivos são cada vez mais suscetíveis a proporcionar rendimento econômico, o voto acaba também virando uma mercadoria, sendo assim a prática clientelista uma consequência do próprio capitalismo.

Deste modo, os candidatos a políticos, apoiados pelos presidentes das organizações, agregam cada vez mais votos, garantido sua eleição. Sendo eleitos, muitas vezes, não retornam ao bairro, nem cumpre as promessas feitas, prejudicando a população que precisa dos serviços. Os líderes, que mantêm relações de amizade com políticos, em geral vereadores, podem ter seus projetos ou pedidos atendidos mais rapidamente, ganhando popularidade entre os moradores locais, garantindo assim sua permanência no poder, pois conforme uma líder comunitária:

Partido político a gente tem que ter. O político é muito é pilantra, mas a gente que é liderança sem o político ela não é nada, tem que ter o dedo deles no meio pra poder a gente conseguir alguma coisa (Líder comunitária, 70 anos, 2009).

Ressalta-se que a troca de favores entre as lideranças que concorrem ao poder nos períodos eleitorais para presidente das associações, também se revela como uma prática clientelista. O candidato traz algumas melhorias para o bairro, por meio do seu envolvimento nos movimentos, buscando o reconhecimento da população, oferecendo ônibus para transportar

os eleitores, como também buscando apoio de outras lideranças que podem se beneficiar de suas ações, fortalecendo sua atuação no conjunto habitacional e ganhando votos da população.

Portanto a relação associação de moradores e política é uma real troca de favores, em que o voto é convertido em obras e serviços para o bairro e vice-versa, ou ainda em outros tipos de favores. Nesta relação, ambas as partes saem fortalecidas perante os moradores que, em geral, se tornam dependentes destes para obtenção de condições de vida melhores. Essa prática é decorrente de um sistema político e sócio-econômico que apreende os indivíduos que, na busca da sobrevivência, rendem-se aos ditames do sistema capitalista.

2.3.2. O loteamento de terras públicas

O loteamento de terras públicas²⁸ é um problema crescente nas cidades brasileiras e tem se propagado seriamente nas proximidades do Conjunto Vila Velha (Figura 12A/12B). Esta prática se revela contraditória porque em geral o loteamento é produzido pelos próprios líderes comunitários, representantes das populações mais pobres que buscam o direito à habitação. Deste modo, a luta pela moradia oculta um mercado de terras, baseado na venda de terrenos públicos e exploração de seus compradores.

Em entrevista aos membros da equipe da Defesa Civil, em 2008, constatou-se que alguns líderes comunitários das áreas ocupadas próximas ao conjunto habitacional são os principais responsáveis pela grande quantidade das ocupações. Eles se instalam nos terrenos, juntamente com uma quantidade considerável de famílias, e durante este processo loteiam alguns setores da área, para posterior mercantilização. Estas áreas loteadas poderão ser beneficiadas com serviços e infra-estrutura, posteriormente conseguidos pelas associações de moradores a partir de ações estatais, fator que resulta na

²⁸ O loteamento de terras públicas é um fenômeno recorrente tanto na cidade quanto no campo, que consiste na ocupação destas áreas para posterior divisão em lotes e mercantilização. Não existe termo de propriedade, nem legitimidade jurídica, este processo obedece apenas as leis de mercado.

valorização destas áreas e em maior ganho para os loteadores. Adaptando para o caso do Conjunto Vila Velha, confirma-se o pensamento de Bolaffi (1982) que afirma que o próprio Estado assegura a concentração de renda nas mãos dos proprietários imobiliários, pois valorizam seus terrenos ao implantarem infra-estrutura e serviços e não cobram impostos sobre isto, promovendo o lucro dos especuladores. Um dos entrevistados confessa que:

Já invadi muita terra aqui no Vila Velha. [...] Isso já faz uns 9 anos. [...] Também participei de muitos mutirões na área, ganhava a minha casa e vendia, invadia de novo e assim continuei por muito tempo. [...] Fazia isso porque era opositor ao governo do Juraci, agora com a mulher (*PREFEITA LUIZIANNE LINS*) é diferente [...] virei até guarda da Defesa Civil (Membro da equipe da Defesa Civil, 2008).



Figura 12A/12B: Áreas cercadas para loteamento na ocupação irregular no Vila Velha
Fonte: Registro próprio (2006)

A lógica da especulação da terra urbana, segundo Oliveira A.U. (1982), pode estar ligada a dois vetores: à produção ou ao consumo. Assim, a construção de moradias com o intuito de obtenção de lucro é uma forma de utilização do solo para a produção. A necessidade de morar revela também a necessidade de consumo da terra e da casa que, como mercadoria, gera uma circulação e acumulação de capital. O valor da terra e o lucro obtidos dela estão relacionados à localização e acesso a serviços e infra-estrutura, fazendo com que alguns segmentos da sociedade optem por morar em lugares melhores servidos de serviços, promovendo o processo de segregação

socioterritorial na cidade, como constata Campanário (1984, p.24) que, entre “a estrutura de renda da terra na cidade e o valor da força de trabalho, existe uma relação dinâmica”.

Esta expansão e valorização das terras na periferia já eram explicadas por Ricardo como uma forma de valorização das terras centrais. Partindo de suas teorias baseadas na produção agrícola (MARX,1980), Ricardo percebe que se pode tirar uma renda da terra, bastando ser proprietário dela, obtendo assim, o que ele entende como renda absoluta, ou seja, a renda que se pode extrair da terra. No entanto, existe uma variabilidade na fertilidade das terras, havendo assim terras mais férteis do que outras, podendo desta forma obter mais ganhos com as mais férteis e menos, com as menos férteis. É nessa diferença de solos que se pode extrair a renda diferencial, que seria uma renda a mais que se tiraria da terra, somada à renda absoluta. Neste caso, as terras menos férteis determinariam o nível de renda da terra, já que sua renda diferencial se aproximaria de zero. Assim, quanto mais fértil a terra, maior sua renda diferencial que somada à renda absoluta traria maior lucro ao proprietário. Considerando os seus estudos para a realidade existente na metrópole, referindo-se à especulação imobiliária, com a expansão da cidade e ocupação da periferia, seriam as terras periféricas que determinariam o nível de renda da terra urbana.

A venda de terras públicas é um fato comum nas ocupações, sendo até divulgadas pelos meios de comunicação. Em série de reportagens divulgadas pelo jornal O Povo, em 2008, demonstrou-se a prática desses especuladores que, assumindo o papel de líderes comunitários, promovem a invasão de terras públicas apropriando-se, sempre das melhores terras, em geral, terras secas, como menos possibilidade de alagamento. Pessoas ligadas aos líderes também tomam posse das melhores terras, aos demais, cabem os setores piores localizados. Depois de consolidada a ocupação, caracterizada como favela, as organizações populares iniciam a luta por melhorias, que valorizaram ainda mais os terrenos ocupados. Esta prática se torna lucrativa para os líderes da ocupação e para os donos dos depósitos de construção que se localizam nas proximidades, pois, enquanto estes aumentam seu potencial de ganho com o aparecimento de casas em construção, aqueles promovem a

mercantilização e especulação das terras ocupadas. Alguns líderes da ocupação juntamente com os donos de mercadinhos promovem a distribuição de cestas básicas, para conceder lotes aos pequenos comerciantes, demonstrando a complexidade e as proporções de abrangência desta prática.



Figura 13: (A) e (B) Matérias jornalísticas sobre o loteamento de terra nas ocupações irregulares
Fonte: Jornal O POVO (28.05.2008/03.06.2008)

Portanto, este tipo de loteamento destinado a população de baixa renda vem crescendo nas grandes cidades, possuindo como sujeitos principais na sua constituição o loteador (na figura do líder comunitário), os moradores, o Poder Público e, principalmente, o capital. Estes loteamentos refletem a precariedade da habitação cuja solução encontrada nem sempre é a mais adequada, pois como se percebeu, nestes loteamentos há ainda muitos

problemas quanto a infra-estrutura e, primeiramente, quanto a sua legitimidade. Essa prática, também, descaracteriza o movimento popular em prol da habitação, deixando de lado seu papel de luta a favor das minorias pobres, sem acesso à habitação digna, para promover um mercado de terras que visa apenas à obtenção de lucro, satisfazendo interesses individuais.

2.3.3. Mercado marginal de casas populares

A mercantilização de casas obtidas a partir de benefícios públicos vem se revelando como prática comum na periferia de Fortaleza. No Conjunto Habitacional Vila Velha, a venda das residências não demorou a acontecer, conforme relatos dos próprios mutirantes.

Eu com um ano e meio que eu tinha feito a minha casa [...] já tinham sido vendido 146 casas. A pessoa só tinha direito de vender após cinco (*de acordo com normas da COHAB*) (Líder comunitário, 65 anos, 2009).

E aqui é assim, um novo conjunto foi construído aqui e teve um monte de gente da minha associação que vendeu a casa ali para se inscrever pra ganhar. Eles querem só pra fazer negócio. Ganha uma casa numa associação, vai pra outra, aí vende, para ganhar nova casa (Líder comunitária, 53 anos, 2009).

Para se cadastrarem em programas de habitação popular, as famílias não podem possuir residência própria, estando, assim, morando de aluguel ou com familiares, ou ainda em áreas favelas, além de possuírem baixo rendimento. Os chefes dessas famílias, interessados em conseguir uma casa, procuram as associações de moradores e se inscrevem nos projetos habitacionais. O Estado, aliado às organizações de bairro, é o responsável pela construção e distribuição das habitações. Depois de recebidas, as casas não podem ser vendidas, pois seus proprietários não possuem sua escritura, mas apenas um termo de posse. No entanto, algumas pessoas utilizam a venda das casas conseguidas por intermédio público, como um meio de vida, ou seja, ganham a casa e posteriormente, em um espaço curto de tempo, vendem-nas. Alguns até valorizam seus imóveis, fazendo modificações em seu interior e vendendo a preços mais elevados.

Atualmente, os órgãos habitacionais municipal e estadual, buscando inibir esta prática, criaram um cadastro único, registrando o nome dos beneficiários até sua terceira geração. Assim, quem já foi contemplado uma vez e vender sua casa, não conseguirá tão facilmente outro imóvel por intermédio público. As autoridades justificam este fato pelo crescimento deste tipo de prática, afirmando perceber um aumento do número de moradores nos locais de ocupações irregulares em períodos de cadastramento de famílias. O Orçamento Participativo vem sendo a forma mais utilizada pelo Poder Público Municipal e pelas associações de moradores para negociar a utilização do recurso público, inclusive na habitação popular.

Conforme Baldez (2003) ao referir-se sobre a habitação no Brasil e nos Estados Unidos, “a moradia não é direito mas sim mercadoria, sujeita portanto a eventuais canais de acesso à riqueza” (p.86). No entanto, ressalta-se que esse “canal” não é utilizado apenas pelos agentes imobiliários ligados à atividade formal, mas também aos que agem informalmente, como na área em questão. Santos (2007, p.63) confirma este hábito, que se revela submisso à lógica capitalista na cidade, ao afirmar que: “E afinal, os pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou que lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou lhes dão, sujeitos que estão, na cidade corporativa, à lei do lucro”.

Essas práticas revelam a insuficiência das políticas públicas de habitação em romper com a “lógica férrea” do capital. Conceder casas populares em locais muitas vezes distante do centro da cidade, com pouca oferta de serviços essenciais de saúde, educação e transporte, sem aliar a uma política de geração de renda que faça com que a população beneficiada tenha meios para seu sustento, não representa uma solução, embora seja a alternativa mais utilizada no combate do problema habitacional. Assim, o recurso público continua a ser utilizado para apropriação de riqueza por determinadas parcelas de beneficiários, que utilizam subterfúgios e esquemas mercantis para acessar as políticas públicas, deixando à margem uma parcela da população que permanece à espera de atendimento e de moradia digna.

Desse modo, o sistema capitalista subordina o sentido de valor de uso à lógica do valor de troca, seja o voto, a terra pública e/ou o benefício

social, demonstrando as contradições resultantes deste modo de produção, que na visão de Milton Santos (2007) transforma a cidade em uma corporação, onde prevalecem os interesses capitalistas.

2.4. Algumas considerações

O trabalho dos sujeitos sociais sobre o solo urbano é o responsável pela produção do espaço e constituição de territórios na cidade. No conjunto Vila Velha, o Estado e as associações de moradores são os sujeitos ativos que em todo o momento promovem intervenções no espaço, que refletem, também, nas relações sociais estabelecidas dentro e fora do conjunto habitacional.

O Estado, enquanto instituição, foi o grande responsável pela edificação do Conjunto Vila Velha, baseado em uma política de construção de grandes empreendimentos habitacionais na periferia da cidade com a finalidade de abrigar população de baixa renda em locais distantes e deficitários de serviços e infra-estrutura básica. O Estado capitalista, garantindo a manutenção da ordem vigente, fundamentado na produção de desigualdades, revela o fenômeno da segregação sócio-espacial na urbe, deixando de lado seu papel que visa à garantia da justiça social através de políticas assistencialistas.

As organizações de bairro (associações de moradores), na busca pelo direito à cidade, entram em cena, promovendo movimentos, engajando-se politicamente e conseguindo vários benefícios necessários para um mínimo de qualidade de vida. O conjunto Vila Velha, com cerca de 53 associações de moradores, é revelador da força desses movimentos que conseguiram, além do direito de habitar, por intermédio da política de mutirão, grande quantidade de serviços, infra-estrutura e equipamentos que atendessem a considerável parcela dos moradores do conjunto habitacional, dando dignidade ao habitar. Entretanto, o interesse que move esses movimentos não é estritamente social, mas também político e econômico, ou seja, é marcado pelas contradições inerentes a uma sociabilidade mercantilizada.

Na medida em que se vive em uma sociedade capitalista, prevalecem seus interesses e sua lógica. Assim, quando os referidos sujeitos

atuam em aliança com o capital, suas ações promovem contradições típicas do sistema. O Estado é uma instituição que, por meio de políticas públicas, pode mudar a realidade da população pobre? Como superar práticas clientelistas que objetivam a permanência de determinados grupos políticos no poder? Como os líderes comunitários, representantes dos moradores do Conjunto Vila Velha, se submetem a esse tipo de prática? Como se dá a prática de promover loteamentos e de manipular a política habitacional? Em que medida a miséria extrema e o jogo do clientelismo levam os moradores a vender a casa obtida na primeira oportunidade, convertendo essa prática num meio de vida? Tais questionamentos estão relacionados a uma série de fatores econômicos e políticos que se mostram contraditórios. São contradições do mundo da mercadoria, que penetra em todos os lugares, do centro à periferia, bem como em todos os segmentos da sociedade, até mesmo no seio dos novos movimentos sociais. Seja no âmbito do Estado ou das associações de moradores observamos a existência de práticas do poder. São essas relações de poder que marcam também o espaço, produzindo, portanto, territórios, tais como os observados no Conjunto Vila Velha.

3. TERRITÓRIOS DA HABITAÇÃO: CONJUNTO HABITACIONAL VILA VELHA

A cidade, hoje, é constituída por uma diversidade de territórios que são resultado de relações sociais estabelecidas por diferentes sujeitos que atuam na modelação do espaço urbano. A partir de relações de poder, estes territórios são constantemente construídos e desconstruídos, não possuindo assim um carácter permanente ou fixo, mas móvel. Os estudos iniciais sobre território o definiam como um espaço delimitado por relações de poder estabelecidas estritamente pelo Estado-Nação. Com as mutações, no entanto, que foram ocorrendo, frutos da própria dinâmica sócio-espacial, constatou-se novos tipos de territórios. Na cidade, há uma infinidade de territórios formados por diferentes grupos sociais que se tornaram mais visíveis e cada vez mais estudados.

No Conjunto Vila Velha, as relações de poder estabelecidas entre os diferentes atores têm resultado na produção de territórios e territorialidades. Assim, Estado e movimentos sociais se colocam como sujeitos atuantes na produção do espaço do conjunto Vila Velha, constituindo territórios de ação e de poder, podendo estes estar ou não localizados no interior do conjunto habitacional, como em bairros adjacentes, por exemplo. Esse emaranhado de relações ainda oculta outro agente, o capital que em alguns momentos norteiam as ações deste atores produzindo territórios de contradições.

Identificou-se, portanto, no Conjunto Habitacional Vila Velha, diferentes tipos de territórios que vão mudando de acordo com as diferentes relações de poder que se estabelecem sobre o espaço, podendo, assim, serem classificados de contínuos e descontínuos (SOUSA, 2002). Neste capítulo, pretende-se mostrar os territórios constituídos pelos diferentes sujeitos sociais, presentes na paisagem e no cotidiano do Conjunto Vila Velha.

3.1. Território e territorialidades: conceitos geográficos

A produção de territórios por grupos sociais é processo contínuo e uma prática corrente nas grandes cidades. Os sujeitos sociais estabelecem relações no espaço urbano, dentre elas relações de poder, que resultam na formação de territórios e, conseqüentemente, territorialidades na cidade. Esse processo incessante de construção, destruição e reconstrução de territórios, promovido pela dinamização das relações sociais na cidade, demonstra a capacidade de organização e dominação que alguns sujeitos sociais mantêm sobre a sociedade e o solo urbano, e revela a realidade da sociedade capitalista. Concorde-se com Saquet (2007, p.24) quando este considera que “cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades”.

Antes de levantar a discussão, ressalta-se que território e espaço são categorias intrinsecamente ligadas, mas com conceitos diferentes. O território se forma por meio da apropriação e produção do espaço, e o espaço se constrói independentemente da construção de territórios. Assim, o território está contido no espaço, estando totalmente dependente de sua existência.

Santos (2002a) entende o espaço como sendo formado por um conjunto indissociável de sistemas de objeto e sistema de ações, que não podem ser considerados isoladamente. Ao falar de sistema de objetos, o autor refere-se aos objetos naturais e/ou artificiais e ao sistema de ações e às relações estabelecidas pela sociedade, em diferentes dimensões, sejam elas políticas, econômicas, sociais, dentre outras. O espaço se refere à totalidade e é sobre ele onde se encontram as demais categorias geográficas, dentre elas o território.

“A transformação de espaço em território acontece por intermédio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios” (FERNANDES, 2008, p.386). A produção dos territórios ocorre a partir da ação política dos sujeitos sociais que buscam transformar sua realidade, para isso se apropriam de determinados espaços, constituindo,

assim, territórios. Dessa forma, o território se forma a partir da apropriação dos espaços pelos sujeitos sociais que, em cada momento histórico, desenvolvem diferentes relações, dentre as quais, relações de poder, e criam novas territorialidades.

O território juridicamente, como indicam alguns autores, se refere à base geográfica de um Estado. Para Foucault (1979), por ser uma noção jurídico-política, o território é controlado por certo tipo de poder. Por muito tempo, o território foi estudado como uma base territorial na qual o Estado, enquanto instituição, exerce seu poder. No entanto, foi-se percebendo que o território poderia ser uma base onde outros agentes sociais também pudessem exercer algum tipo de poder, e promovendo a constituição de territórios fixos e móveis. Para se chegar a esse nível de análise, diversos estudos foram desenvolvidos sobre o conceito de território.

Sposito (2004) enumera três concepções dessa categoria na Geografia: 1. A concepção naturalista, onde há uma exaltação dos elementos naturais de um determinado território e a partir desta idéia se cria um sentimento de patriotismo, bastante usado nas forças armadas, para promover a proteção do território nacional, bem como implantada ideologicamente sobre a sociedade; 2. A concepção mais voltada para o indivíduo, em que o território se torna um “espaço” de relações cotidianas, onde se constrói uma identidade com espaço vivido e assim formando territorialidades, sendo, então, o território um continente de símbolos, envolvendo também relações culturais; 3. E a concepção onde se confunde espaço e território. Tais concepções nos fazem pensar, assim como foi constatado por diversos autores, que o conceito de território foi sendo construído no decorrer da história, sendo possuidor de diferentes abordagens. Para Sposito, o território seria o suporte e a materialização das relações sociais e de produção, exprimindo com muita força o seu caráter político. Deste modo, para o autor, o território possui caráter político e econômico, sendo assim moldado de acordo com esses tipos de interesses.

Ratzel foi um dos pioneiros na abordagem do conceito de território. Conforme Castro (2005), o autor estabelece que o território é fruto da relação Estado e solo. Além disso, considera que há um enraizamento da sociedade e

do Estado ao solo, sendo este um continente de símbolos e signos socialmente construídos. Tais símbolos e signos são necessários para a construção de uma ideologia patriótica, baseada na exaltação dos elementos naturais característicos do território, que é bastante utilizada pelo Estado para a defesa de seu território. O território, dominado politicamente pelo Estado, era uma representação do seu poder.

O geógrafo alemão foi bastante sensível à importância não apenas do território como continente do poder político, mas da necessidade de um aparato capaz de integrá-lo, controlá-lo e tornar seu conteúdo um recurso de poder, cujo objetivo era reforçar-se para perdurar (CASTRO, 2005, p.72).

Moraes (1999) complementa, ao afirmar que, para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade, e a sua perda seria a maior prova da decadência de sua sociedade. Ainda segundo esse autor, os estudos de Ratzel foram influenciados pelo contexto espaço-temporal da Europa na segunda metade do século XIX, em especial da Alemanha. Nesse período, a Alemanha, que havia se unificado tardiamente, destacava-se como uma unidade do centro do mundo capitalista, no entanto não possuía colônias. Esse fato alimentou um expansionismo latente, que foi aumentando com o próprio desenvolvimento interno, e que se tornou um agressivo projeto imperial. “Ratzel vai ser um representante típico do intelectual engajado no projeto estatal; sua obra põe uma legitimação do expansionismo bismarckiano” (MORAES, 1999, p.55).

Para Ratzel, o território é expressão da atuação do Estado. Em seus estudos corresponde o solo ao território. Para esse autor, “o território, portanto, é entendido como substrato/palco para a efetivação da vida humana, sinônimo de solo/terra e outras condições naturais fundamentais a todos os povos, selvagens e civilizados (sob domínio do Estado)” (SAQUET, 2007, p.31). A análise de Ratzel foi e é muito importante para os estudos da Geografia Política, no entanto, deve-se considerar as limitações de seus estudos que foram baseados na realidade do século XIX e a concepção por ele adotada. Outros autores, partindo de seus estudos, conseguiram desenvolver novas ideias, como os citados a seguir.

Para Raffestin (1993), o território também possui caráter político, sendo formado a partir do espaço. O autor afirma que o espaço é anterior ao território e que o território só pode existir a partir do trabalho humano sobre o espaço. “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Souza (2002) entende que, dessa forma, Raffestin reduz espaço ao espaço natural, colocando o território como sinônimo de espaço social, empobrecendo o arsenal conceitual construído, mas diferente de Ratzel não reduziu o termo território ao solo pátrio.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Ao territorializar um “espaço”, os sujeitos sociais constroem territorialidades, que além de impregnadas por relações de poder, possuem laços de identidade que, de alguma forma, homogeneíza uma determinada área, sendo assim constituído por um grupo que possui e que partilha das mesmas aspirações e uma mesma identidade. A territorialização, desse modo, envolve um tanto o espaço como símbolo e como importância cultural, sendo estes mediados por uma identidade territorial sobre o espaço ocupado. A territorialidade então é um conjunto de relações entre a sociedade, o espaço e o tempo, ela deve ser buscada através da observação do cotidiano dos indivíduos. A relação de vizinhança estabelecida entre vizinhos e entre seus locais de moradia revela a produção de territorialidade sobre o espaço, alguns destes demonstram resistência para se desvencilhar dessas relações, que estão embutidas física e conscientemente.

A migração é fator relevante na produção de territorialidades na cidade, muitos migrantes vêm à metrópole em busca de uma vida melhor e essa mobilidade populacional traz consigo uma produção acelerada dos territórios urbanos. Santos (2002b) afirma que, ao vir para a cidade, o migrante deixa para trás uma cultura herdada para encontrar outra, e o meio ambiente

aonde ele vai se instalar vai agir como um detonador, e a relação que irá existir entre o novo morador e o espaço vai se manifestar dialeticamente como territorialidade e cultura, mudando o homem. Ocorre, dessa forma, uma desterritorialização, que também pode ser vista como um estranhamento ou uma desculturalização.

Como exemplo, pode-se falar das pessoas residentes em uma favela que são transferidas para um conjunto habitacional edificado por intermédio do Poder Público. Nesse caso, podemos afirmar que essa população sofreu uma desterritorialização, porque está saindo de um território do qual habitava e já havia se constituído uma territorialidade. Ela, porém, vai formar novas territorialidades a partir do momento em que passar a ocupar a nova área, promovendo uma reterritorialização.

Em seus estudos, Raffestin (1993) utiliza a categoria poder como essencial para explicar o território, pois este se forma a partir do poder exercido por um indivíduo ou grupo de indivíduos que se espacializa. Essa categoria vai estar presente em grande parte dos estudos sobre território, já que é uma característica determinante para esse conceito.

No Brasil, segundo Saquet (2007), a expansão e a qualificação dos estudos ligados ao conceito de território e territorialidades, vão ocorrer, principalmente a partir da década de 1990. Nesta pesquisa, destacar-se-á o trabalho de dois autores, cujos estudos são mais recentes: Souza (2002) e Fernandes (2008).

Para Souza (2002), o território possui caráter político e cultural. Além disso, reconhece a presença de muitos territórios na cidade, que são delimitados por grupos sociais. Esses territórios podem ser permanentes ou temporários. Assim, para o autor, “o território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p.79), que pode “ter caráter permanente, mas também [...] uma existência periódica, cíclica” (p.81). Afirma também que os territórios são construídos e desconstruídos e podem ser encontrados nas mais diferentes escalas (da mundial à local). Em resumo, Saquet (2007) considera que o território para Souza “significa apropriação e dominação político-econômica, estratégica,

tendo variações no tempo e no espaço e se efetivando em diferentes níveis escalares” (p.134).

Essa mutabilidade dos territórios, ou seja, construção-desconstrução e mobilidade de fronteiras, principalmente dos territórios urbanos, faz com que Souza (2002) classifique-os como territórios flexíveis, utilizando os territórios da prostituição ou do tráfico de drogas como exemplos. O autor também acredita que os territórios urbanos podem se relacionar em rede, pois “o território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade” (p.86), ou seja, os territórios se articulam entre si.

Para esse autor, influenciado por Raffestin, a territorialidade “é aquilo que faz de qualquer território um território” (p.99). Ele faz uma diferenciação de termos ao afirmar que territorialidade (no singular) é algo mais abstrato, pois se remete às relações de poder espacialmente delimitadas que operam sobre uma base material; e que, territorialidades (no plural), se refere aos tipos gerais em que esses territórios podem ser classificados, conforme suas propriedades, dinâmica, dentre outros. A territorialidade se formaria desse modo não só pelo viés cultural, mas também econômico e político, possuindo até um caráter funcional.

O pensamento de Fernandes (2008) possui algumas similitudes com o pensamento de Sousa. Apesar de estudar os territórios agrários, o autor admite que seus estudos também compreendam a realidade urbana. Fernandes (2008) entende que “a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço” (p.388). Este explica que os sujeitos, por meio de suas intencionalidades, passam a definir seus espaços e territórios. Esta definição e conquista de territórios podem acontecer por meio de uma desterritorialização e uma reterritorialização. Além disso, os territórios se movimentam pela conflitualidade, sendo assim um “espaço de vida e de morte, de liberdade e de resistência” (p.386).

Esse autor defende uma significação mais ampla do termo território e estabelece, assim, o princípio da multidimensionalidade e da multiescalaridade. O primeiro diz respeito às dimensões que um território pode conter, como: políticas, sociais, econômicas e ambientais. O segundo refere-se

às diferentes escalas que o território pode ter, em conformidade ao pensamento de Souza (2002). A partir desses princípios, o autor fundamenta outro princípio, o da multiterritorialidade. Este considera que cada território possui sua territorialidade, e as relações e interações entre os territórios reproduzem múltiplas territorialidades, assim, como diferentes tipos de relações se dão pelo espaço, diferentes tipos de territórios podem ser constituídos sobre este. O autor ressalta, dessa forma, que é “impossível compreender o território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania” (FERNANDES, 2008, p.390).

Como constataram os referidos autores brasileiros, o espaço é constituído por vários territórios definidos por interesses diversos, produzindo territorialidades diversas, assim como se percebeu no bairro e no Conjunto Habitacional Vila Velha. O bairro, que é constituído por uma diversidade de territórios, conta com a ação de diversos sujeitos, como Estado, associações de moradores e capital. O Estado propiciou que o bairro crescesse de forma fragmentada quanto à renda de seus moradores, havendo de certo modo uma divisão espacial quanto ao nível de renda dos residentes. As associações de moradores, localizadas no Conjunto Habitacional Vila Velha, constituíram seus próprios territórios, cujos limites ultrapassam os limites físicos do bairro. Estes sujeitos, no entanto, renderam-se aos ditames do capital produzindo ainda novo tipo de território, de viés mercadológico. Nesses casos, a diferenciação do tipo de território ocorre por meio da forma de poder estabelecida em cada território. Concorde-se, então com Saquet, ao afirmar que “[...] mudam os significados do território conforme se altera a compreensão de poder” (SAQUET, 2007, p.33).

3.1.1. Poder: característica cara ao território

Para Souza (2002, p.78), a “importância capital do espaço enquanto instrumento de manipulação, conquista e exercício de poder, é algo muito antigo”. A disputa por territórios e principalmente do espaço de dominação, ou seja, do exercício do poder, é uma prática atual que acompanha o homem desde suas primeiras formas de organização.

Castro (2005) enumera três formas ou tipos de poder:

1. Poder despótico. Neste tipo, o poder é utilizado como instrumento de coerção pela força, isto é, de violência. Paradoxalmente, é um poder vulnerável, pois não se fundamenta na vontade do outro, podendo ser passível de anulação.
2. Autoridade. Este poder é exercido de forma legitimada, sendo aceito e reconhecido pela população submetida a ele. Castro (2005), utilizando as ideias de Weber, afirma que “o poder da autoridade tem mais força do que o poder da dominação, pois a autoridade repassa sobre o consentimento social como fonte de estima e legitimidade” (CASTRO, 2005, p.103).
3. Poder político. Esta forma de poder, em sentido amplo, possui a possibilidade de coerção, da autoridade e do fundamento legal, sendo constituído por características dos poderes mencionados acima. O poder político é exercido por meio do consentimento coletivo mínimo, almejando certo bem coletivo e não ao único bem privado daquele que o exerce.

Para Raffestin (1993), existe uma diferenciação no significado da palavra poder escrito com inicial maiúscula do escrito com inicial minúscula. O termo Poder faz referência às instituições e aparelhos aos quais os cidadãos se sujeitam, significando assim a soberania do Estado. O termo poder, nome comum, se esconde por trás do Poder, estando presente em cada relação, aproveitando todas as fissuras sociais “para infiltrar-se até o coração do homem”. Dessa forma, o autor entende o poder como parte intrínseca de toda relação, podendo estar ou vir de todos os lugares. O exercício do poder, portanto, na visão do autor, é uma prática cotidiana, que se manifesta por ocasião, por meio da troca ou comunicação em meio a um confronto. O objetivo do poder é o controle e a dominação sobre o homem e sobre as coisas.

O território que é *locus* das relações sociais, especialmente das relações de poder, só se faz território pela ação humana, pois são os homens quem exercem o poder. Além disso, afirma Raffestin (1993), os recursos contidos no território também são de extrema importância, pois influenciam nas relações nele estabelecidas. O autor, então, considera a população, o território e os recursos como trunfos do poder, entende-se os trunfos como “os homens e as coisas” (SAQUET, 2007, p.33) que promovem a conflitualidade que

resultará na formação de territórios. Os três são pontos de disputa e conflitos, no entanto, muitas vezes, apenas um é ressaltado, mas estão, em geral, interligados. Por exemplo, a disputa por territórios do narcotráfico, não se resume apenas a esse fato, pois o seu interesse gira em torno também da população residente naquele território, no aumento do mercado consumidor, nas facilidades ou dificuldades de acesso a outro território. A disputa pelo território mascara o verdadeiro interesse, que nesse caso gira em torno de interesses econômicos e de poder. Para Raffestin (1993), o trunfo raramente é único, ele geralmente é complexo. Este autor, ainda, assegura que cada organização possui trunfos suplementares e o poder político aparece como uma consequência para manutenção da dominação ou do controle de conflitos.

Foucault (1979), em seus estudos sobre poder, afirma que o sujeito ou grupo que detém as “verdades” (ou seja, uma política geral que rege a sociedade), possui o poder. As verdades, explicando melhor, geralmente são/estão centradas em um discurso científico e/ou nas instituições; submetidas à incitação política e econômica; objeto de difusão e consumo; produzidas e transmitidas sob o controle de grandes aparelhos ideológicos; objetos de debate político e de confronto social. A verdade seria então “o conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (p.14), ou seja, é ela quem rege a sociedade dominando-a e disciplinando-a. Ressalta-se que a verdade não só induz os efeitos de poder, como também é produzida e apoiada pelos sistemas de poder.

O poder “não se dá, não se troca nem se retoma, mas exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo em relação de força” (FOUCAULT, 1979, p.175). Além disso, para o autor, “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia” (ib, p.183). Portanto, o exercício do poder não se dá em um único ponto, o seu movimento e a conflitualidade por ele gerado, são responsáveis pela constituição dos territórios. Em resumo, Saquet (2007) acredita que o poder, para Foucault, não é adquirido, mas exercitado; as relações de poder atuam em conjunto com as demais relações; vem de baixo,

ou seja, as relações de força que se formam e operam nas famílias, nas instituições, por exemplo; servem de suporte aos efeitos que percorrem a sociedade; as relações de poder são intencionais e onde há poder há resistência.

Souza (2002) ressalta que poder e violência são antagônicos, pois o poder e a violência se opõem, onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente. Além disso, “toda diminuição de poder é um convite à violência” (p.78), sendo esta a última forma encontrada pelos detentores de poder para dominação, no entanto, como já foi afirmado inicialmente, a violência nunca é bem aceita, e por isso o poder de forma ou de outra tende a enfraquecer.

Neste trabalho, percebeu-se que os territórios formados no Conjunto Habitacional Vila Velha possuem o caráter político em destaque. Deste modo, entende-se que neste caso, o poder político exercido pelo Estado, moradores e associações de moradores, ressaltando que de forma diferenciada, conseguiu constituir diferentes territórios e territorialidades no bairro, confirmando o pensamento de Saquet (2007, p.33) em que “mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder”.

3.1.2. O poder político exercido por diferentes sujeitos sociais

Partindo do território como base material e simbólica da sociedade, onde se exerce relações de poder, percebeu-se que, em grande parte, os territórios abordados foram constituídos por intermédio do poder político. Canoy (1986), utilizando-se do pensamento de Gramsci, diz que a política é uma atividade humana central, é o meio do qual a consciência individual é colocada em contato com o mundo social e material.

Para Castro (2005) o conceito de política possui três vertentes: 1. Na vertente sociológica, a política é entendida como condição de regras das disputas e solidariedade sociais, não mais ligada só ao Estado; 2. Na vertente da Economia Política, a política é dominada pelas determinações de um poder imanente do capital, submetendo todas as relações à sua lógica; 3. E na vertente teórica da Ciência Política, os fatos políticos são relações sociais que expressam os interesses da sociedade.

Concorda-se com o pensamento de Castro e Arendt sobre política, pois, segundo eles, “a política surge da relação entre homens e das opções feitas, historicamente, para a sua realização” (CASTRO, 2005, p.50), ou seja, o poder político é exercido a todo o momento sobre a sociedade e o espaço. Diferente do que pensam muitos autores, o poder pode ser praticado tanto pelo Estado quanto pela sociedade, no exemplo em questão, representada pelas organizações de bairro. Para Arendt (1997) a política só se exerce por meio do discurso. A comunicação e o diálogo são a peça-chave da política, no entanto, não se pode ficar apenas no discurso, é necessário ir à prática.

[...] la acción sólo es política cuando va acompañada de la palabra (lexis), en la medida en que esta última convierte en significativa la praxis. Y, en este sentido, la palabra es entendida como una suerte de acción, como una vía para conferir sentido y durabilidad al mundo y para decir nuestra responsabilidad con respecto a él (ARENDT, 1997, p.27).

Segundo Sposito (1996), ao interpretar o pensamento de Lefebvre, o Estado constitui a forma do político e do poder, estando acima ou separado da sociedade. Para Lefebvre, quando se refere ao poder político, em geral se remete à ação do Estado, que no seu papel de comando do Estado-Nação rege o território por meio de ações políticas.

O Estado institui a política como atividade superior, envolve o conjunto das instituições, das condutas e das representações mas não se define por nenhuma delas. Sendo a forma do político, o Estado se comporta como centro de institucionalização e de decisões; não protege os organismos sociais, a não ser na condição de colocá-los sob tutela (SPOSITO, 1996, p.45).

No entanto, a sociedade também é política e exerce seu poder político no território e nas relações nele estabelecidas. No caso desta pesquisa, percebeu-se como os movimentos sociais, por meio de seu poder político, produz territórios no Conjunto Vila Velha, atuando como representantes da população mais necessitada. Para Yaumati (2001), ao participarem de um movimento coletivo, mesmo que determinados por interesses particulares, estes indivíduos estariam transcendendo o universo das relações pessoais

para se inserirem na esfera pública. Este fato demonstra que não só o Poder Público é capaz de promover política, mas a sociedade organizada também.

O poder político exercitado pelos diferentes grupos sociais, aliado ao seu trabalho, é constituidor de territórios, que se formam por meio dos conflitos gerados pelo enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios (FERNANDES, 2005). Destaca-se que os territórios são não iguais em sua forma nem função. Essa diferenciação ocorre, também, devido aos diferentes interesses e conflitos neles envolvidos, que estão diretamente ligados ao sujeito social que dominará o território, ao povo que dele faz parte e a relação de poder nele estabelecida.

3.2. A ação do Estado na produção de territórios na cidade

O Estado é a instituição legal reguladora do território, entendido como território nacional. Sua escala de atuação pode variar do local ao nacional. Neste tópico, trabalhar-se-á a influência do Poder Público sobre o município na produção de territórios, utilizando assim uma escala menor para entender a realidade. “O município é a expressão mais concreta do próprio conjunto do território e da sociedade” (CASTRO, 2005, p.135). Dentre as características que compõem o município, Castro (2005) enumera: 1. É um recorte federativo, com relevante grau de autonomia; 2. Trata-se de uma escala política, sendo assim um território político; 3. “É no município onde todos habitamos e exercemos nossos direitos, e deveres, da cidadania” (p.135). 4. Além disso, é nele onde são concretizadas as políticas públicas. Ressalta-se que:

Para os geógrafos, os municípios não são simplesmente instâncias federativas no arranjo institucional da Nação; cada um deles é território caracterizado pela posição, suas paisagens, suas atividades e suas práticas culturais e políticas desenvolvidas por agentes sociais locais e de outras esferas territoriais (BITOUN, 1999, p.195).

O espaço tornou-se instrumental, para Levebvre (2008), ou seja, ele é “lugar e meio onde se desenvolvem estratégias, onde elas se enfrentam” (LEFEBVRE, 2008, p.172). O resultado desta instrumentalização se revela na

segregação dos grupos, das funções e dos lugares. Esta segregação pode se manifestar por diversos meios, como a partir do planejamento urbano, pois é por meio deste que o Estado utiliza diversos outros instrumentos que fragmentam o espaço urbano, constituindo territórios no interior das cidades. Para Souza e Rodrigues (2004, p.16), o planejamento urbano “é uma forma que os homens têm de tentar prever a evolução de um fenômeno ou de um processo, e, a partir desse conhecimento, procurar se precaver contra problemas e dificuldades, ou ainda aproveitar possíveis benefícios”. No entanto, o planejamento urbano há muito tempo não é responsabilidade só do Poder Público, pois a sociedade civil também deve participar, definindo as propostas que melhor atendam às necessidades coletivas.

Souza e Rodrigues (2004) fazem uma classificação dos tipos de planejamentos. Há, dessa forma, o Planejamento regulatório clássico, cujo conservadorismo, a manutenção do *status quo* econômico-social e espacial, e a parceria público-privada são características predominantes. O Planejamento “mercadófilo” é o tipo de planejamento simpático aos interesses capitalistas, onde o controle do uso do solo por intermédio de leis e normas não é o objetivo central, mas sim o aumento da competitividade econômica da cidade. E o planejamento progressista, em que tenta “combinar uma visão crítica sobre as contradições e a exploração de classe” (p.70), nesta forma de planejamento a participação popular ganha bastante força e visibilidade.

No livro *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos* de Souza (2003), o autor caracteriza os referido modelos de planejamento que tentaremos resumir. O Planejamento Regulatório Clássico, que no Brasil é chamado de “planejamento físico-territorial” e pelos anglo-saxões de “blueprint planning”, teve como período áureo os anos de 1950 e 1960. Este tipo de planejamento baseava-se nos ideais do Urbanismo modernista que tinha como ideia central a modernização da cidade, baseada em ideais de ordem e racionalidade. Le Corbusier foi um dos grandes influenciadores, em seus estudos distinguia a forma e a funcionalidade das cidades. Atualmente, a funcionalidade, característica deixada pelo Urbanismo modernista é uma prática comum do planejamento atual, pois conforme Souza (2003, p. 131) “[...] aquilo que do Urbanismo modernista sobreviveu e resiste

até hoje na prática de planejamento nos mais diferentes países não é tanto a sua estética, mas o espírito funcionalista de zoneamento do uso do solo”. Tem ainda como características o planejamento voltado exclusivamente para a organização espacial, pouca participação popular e a presença de um Estado forte e intervencionista.

Com o enfraquecimento do planejamento regulatório, outras correntes e estratégias foram sendo criadas. O planejamento mercadófilo foi uma destas novas estratégias que tem como objetivo estimular o desenvolvimento do mercado imobiliário e o afastamento do Estado das decisões, inovando ao deixar “de tentar domesticar ou disciplinar o capital para, pelo contrário, melhor ajustarem-se aos seus interesses” (SOUZA, 2003, p.136). Neste caso, o empresarialismo domina o planejamento, diminuindo a presença do Estado tanto no planejamento quanto na gestão urbana. Outra de suas características está na sua abertura a várias influências de diferentes áreas do conhecimento, desde que sejam interessantes ao mercado.

Nos anos de 1980, o planejamento progressista ganha destaque no cenário político brasileiro. Seus ideais foram amadurecidos e legitimados depois de inúmeras discussões, cuja participação popular foi de extrema relevância, sobre a necessidade de uma reforma urbana²⁹. Possui como características a despreocupação com a estética, análise crítica da realidade e a busca pela justiça social. Este tipo planejamento se distingue por apresentar:

[...] um conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades (SOUZA, 2003, p.158).

Nesse período, os movimentos sociais, constituídos pelas associações de bairro bem como pelas entidades profissionais e acadêmicas,

²⁹ Segundo Souza e Rodrigues (2004, p.62) a reforma urbana “representa uma transformação da sociedade e do espaço, tendo por objetivos melhorar a qualidade de vida da população, elevar o nível de justiça social e democratizar as práticas de gestão e planejamento”. No entanto, o que era percebido nas cidades era uma reforma urbanística, ou seja, “conjunto de intervenções físicas no espaço urbano, como obras de embelezamento, construção de praças, monumentos, abertura de ruas e avenida etc.” (p.61), não havendo preocupação com o social.

lutavam por melhores condições de moradia e pela propriedade da terra urbana. Segundo De Grazia (2003), esses movimentos elaboraram três princípios básicos para referenciar sua prática: direito à cidade e à cidadania, gestão democrática da cidade e direito individual de propriedade, baseado na função social da cidade e da propriedade. Estes princípios foram os norteadores e também os objetivos buscados pelo movimento em suas lutas.

De Grazia (2003) argumenta que havia uma necessidade do Estado retomar seu papel social, assegurando o direito à cidade para todos, pois as cidades foram construídas a partir da ausência de um planejamento urbano, o que estimulou a consolidação de um mercado imobiliário restrito e especulativo que resultou em uma apropriação desigual do território e dos bens produzidos. Havia uma necessidade de construção de uma cidade mais justa, que viria por intermédio da Reforma Urbana.

É nesse contexto, de luta pela reforma urbana, que é discutido o capítulo urbano da Constituição de 1988. Em 1990, chega à Câmara dos Deputados o projeto de lei denominado “Estatuto da Cidade”. Foram inúmeras as discussões acerca deste projeto, onde capitalistas tentaram de toda forma impedir a sua tramitação, em ação conjunta com a Tradição, Família e Propriedade (TFP), uma facção conservadora da Igreja Católica (De Grazia, 2003). O projeto ainda passou por muitas pressões políticas e muita burocracia até em 2001 ser aprovado. O Estatuto da Cidade, que se refere ao projeto de lei n.5788/90, é uma “lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, Estados e especialmente pelos Municípios” (BRASIL, 2001, p.29).

Esta lei passa a ser um importante instrumento para a promoção de justiça social e manutenção ambiental na cidade, assegurando os direitos urbanos ao garantir o direito às cidades sustentáveis, reafirmando a função social da propriedade, instituindo a democracia da cidade e assegurando a justa distribuição dos ônus e benefícios do processo de urbanização. Deste modo, o Estatuto da Cidade reúne os principais instrumentos de defesa dos interesses das camadas populares (DE GRAZIA, 2003).

A aprovação do Estatuto da Cidade era concebida pelo FNRU³⁰ como a conquista de um valioso instrumento de política urbana que, se apropriado pela população organizada e pelas Administrações Locais com o objetivo de realizar a função social da propriedade e da cidade nos municípios brasileiros, seria de grande utilidade na mudança do quadro de desigualdade, exclusão e segregação, bem como seria uma grande contribuição na luta por cidades justas, democráticas e sustentáveis. No entanto, sempre entendeu que não se tratava de uma panacéia para todos os problemas das cidades (DE GRAZIA, 2003, p.59-60).

Com o Estatuto da Cidade, os planos diretores que estavam em desuso passam a ganhar força, aparecendo como instrumentos capazes de promover a reforma urbana³¹. Planos Diretores são documentos legitimados destinados a guiar a expansão urbana e o uso do solo da cidade. Neles estão contidos regras e instrumentos que auxiliam na busca de uma organização espacial mais justa sócio-ambientalmente. A Constituição de 1998 obriga que cidades com população acima de 20.000 habitantes elaborem seu Plano Diretor. Esta decisão é confirmada pelo Estatuto da Cidade, que estabelece a obrigatoriedade do Plano Diretor aos municípios com mais de 20.000 habitantes, como também para aqueles pertencentes à região metropolitana ou aglomerações urbanas, para os que possuem áreas de interesse turístico, ou para as cidades que possuem áreas sob influência de empreendimentos de grande impacto ambiental (BRASIL, 2001).

O Estatuto da Cidade reafirma os princípios básicos estabelecidos pela Constituição da União, preservando o caráter municipalista, a centralidade do plano diretor como instrumento básico da política urbana e a ênfase na gestão democrática (CARVALHO, 2001, p.131).

Os Planos Diretores são documentos diagnósticos que vêm acompanhados de quatro leis: a lei de parcelamento do solo urbano, lei do perímetro urbano, lei de uso e ocupação do solo e código de obras e posturas. A primeira lei, Lei n.º 6.766 aprovada em dezembro de 1979, tem como fim o ordenamento do espaço urbano destinado à habitação por meio de uma divisão

³⁰ O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é constituído por entidades e fóruns regionais que lutam pelo direito à cidade por intermédio de políticas públicas que possibilitem a construção de cidades mais justas e democráticas.

³¹ Para Sousa (2003) ao colocar o plano diretor como instrumento de reforma urbana tende-se a “superestimar a importância das leis e dos planos, a se subestimarem as contradições sociais

do solo urbano. De acordo com o artigo 2º da Lei de Parcelamento do Solo Urbano, o parcelamento do solo urbano só pode ser feito mediante loteamento ou desmembramento, considerando as disposições da referida lei, bem como a legislação de cada Estado e Município. Refere-se como loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes; e como desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes (BRASIL, 1979). Ressalta-se que não será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos à inundação, terrenos aterrados com materiais nocivos à saúde pública, terrenos com declividade igual ou superior a 30%, terrenos com condições geológicas adversas à construção e em áreas de preservação ecológica.

A Lei do Perímetro Urbano impõe os limites de cada município, cabendo a cada prefeitura legitimar os limites do seu território. A Lei de Uso e Ocupação do Solo também é específica ao município, cujas disposições estão de acordo com as normas estabelecidas pelo plano diretor. Ela regulamenta o uso e a ocupação do solo da cidade. Em Fortaleza, a Lei de Uso e Ocupação do Solo é a nº 7987, aprovada em dezembro de 1996. Ela está de acordo com o Plano Diretor aprovado em 1992. O Código de Obras também é um documento específico de cada município. Esta Lei refere-se a posturas urbanas e a exigências aplicáveis a obras em geral, que serão realizadas nos municípios, devendo considerar os dispositivos previstos na Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Em Fortaleza, o Código de Obras e Postura do Município se refere à Lei nº 5530 aprovada em dezembro de 1981.

No decorrer da década de 1990, várias prefeituras iniciaram o processo de política de desenvolvimento urbano e de elaboração do plano diretor. Fortaleza passou por esse processo, tendo produzido o seu em 1992, que era regente na cidade até 2009. Atualmente, na cidade está em vigência o

e a se cultivar otimismo exagerado a respeito das possibilidades de estabelecimento pacífico de novos “pactos territoriais” e consensos” (p.163).

Plano Diretor Participativo de Fortaleza, que começou seu processo de Elaboração em 2005.

3.2.1. Fortaleza e o plano diretor

O Plano Diretor vigente anteriormente em Fortaleza, refere-se a Lei 7061 aprovada em dezembro de 1992. Ele dividia a cidade em três macrozonas: Macrozona Urbanizada; Macrozona Adensável e Macrozona de Transição. De acordo com o Artigo 21 da referida lei, as macrozonas “são porções do território do Município, delimitadas por lei e caracterizadas por ocupação, condições de infra-estrutura, equipamentos e serviços básicos diferenciados, identificadas como áreas de planejamento das ações governamentais” (FORTALEZA, 1992). Essas macrozonas foram divididas em microzonas que “são porções do território do Município, localizadas em quaisquer das macrozonas, caracterizando-se como áreas de controle da densidade, do uso e da ocupação urbana”.

O zoneamento urbano é um instrumento que apareceu inicialmente na Alemanha (fim do século XIX), sendo criado com duas finalidades: evitar a proximidade de atividades consideradas incompatíveis com certos princípios básicos de bem-estar, por meio do controle do uso do solo e evitar os males da congestão urbana, ou seja, controlar a densidade demográfica das zonas por meio do controle da ocupação e da construtibilidade dos terrenos (RIBEIRO; CARDOSO, 2003). Nas grandes cidades americanas, ainda conforme os autores, o zoneamento objetivava evitar que as zonas residenciais destinadas às camadas média e superior fossem invadidas pelas indústrias e pelas camadas mais pobres. Já nos bairros centrais, almejava proteger o centro de negócios e de comércio de luxo, o que demonstra uma relação direta entre a política de zoneamento e os interesses imobiliários. Ressalta-se que o zoneamento é um instrumento de grande relevância na produção de áreas segregadas nas cidades. Por meio da fragmentação do solo, o Estado define territórios de atuação, que possuem características e prioridades distintas.

Segundo Souza e Rodrigues (2004), o zoneamento também pode ser usado para promover a reforma urbana. Para tanto, as zonas devem se

classificar quanto sua finalidade, como: 1. Zoneamento do uso do solo, onde a cidade é dividida de acordo com o tipo de atividade desenvolvida sobre determinado setor da cidade; 2. Zoneamento de densidade, cujo objetivo é ordenar o crescimento físico da cidade e o adensamento demográfico, evitando a sobrecarga de infra-estrutura em determinadas áreas da cidade; e 3. Zoneamento de prioridades, que se baseia na criação de zonas que sejam prioritárias para o investimento de recursos públicos, principalmente áreas que envolvam problemas habitacionais.

Ainda segundo esses autores, outros instrumentos são importantes para a promoção da reforma urbana e estão contidos nos planos diretores. O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo consiste no pagamento do IPTU, que vai aumentando com o passar do tempo, em áreas de especulação, com o objetivo de obrigar o proprietário a parcelar ou edificar em um terreno, que, por interesses especulativos, tenha deixado desocupado ou subocupado, podendo até o terreno entrar em processo de desapropriação. Outro instrumento atuante na promoção da reforma urbana é a regularização fundiária. Em Brasil (2001), define-se, utilizando a ideia de Alfonsin, como regularização fundiária o processo de intervenção pública, sob aspectos jurídico, físico e social, que visa à legalização da permanência de populações moradoras em áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei. Este instrumento facilita o investimento de recursos públicos em obras de urbanização e infra-estrutura.

Em 2005, iniciou-se o processo do Plano Diretor Participativo em Fortaleza, que diferente do primeiro, foi elaborado com a participação de diversos segmentos da sociedade, caracterizando-o como um processo democrático. O referido plano diretor também se apoiou no zoneamento da cidade, Fortaleza, deste modo, passou a ser dividida em zonas que se classificam como: urbana, ambiental, especiais e especiais de interesse social. Um dos principais conflitos na elaboração e atualização do plano é a demarcação de Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS). As ZEIS se aplicam aos vazios urbanos, mantidos seu uso para especulação com a terra, cuja ação pública visa à ocupação imediata ou sua destinação para a construção de moradias populares e/ou equipamentos e serviços urbanos de uso da

população pobre. Contudo, o conflito entre Poder Público e empresários nem sempre permite chegar até objetivos sociais, pois algumas destas ZEIS localizam-se em áreas de interesses de reprodução do capital, logo o Estado não leva a frente tal propósito. O mais recente Plano Diretor da cidade teve na sua elaboração uma conquista da sociedade, que pôde participar de forma ativa de uma decisão política tão importante e que afeta a vida na cidade em sua totalidade.

3.2.2. Ação do Estado na produção de territórios no Conjunto Vila Velha

O Estado possui como papel fundamental a gestão do território, seja ele nacional, estadual ou municipal. Na cidade, as normas estabelecidas por um planejamento urbano conservador produziram um espaço urbano fragmentado, onde se foram constituindo territorialidades. Para Fernandes (2005), é por meio das relações sociais que ocorre a fragmentação do espaço, que resulta em conflitos e que se formam territórios e territorialidades.

No plano diretor, ao utilizar o zoneamento, o Estado divide a cidade em diversas zonas, que podem ser também entendidas como territórios, já que consistem em espaços delimitados regidos pelo Poder Público. O espaço dessa cidade fragmentada passa a ser produzido de forma diferenciada, gerando desigualdades entre os seus setores. Deste modo, constata-se que o Estado contribui para existência e consolidação das desigualdades sócio-espaciais na urbe, que se materializam sobre o espaço urbano.

Outra forma do Estado interferir na produção de territórios na cidade é por intermédio das políticas públicas. Por exemplo, ao remanejar famílias residentes em áreas de ocupação irregular, para conjuntos habitacionais localizados na periferia das metrópoles, o Estado passa a promover uma dinâmica espacial baseada no movimento das pessoas sobre o espaço. Neste processo, estão embutidos outros, relacionados à dinâmica dos territórios urbanos, como a desterritorialização e reterritorialização. Além disso, este processo ainda é produtor de segregação na cidade já que a periferia é local onde residem famílias de baixa renda, que convivem com o déficit de serviços e infra-estrutura básica, e distante das áreas centrais, melhor servidas de

serviços e infra-estrutura, custeados pelo Estado, onde se instalam as camadas de renda média e alta. Dessa forma, o processo de segregação em parte é ratificado pela ação do Poder Público sobre o espaço.

No conjunto habitacional, bem como, no bairro Vila Velha, o Estado teve intensa participação na constituição de territórios. No bairro, a diferenciação de renda entre seus moradores é geradora de conflitos, onde os melhores servidos de recursos financeiros tentam proteger seu território dos que estão de fora, ou seja, dos moradores do conjunto habitacional Vila Velha e da área de ocupação. Esta separação que ocorre também espacialmente entre os moradores é refletida na presença de territórios no bairro, cujo poder econômico dos moradores é posto como forma de inclusão ou não no território.

Nós não era bem aceito pelo povo que já morava aqui, há muita discriminação, as moças eram muito discriminadas. Nem pra conseguir emprego em casa de família as mulheres não conseguiam (Líder religiosa, 70 anos, 2008).



Figura 14: Diferenciação na tipologia das casas no bairro Vila Velha – (A) Casas da área de ocupação; (B) casas do conjunto Planalto Barra.
Fonte: Registro Próprio (2008)

Referindo-se ao Conjunto Vila Velha, além da divisão de suas etapas se constituírem territórios de ação do Estado, esta divisão também propiciou que outros territórios se formassem, já que foi por meio da política habitacional de mutirão que as associações de moradores cadastradas no programa recebiam um terreno onde seriam construídas as casas pleiteadas.

Estes terrenos passaram a ser territórios de ação dessas entidades e aos poucos foram sendo divididos com outras que foram sendo criadas, bem como expandidas.

O Estado, desse modo, age de forma direta e indireta na constituição de territórios na cidade. De forma direta, trabalha com seus instrumentos legais, que fragmentam a cidade e mantêm o seu poder político sobre toda a cidade, e indiretamente, abre oportunidade para que grupos sociais possam constituir territórios próprios, como na área em estudo, mas que em alguns momentos negam este poder maior do Estado sobre o território.

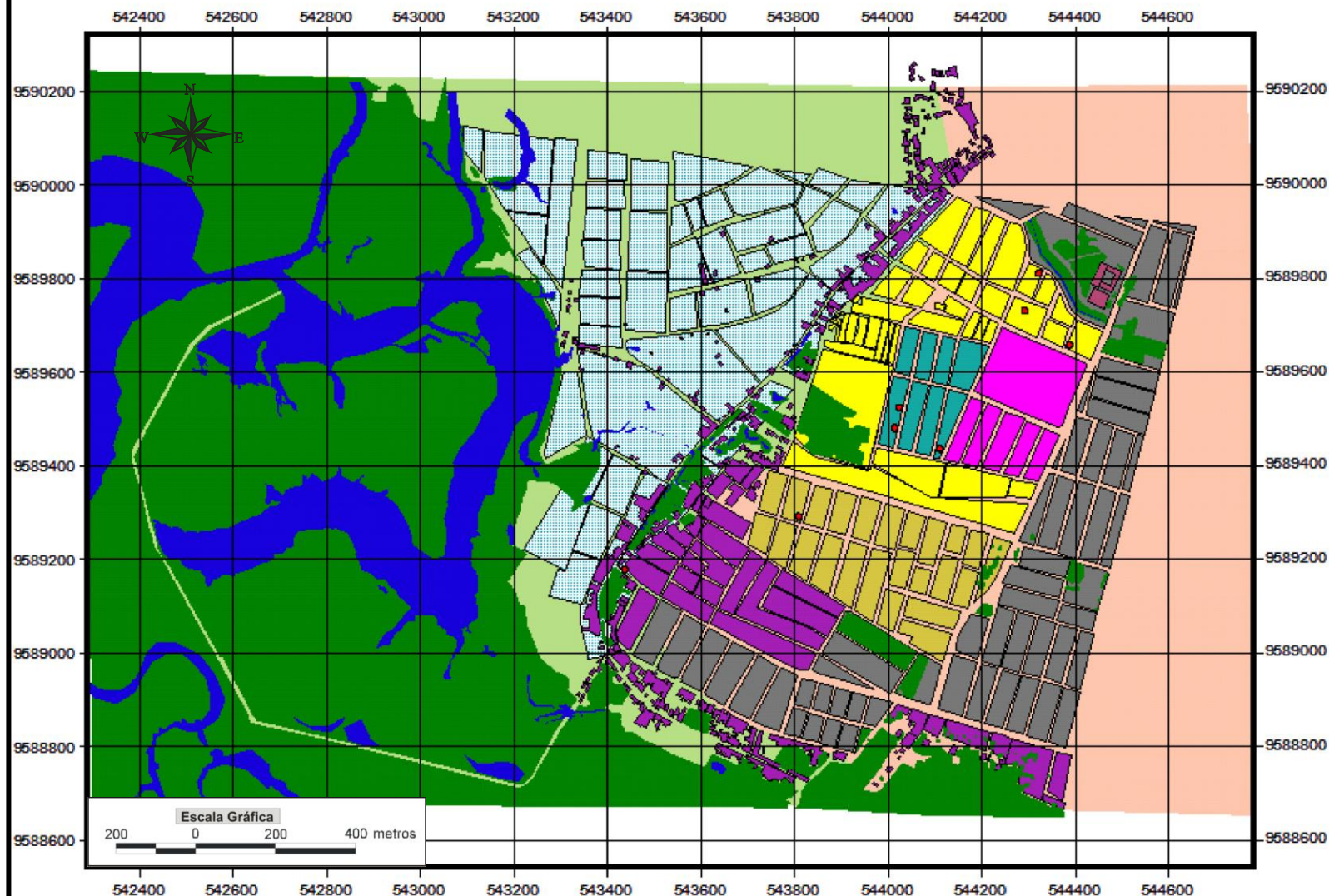
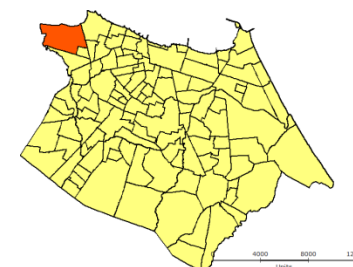
3.3. Os territórios constituídos pelas associações comunitárias do Conjunto Habitacional Vila Velha

Dentre as associações comunitárias entrevistadas no Conjunto Habitacional Vila Velha (Mapa 5), constatou-se que grande parte tem como foco de trabalho a habitação popular. Para isso recorrem a políticas públicas de financiamento para obtenção da casa própria. Essas associações, que possuem um poder político muito forte sobre a população residente no conjunto habitacional e até mesmo sobre o Estado, estabelecem territórios próprios. No entanto, nem todos estes territórios se constituem como áreas superficialmente delimitadas, aparecendo como pontos, que instituem relações com outros, determinando um raio de influência no formato de redes.

Entende-se que o território pode ser descontínuo, ou seja, não sendo necessariamente uma superfície, mas pontos por onde o poder se irradia, considerando esses pontos como nós que estabelecem uma rede. De acordo com a Souza (2002), “o território descontínuo é na realidade uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos” (p.94). Para compreender as definições de território contínuo e descontínuo, o autor explica:

MAPA - 05

Localização das associações de moradores pesquisadas do Conjunto Habitacional Vila Velha



LEGENDA

- Sede das associações
- Rio Ceará e afluentes
- Vegetação e manguezal
- Liceu de Vila Velha
- Ocupação irregular
- Salinas desativadas
- Área dos demais conjuntos do Vila Velha
- Vila Velha IV
- Vila Velha III
- Vila Velha II
- Vila Velha I
- Planície fluviomarinha
- Tabuleiro pré-litorâneo

[...] o território descontínuo associa-se a um nível de tratamento onde, aparecendo os nós como pontos adimensionais, não se coloca evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós, ao passo que, à escala do território contínuo, que é uma superfície e não um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada (SOUZA, 2002, p.93).

Fernandes (2005) complementa que os territórios produzidos pelas relações sociais, devido a sua diversidade, são vários, podendo ser contínuos, em áreas extensas, ou descontínuos, em pontos e redes, sendo formados por diferentes escalas e diferentes dimensões. Estes territórios constituídos descontinuamente demonstram a área de influência das organizações populares do bairro, que na maioria dos casos pesquisados buscam atender às populações desprovidas de habitação ou algum tipo de serviço

Parte das associações de moradores, que está envolvida com políticas atuais de habitação, não atende somente à população residente no Conjunto Habitacional Vila Velha, mas qualquer pessoa que não possua habitação própria que procure os seus serviços, mesmo residindo em outros bairros, geralmente em bairros adjacentes ao Vila Velha.

Mas nem sempre foi assim. Ao chegarem ao Conjunto Vila Velha, os líderes comunitários, em conjunto com as equipes de direção das associações, possuíam territórios bem delimitados, pois cada organização representava um número determinado de famílias que iriam construir em um dado terreno, determinado pela COHAB-CE. Pode-se dizer que inicialmente não havia territórios descontínuos, apenas contínuos. Cada organização exercia uma relação de poder sobre seus associados, estabelecendo territorialidades reconhecidas “pelos de dentro e pelos de fora”. No depoimento abaixo, a entrevistada ratifica a composição de territórios durante a construção das etapas do conjunto, reconhecendo o poder exercido pelas lideranças de bairro. Além disso, as próprias lideranças comunitárias demonstram a fragmentação do espaço no interior das etapas do conjunto habitacional e o sentimento de posse que se construiu durante o processo de edificação.

Quando eu cheguei aqui já tinha o Vila Velha I e o Vila Velha II, quem tava construindo aqui era a Rosália, a Fátima, o Paulo lá do Bairro Elery, aí foi quando eu cheguei aqui (Líder comunitária, 70 anos, 2009)

A minha foi dessa quadra Q todinha, Q, a N, a R e a Eta. Aí o que acontece, nós vimos que teve sobra de terreno, aí nos fizemos mais umas pegando ali a Rua E com Rua Evaldo Santiago e outras pegando a Rua P com a Rua K. [...] Eu representava esse povo que veio pra cá, porque a liderança estava doente (Líder comunitária, 46 anos, 2009).

Instaladas as casas, os movimentos passaram a reivindicar infraestrutura, equipamentos e serviços para seus territórios, às vezes agindo em unidade com as demais lideranças também vindas para o conjunto habitacional em construção (conforme depoimento abaixo). Neste caso, o benefício que chegava à comunidade era dividido entre os territórios de cada associação envolvida na luta. No entanto, ocorreram constantes disputas entre as associações, que, devido à ânsia pela conquista de reconhecimento e de poder sobre os associados, promoveram grandes desavenças entre líderes e moradores.

O abastecimento d'água aqui era poço, era muito difícil, a nossa entidade foi também quem conseguiu 15 bombas [...], nos conseguimos as bombas e cavar os poços, em cada comunidade nós colocamos tantas bombas, dividimos com as entidades que já tinha, existia, era o Vila Velha I com o II e uma parte do III. Aí nós dividimos as bombas e colocamos nas ruas, nos pontos que fossem mais acessível, né, nas ruas (Líder comunitária, 42 anos, 2008).

Atualmente, o trabalho desenvolvido por muitas associações não está direcionado apenas à área do conjunto habitacional. Isso se comprova pelo fato dessas associações terem como sócios os moradores de outros bairros, que utilizam os serviços prestados pelas associações comunitárias para obtenção da casa própria (Tabela 2).

Apesar de alguns programas, trabalhados pelas entidades, atenderem à população do conjunto Vila Velha, quando se fala em política habitacional, percebeu-se que a quantidade de atendimento a populações residentes em outros bairros é bem superior, e em algumas associações não são solicitados atendimentos à população do bairro Vila Velha, e justificam este processo destacando a inexistência do problema habitacional no bairro (depoimento abaixo). Ressalta-se que o bairro possui uma grande área de ocupação, cujas famílias estão à espera de atendimento por intermédio de políticas públicas, no entanto, nem todas podem participar dos programas de

	Associação	Responsável entrevistado	Quantidade de associados	Bairros atendidos pela associação
Vila Velha II	Sociedade Comunitária de Habitação Popular Três Flores	Tarcísio (Seu Bigode)	245	Vila Velha
	Associação Beneficente Santa Luzia da Paz	Cleide	94	Quintino Cunha, Jardim Guanabara e Conjunto Ceará
	Sociedade Comunitária de Habitação Popular São Francisco de Assis	Glória	700	Vila Velha, adjacências, Conjunto Ceará e Messejana
Vila Velha III	Comunidade Nossa Senhora das Graças e Santa Edwirges	Helenita	100	Jardim Iracema, Álvaro Weyne, Presidente Kennedy, Barra do Ceará, Quintino Cunha, Jardim Guanabara e Vila Velha
	Associação Beneficente Santa Helena	Teresinha	50	Vila Velha, Pirambu, Álvaro Weyne e Barra do Ceará
	Associação Sol Poente	Fátima	Não tem controle (age em conjunto com a Comunidade Nossa Senhora das Graças e Santa Edwirges)	Vila Velha e adjacências, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Álvaro Weyne, Goiabeiras, Parangaba e Caucaia.
	Associação Beneficente Santa Lúcia do Conjunto Vila Velha	Lúcia	282	Granja Lisboa, Jardim Iracema, Álvaro Weyne, Quintino Cunha, Jardim Guanabara e Vila Velha
Vila Velha IV	Associação Beneficente Novo Milênio	Aurenice	50	Vila Velha, Genibaú, Pirambu, Centro, Jardim Iracema e Bom Jardim
	Associação dos Moradores São Pedro II/ União dos Voluntários*	Franci e Cláudio	146 mais alguns moradores da área de ocupação	Vila Velha e adjacências

*Esta associação está em debito com a Receita Federal, por isso o presidente está trabalhando em conjunto com a Associação dos Moradores São Pedro II.

Tabela 2: Associações atuantes no Conjunto Habitacional Vila Velha (lista das entrevistadas)

Fonte: Entrevista direta (2008 e 2009)

financiamento da casa própria, que em geral, são políticas voltadas para a população de baixa renda que não possui meios de financiar uma unidade habitacional. Dessa forma, o problema da habitação no bairro inexistente, pois sua realidade se ressalta aos olhos, no entanto, o território de atuação das associações não abrange a referida área, demonstrando um dos pontos fracos da política habitacional.

Aqui no Vila Velha quase todo mundo já tem sua casa. Como é que eu vou trabalhar pra quem já tem? (Líder comunitária, 53 anos, 2008)

As associações possuem focos de atuação bastante específicos. Dentre as pesquisadas podemos classificá-las em: associações de moradores envolvidas com políticas habitacionais e associações de moradores envolvidas com outros tipos de interesses sociais. Chegamos a essa classificação ao identificar o trabalho desenvolvido por cada associação e pelas conquistas que cada uma enalteceu a si própria. Identificou-se também que, independente do trabalho desenvolvido, cada uma organiza uma rede de relações, demarcando bem seus territórios.

Ressalta-se que, durante a realização da pesquisa de campo, constatou-se a inexistência de associações de moradores no Conjunto Vila Velha I. Deste modo, o estudo dos territórios no conjunto habitacional restringir-se-á às demais etapas.

3.3.1. Associações de moradores envolvidas com políticas habitacionais

Dentre as associações pesquisadas, sete colocam como foco principal de atuação a aquisição de moradia para a população carente. Não quer dizer que essas se restrinjam apenas à luta pela habitação, pois vários benefícios foram reivindicados para o conjunto habitacional por intermédio delas, como: calçamento das ruas, saneamento básico, iluminação pública, dentre outros. A busca pela casa própria, todavia, continua sendo prioridade para estas associações. A aquisição da casa própria é de extrema importância para essa população, segundo Bolaffi (1982):

Subjetivamente, a aquisição de um imóvel se constitui na principal evidência de sucesso e da conquista de uma posição social mais elevada. Objetivamente, a casa própria não só libera o orçamento familiar da obrigação mensal inexorável do aluguel (BOLAFFI, 1982, p.44).

No Conjunto Vila Velha II, a Associação Beneficente Santa Luzia da Paz é uma das que priorizam a habitação. Esta entidade já existia, antes da atual presidente tomar posse em 1992. Na década de 1990, a associação estava recebendo inscrições para o Programa Nacional de Mutirão Habitacional e foi por meio deste que a atual responsável se engajou no movimento. Na época, foram construídas 72 casas na segunda etapa do conjunto habitacional, em regime de mutirão. Atualmente, a organização já conseguiu 32 moradias que foram edificadas no Conjunto Ceará, e está à espera de mais 62 unidades habitacionais. Além disso, em acordo com outras lideranças, estava com um projeto, à espera de aprovação, que visava à construção de mais 200 casas. Os beneficiários das moradias pleiteadas pela associação são de diferentes bairros da cidade, como Quintino Cunha, Jardim Guanabara e Conjunto Ceará, que viram na associação a esperança da conquista da casa própria. Este fato demonstra até onde se estende o raio de influência das relações estabelecidas pela associação. As casas construídas (ou a serem construídas) são resultado de financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal, sendo a maioria destes ligada ao Programa Crédito Solidário. A associação também desenvolve projetos educacionais, oferecendo serviço de creche aos moradores do conjunto habitacional.

No Conjunto Vila Velha III, todas as associações pesquisadas trabalham com políticas habitacionais. A Comunidade Nossa Senhora das Graças e Santa Edwirges só foi formalizada em 1999, no entanto, sua atual presidente já atuava em movimentos por moradia há 23 anos. Ela foi uma das contempladas pelo Programa Nacional de Mutirão Habitacional, vindo com mais alguns beneficiários residentes no bairro Carlito Pamplona. Segundo seus relatos, ao chegar ao bairro, em 1998, notou a presença de inúmeros problemas, decidindo criar uma associação própria. Atualmente, possui dois grandes projetos habitacionais, um que prevê a construção de 100 unidades habitacionais, que serão construídos no Município de Caucaia (Região

Metropolitana de Fortaleza), e a Liga Esportiva, que estimula a prática de esportes pelos adolescentes residentes no conjunto habitacional. O projeto habitacional contemplará pessoas dos bairros Jardim Iracema, Álvaro Weyne, Presidente Kennedy, Barra do Ceará, Quintino Cunha, Jardim Guanabara e Vila Velha. No caso dos associados residentes no bairro Vila Velha, a líder declara que muitos dos que procuram a associação são os filhos de moradores do próprio conjunto habitacional que moram com os pais. Além disso, este projeto foi fruto de um projeto maior, feito em união com outras associações, somando um total de 300 casas.

As reuniões da associação ocorrem mensalmente, em geral aos domingos, havendo grande participação popular dos associados inscritos no programa habitacional. A presença de um discurso clientelístico, baseado na troca de favores entre um determinado político e a associação revela este tipo de prática no conjunto habitacional, confirmado pelo seu enaltecimento ao “vereador do bairro” no discurso da líder comunitária. Segundo a líder comunitária, muitas melhorias do bairro são resultado da ação deste vereador, fato que algumas associações discordam.

Desde os 23 anos de idade que eu trabalho pelo partido. É o mesmo do vereador aqui do bairro que assiste muito a nossa comunidade, uma assistência total e absoluta. O único que presta (Líder Comunitária, XX anos, 2008).



Figura 15: (A) Associação Beneficente Santa Luzia da Paz; (B) Comunidade Nossa Senhora das Graças e Santa Edwírges.
Fonte: Registro próprio (2009)

A Associação Beneficente Santa Helena passou por alguns problemas até a entrada da atual presidente. Segundo a líder responsável, a presidente anterior já possuía casa própria e por isso não poderia ser contemplada com a política. Tal fato, descoberto com a vinda dos 100 beneficiários do programa de mutirão em 1993, gerou revolta por parte dos associados e a saída da presidente na época. Assim, houve nova eleição e a atual presidente assumiu a entidade. Atualmente trabalha pela conquista da casa própria, somando às suas conquistas 60 casas no Conjunto Vila Velha IV e 15 no bairro Bom Jardim. Hoje, possui um projeto para edificação de 50 moradias. A organização atende à população de bairros como Jardim Guanabara, Pirambu, Álvaro Weyne e Bom Jardim, e possui somente a habitação como foco de trabalho atual, alegando a falta de uma sede, para promoção de cursos para a comunidade. Hoje a sede abriga uma loja de roupas da própria presidente da associação. As reuniões com a participação dos associados só acontecem com maior frequência quando estes estão próximos de receberem suas casas, ocorrendo quinzenalmente.

Durante a entrevista, identificou-se um dos conflitos pela manutenção do território, ainda no período de edificação do conjunto habitacional. Segundo a líder comunitária, pessoas que não haviam sido contempladas pela política de mutirão queriam ocupar a área destinada à construção das casas dos moradores do bairro Jardim Iracema beneficiados pela política. Assim, para garantir a manutenção do território, as famílias beneficiadas passaram a ocupar a área, guardando-a de possíveis invasores, ficando estas acampadas e/ou morando em barracos por quase um ano, até se iniciarem as obras desta parte do conjunto. Este fato é revelador do extremo a que se chega pela busca da habitação por parte dos mais pobres, ou seja, os pobres tomando o benefício de outros pobres. Chega-se, dessa forma, a um grau de barbárie, onde vale tudo pela busca da propriedade, até tomar o pouco do miserável.



Figura 16: (A) Associação Beneficente Santa Helena; (B) Entrevista a líder comunitária da Associação Sol Poente.
Fonte: Registro próprio (2009)

Na Associação Sol Poente, a presidente não possui um controle da quantidade de associados. Também dedicada à conquista da moradia própria, atualmente, está à espera de 100 unidades habitacionais, que conseguiu em um projeto feito em parceria com a Comunidade Nossa Senhora das Graças e Santa Edwirges. Como não possui sede própria, também se utiliza do espaço desta associação para as reuniões. Atende à população residente nos bairros Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Álvaro Weyne, Goiabeiras, Parangaba e da cidade de Caucaia dentre outras adjacências.

No bairro Vila Velha, seu raio de ação vai da Rua Gama a Rua Marcos Vinícius e da Rua J até a Rua da Paz. Segundo a líder, na época de construção do conjunto habitacional, cada líder possuía uma área de atuação, ou seja, um território sobre o qual se mantinha um domínio, e a COHAB respeitou esta divisão territorial para evitar conflitos entre Estado e movimentos sociais, e até mesmo entre as próprias associações de moradores. Além da habitação, a entidade trabalha com outros projetos sociais, para isso age em conjunto com outras associações já tendo conseguido a vinda de escolas, transporte coletivo, água, energia elétrica, cursos profissionalizantes, no entanto, admite o apoio político ao “vereador do bairro”, que facilita a vinda das benesses à área do conjunto habitacional.

A Associação Beneficente Santa Lúcia do Conjunto Vila Velha foi criada há 15 anos, com a vinda dos moradores do Bairro Elery para o Conjunto

Vila Velha. A presidência atual fazia parte da associação responsável pela vinda destes moradores para o conjunto habitacional, no entanto a antiga entidade ficou responsável pela obra apenas durante sua execução, se desvinculando dos moradores depois da entrega das habitações. Ao perceber as grandes dificuldades enfrentadas pela população, a atual líder comunitária resolveu criar uma associação de moradores. Muitos benefícios foram “trazidos” pela associação que atuou aliada a outras que já existiam no bairro. Vem trabalhando com uma série de programas habitacionais como o Casa Bela, Crédito Solidário e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), atendendo a famílias do Vila Velha e de bairros adjacentes. Em geral, age em união com outra associação, a Associação Beneficente Santa Luzia da Paz, onde, juntas, elaboram projetos habitacionais, além disso, essa associação lhe oferece suporte, devido a sua inadimplência com a Receita Federal, isto é, atraso de pagamento dos impostos necessários para regularização da associação. Atualmente, também conta com o apoio da referida associação para a execução das reuniões que acontecem mensalmente, no ultimo domingo do mês.

Em seu discurso, fica nítida a existência de territórios no conjunto Vila Velha, onde cada líder comunitário, o detentor do poder entre a comunidade, é o responsável por determinado grupo e/ou território dentro do conjunto habitacional. No entanto, sua área de ação não fica restrita à área do bairro, mas também se expande para além dos limites do bairro Vila Velha, como nas demais organizações estudadas. Além dos projetos habitacionais, a entidade também está cadastrada em organizações que fornecem cestas básicas e carne, de dois em dois meses, para os associados cadastrados.

Aqui é o seguinte, cada qual tem seu trabalho, tem o seu povo, tem a sua maneira de trabalhar, mas nós temos aqui uma qualidade muito grande, assim, quando a gente quer reivindicar realmente, alguma coisa que é coletivo, aí se une todo mundo (Líder comunitária, 49 anos, 2009).

Eu trabalho no Vila Velha, então aquilo que vem que é da área do Vila Velha a gente trabalha na área do Vila Velha, aquilo que a gente pode expandir pra famílias de outro bairro, a gente expande, porque tem bairro que num tem liderança, aí eles ligam pra gente (Líder comunitária, 49 anos, 2009).

No conjunto Vila Velha IV, a Associação dos Moradores São Pedro II tem na moradia seu principal foco de atuação. Segundo a presidente, a entidade é responsável por diversas conquistas para a área do conjunto, principalmente para a população residente na ocupação, às margens do Rio Ceará. Segundo a entrevistada, em 2003, parte das famílias que moravam na ocupação receberam a autorização do poder público para a construção de um cômodo mais um banheiro, porque até então predominavam as casas de taipa, bem diferente da paisagem atual. A história desta associação se difere das outras, pois a presidente da entidade foi responsável por parte da ocupação da área que hoje é uma favela. Em 1999, a líder, acompanhada de mais 100 famílias, ocupou as áreas que ainda eram verdes. Com a ocupação consolidada, decidiu montar uma associação, a Associação dos Moradores São Pedro, no entanto, não assumiu a presidência, exercendo o cargo de tesoureira. Posteriormente, com o crescimento da ocupação, a associação foi dividida em duas, no ano de 2004, e a Associação dos Moradores São Pedro II ficou sendo comandada pela atual presidente.

Atualmente, a associação trabalha em aliança com outra associação – União dos Voluntários. Uma união rentável a ambos os lados, onde a presidente da entidade entra com o espaço e a legalidade de sua associação de moradores e o segundo entra com informações e trabalho. Vale ressaltar que, apesar desta união, cada liderança comunitária possui seu território de exercício do poder, conforme depoimento, que possuem até certa mobilidade.

Mas limite de atendimento por morador, o dela vai até o da Nossa Senhora do Rosário. Essa primeira aqui é a Raimunda, a outra da conceição, a terceira, a outra de lá é a Rosário. Cobrindo a área de ocupação. [...] A minha é a área do conjunto. Uma parte da área de ocupação com ela, que o outro líder também foi embora. As primeiras 50 casas são minhas, a outra é da Rosália, aí tem também o pessoal do Autran Nunes que também foi só colocado pelo governo do Estado não tem líder (Líder comunitário, 48 anos, 2008).

A organização está à espera da entrega de 96 unidades habitacionais, financiadas pela Caixa Econômica Federal, que serão construídas no bairro Conjunto Ceará e 50, pelo Governo do Estado. Estas

casas atenderão à demanda de moradores do bairro Vila Velha e de bairros adjacentes, que podem pagar uma prestação de até R\$ 100,00 mensais pela moradia própria.

Outra peculiaridade desta associação é a delimitação de uma área de ação bem específica, na área de ocupação, dividindo o trabalho entre si e outra associação, no entanto, de acordo com as lideranças, existem mais de 2000 pessoas que são atendidas pela associação, mas nem todos são sócios. Dentre as principais ações de ajuda, realizadas pela entidade, estão: a retirada da população das áreas de risco, por meio de políticas habitacionais a fundo perdido; cooperação com a Defesa Civil do Município dos períodos de chuva, devido aos alagamentos; e colaboração com ações sociais como reforço escolar, vacinação, dentre outros.



Figura 17: (A) Sede da Associação de Moradores São Pedro; (B) condições de vida na área de ocupação do Vila Velha.
Fonte: Registro próprio (2009)

A Associação Beneficente Novo Milênio chegou ao conjunto Vila Velha IV em 2000. A atual presidente era tesoureira da referida entidade, quando esta ainda atuava no bairro Jardim Iracema. Segundo a presidente da associação, a luta pelo poder entre os líderes comunitários do conjunto habitacional é uma constante, chegando até a prejudicar a própria população, pois muitas conquistas são conseguidas por meio da união de associações e a disputa pelo poder só as afastam, enfraquecendo o movimento. Além disso,

alega que, às vezes, são os políticos que levam o crédito pelas obras feitas no bairro e não o movimento que lutou pela vinda da obra.

Ele (*um candidato a vereador*) veio, colocou o palanque, colocou uma faixa parabenizando o povo, ele se parabenizando porque ele tinha realizado o sonho da comunidade do Vila Velha. Aí nós ficamos, assim, triste porque ninguém tinha prestado atenção que nós que estávamos trabalhando, né?! Aquela coisa nós catamos o milho, fizemos o bolo e ele vendeu dizendo que o bolo era dele (Líder comunitária, 42 anos, 2009).



Figura 18: (A) Sede da Associação Beneficente Novo Milênio; (B) Condições de moradia na quarta etapa do Conjunto Vila Velha.
Fonte: Registro próprio (2009)

Esta organização atualmente está trabalhando com a política Casa Bela³², que consiste em financiamento para melhoria das habitações, atendendo a associados residentes nos bairros Vila Velha, Genibaú, Pirambu, Centro, Jardim Iracema e Bom Jardim. Dentre as reivindicações feitas e conseguidas para a quarta etapa estão: iluminação pública, calçamento nas ruas, coleta de lixo, saneamento, dentre outros. A presidente possui boa

³² De acordo com Habitafor, o programa Casa Bela possui 4 anos de existência e consiste no financiamento de até R\$ 900,00 à famílias de baixa renda que participam de alguma associação de moradores. Do dinheiro financiado, R\$ 350,00 são fornecidos como estímulo, enquanto os R\$ 450 restantes devem ser pagos em até 18 prestações de R\$ 25,00, sem que haja a cobrança de juros. Em geral, os beneficiados conseguem atendimento por meio do Orçamento Participativo.

relação com algumas associações da quarta etapa do conjunto e admite que a união das associações já trouxe muitos equipamentos e infra-estrutura para o conjunto habitacional.

3.3.2. Associações de moradores envolvidas com outros tipos de interesses

No conjunto Vila Velha II, há duas associações de moradores cujo foco principal não são as políticas habitacionais, mas ações voltadas para outros tipos de atendimento à população, como encaminhamento a cursos profissionalizantes, educação, emprego, infra-estrutura, dentre outros.

A Sociedade Comunitária de Habitação Popular Três Flores foi uma das primeiras associações de moradores da segunda etapa do conjunto Vila Velha, tendo o atual presidente tomado posse em 1993. Esta possui uma sede modesta que fica na própria residência do líder comunitário. O líder, juntamente com outros moradores do Jardim Guanabara, foram contemplados com o programa de mutirão. Segundo a liderança desta associação, foram realizados muitos trabalhos voltados à comunidade, obtendo calçamento para as ruas e saneamento básico. Atende somente a moradores do Conjunto Vila Velha e de sua área favelada, promovendo reuniões somente para repassar informações, não há, entretanto, uma frequência exata para as reuniões. Seu território de ação não ultrapassa os limites do bairro.

A disputa pelo poder apareceu em uma de suas falas ao se referir a uma eleição que ocorreu no bairro, mostrando, assim, como se dá manutenção do poder e dos territórios na área do conjunto habitacional.

No dia da eleição só quem vota é o pessoal do Vila Velha II. Tá tendo uma eleição agora no Infernim, e eu tive lá [...] Eu disse a ele que num ia votar em ninguém e nem ia levar mais ninguém. Porque ele disse que ia mandar dois carros e um ônibus direto pra eu levar o pessoal pra votar nele. Mas aí, quer dizer, o que esse rapaz fez lá, pra gente fazer isso por ele? Num pode, se houve uma reunião e eu falar na reunião, aí eu vou dizer, aqueles que fizeram alguma coisa por vocês e pelo Infernim, vocês tem que votar neles, para ver se eles traz alguma coisa pra vocês, mas se ele não fez nada como é que eu vou trazer gente de Caucaia pra votar no fulano, só pra ganhar, pra dizer que é presidente (Líder comunitário, 65 anos, 2008).



Figura 19: (A) Sede da Sociedade Comunitária de Habitação Popular Três Flores; (B) Distribuição do “sopão” para as crianças do conjunto habitacional.

Fonte: Registro próprio (2009), Sr. Bigode (década de 1990)

Na Sociedade Comunitária de Habitação Popular São Francisco de Assis são ofertados à população, independente do bairro de origem, serviços de creche, escola, dança, esporte e cursos profissionalizantes gratuitos. A vice-presidente, responsável entrevistada, veio junto com a comunidade do Tirol, sendo moradora do Pirambu. Este fato, comum a muitas associações, é revelador das relações estabelecidas pelas associações de moradores que ultrapassam os limites do bairro. Em geral, estas pessoas procuram pelos serviços oferecidos pela associação, recebendo informações de amigos ou até mesmo indicações de órgãos públicos, o que faz com que o raio de influencia das associações se torne mais abrangente. Esta entidade possui uma grande estrutura que é utilizada para os mais variáveis fins, que vão desde a oferta de curso profissional, atividade do conselho de moradores do conjunto, até atividades religiosas. O galpão, que foi uma conquista da comunidade durante ainda a construção do conjunto, é aberto à comunidade e as reuniões com os associados ocorrem de dois em dois meses. Nele ainda funciona um Centro de Integração Social e o Conselho Comunitário do Vila Velha.



Figura 20: (A) Sede da Sociedade Comunitária de Habitação Popular São Francisco de Assis; (B) Galpão onde são promovidas as atividades.

Fonte: Registro próprio (2009), Seu Bigode (década de 1990)

Deste modo, as associações de moradores são importantes produtores do espaço do conjunto habitacional, bem como, de territórios. O Estado, inicialmente, foi o responsável pela fragmentação do espaço do Conjunto Vila Velha, ao dividi-lo e distribuí-lo às associações contempladas. Durante o processo de edificação do conjunto, as associações de moradores em pouco tempo se tornaram muitas e a figura do líder comunitário se destacou entre os demais. Assim, mediados pelas relações de poder estabelecidas entre líderes e moradores constituindo, assim, territórios e territorialidade, que, ao mesmo tempo, são respeitados pela comunidade e geradores de conflitos. Com o decorrer do tempo, os problemas sociais no bairro foram sendo resolvidos, cabendo então às associações o papel de atender a populações de outros bairros que não usufruem o mesmo benefício. As associações, que antes possuíam um território fixo e contínuo, passaram a estabelecer relações em diferentes pontos da cidade, constituindo território descontínuos, formados por pontos, ao invés de uma superfície bem delimitada, podendo identificá-los por meio Mapa 6.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

HABITAÇÃO URBANA: CONFLITOS DE TERRITÓRIOS E
ATORES SOCIAIS NO CONJUNTO VILA VELHA, EM
FORTALEZA

AUTORA: ANNA EMÍLIA MACIEL BARBOSA
ORIENTADOR: Dr. JOSÉ MENELEU NETO

MAPA 06

TERRITÓRIOS DESCONTÍNUOS CONSTITUÍDOS NO
CONJUNTO VILA VELHA

Município de Fortaleza

Área geográfica: 313,14 Km²

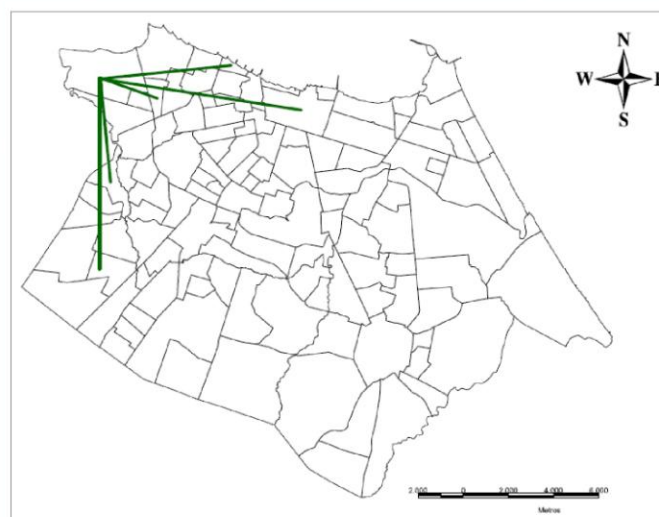
População: 2.141.402 habitantes

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

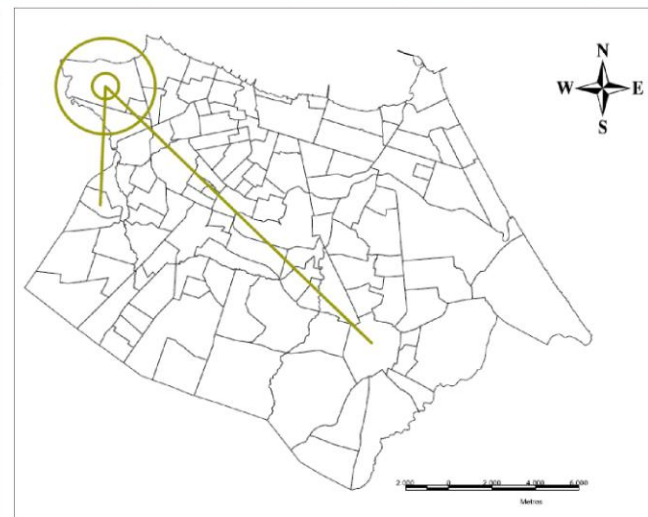
Latitude(S) / Longitude(WGr)
3°43'02" / 38°32'35"

LEGENDA

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	ÁREA DE ALCANCE DO DOMÍNIO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES	COORDENADAS
Sociedade Comunitária de Habitação Popular Três Flores		0544042 / 9589566
Associação Beneficente Santa Luzia da Paz		0544020 / 9589478
Sociedade Comunitária de Habitação Popular São Francisco de Assis		0544111 / 9589400
Comunidade Nossa Senhora das Graças e Santa Edwirges		0544377 / 9589690
Associação Beneficente Santa Helena		0544349 / 9589604
Associação Sol Poente		0544174 / 9589708
Associação Beneficente Novo Milênio		0543805 / 9589400
Associação dos Moradores São Pedro II		0543414 / 9589136



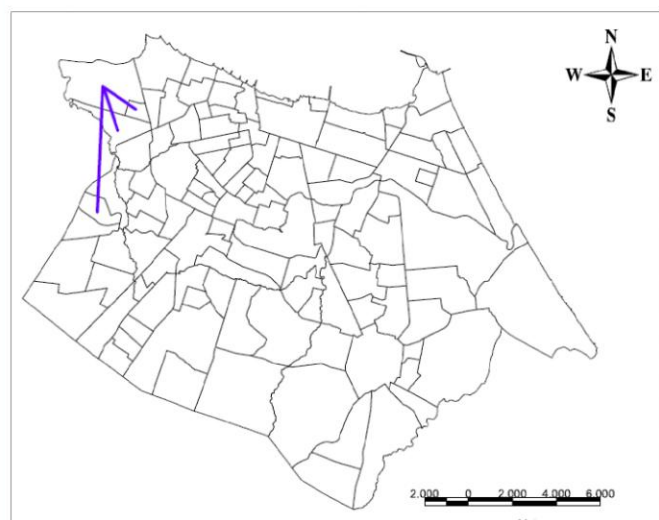
Associação Beneficente Novo Milênio



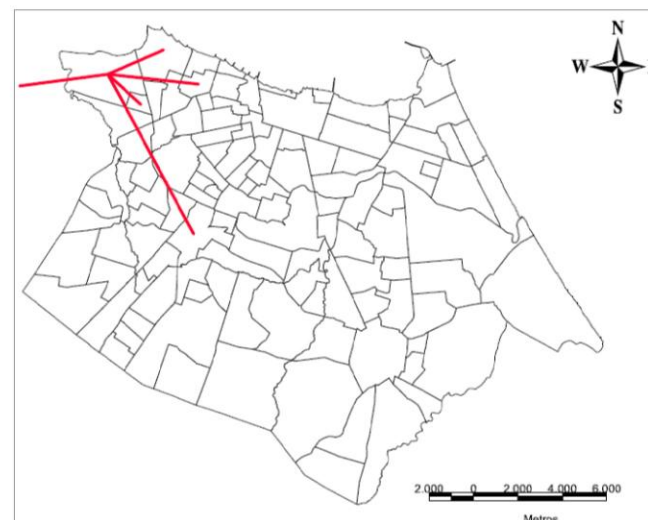
Sociedade Comunitária de Habitação
Popular São Francisco de Assis



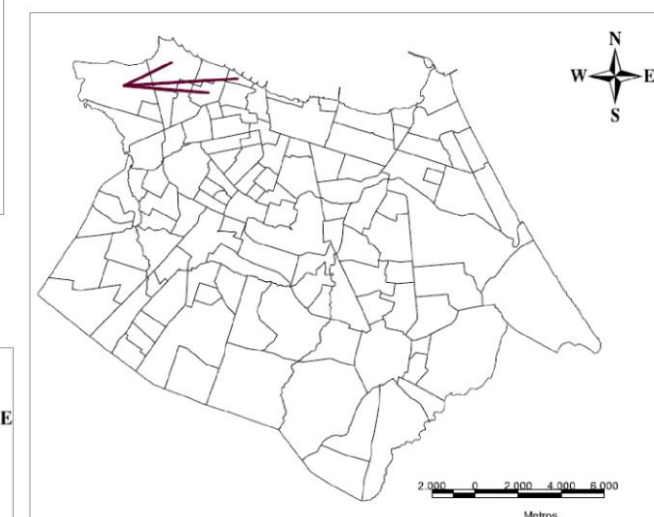
Sociedade Comunitária de
Habitação Popular Três Flores



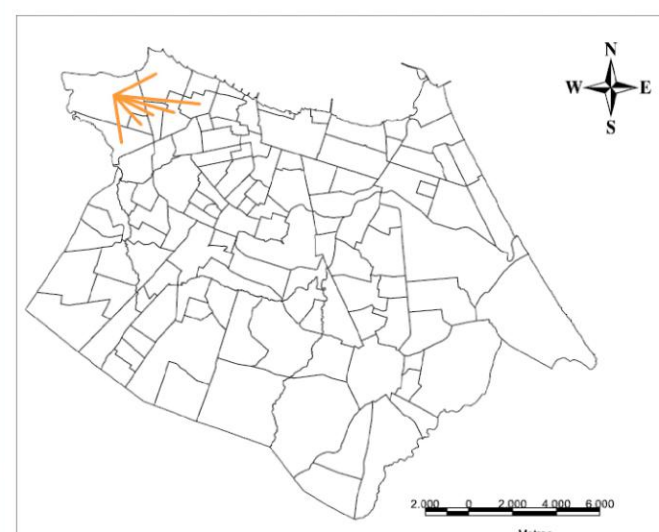
Associação Beneficente Santa Luzia da Paz



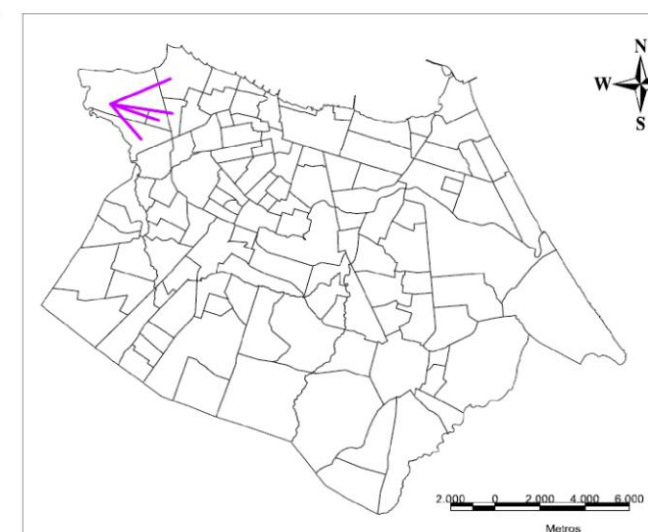
Associação Sol Poente



Associação Beneficente Santa Helena



Comunidade Nossa Senhora das
Graças e Santa Edwirges



Associação dos Moradores São
Pedro II

3.4. Territórios do capital na ocupação do Conjunto Vila Velha

Neste trabalho, a ação do Estado e das associações de moradores recebeu grande destaque, visto sua relevância na produção de territórios na cidade, em especial no Conjunto Habitacional Vila Velha. No entanto, no decorrer da pesquisa, constatou-se uma captura destes sujeitos pelo capital, resultando numa produção de territórios diferenciados dos constatados anteriormente. Nesse caso, a conflitualidade que move a produção dos territórios não é política, mas comandada por interesses econômicos, onde a busca pela acumulação de capital é o que prevalece e o que sustenta o território.

A constituição da área de ocupação ocorreu simultânea à edificação das etapas do conjunto habitacional. Pessoas foram atraídas para os referidos terrenos, vendo ali uma oportunidade de obter uma moradia em uma área que se expandia e que teria a proximidade de serviços e equipamentos coletivos, solucionando, assim, um grande problema para eles: a falta de habitação. A ocupação iniciou-se com um grupo de pessoas, em geral lideradas por um grupo menor. Estas se instalam nos vazios e aos poucos vão construindo suas casas que, inicialmente, são produzidas com restos de materiais, até serem substituídas por alvenaria. As condições de vida são muito precárias e só por meio da luta popular é que se conseguiu algumas melhorias, como infraestrutura básica, regularização fundiária ou urbanização da área, como mostra o depoimento a seguir.

Quando eu cheguei aqui, quem fundou isso aqui foi eu. Era só uma mata. Esse pedaço onde hoje é associação era só mata, em 1999. Quando eu iniciei, já tinha gente ali pra cima, mas eu iniciei com 100 famílias. Aqui, nem esse conjunto aí tinha (*Conjunto Vila Velha IV*), em 99 não existia nada, só mato. Aqui tudo era difícil, transporte não tinha, nem tinha transporte, nem tinha água, e nem tinha luz. (...) A casa aqui era de taipa, Todo mundo era taipa. Eu ainda tenho uma ata ali autorizando o pessoal fazer uma vão e um banheiro, em 2003 (LÍDER COMUNITÁRIA, 64, 2008).

Ainda na década de 1990, a área que antes abrigava a vegetação de mangue do Rio Ceará passou a ser ocupada indiscriminadamente. Populações vieram, também influenciadas por um líder, que, em geral, se torna líder comunitário, e passaram a ocupar a área. Nesta foram erguidos barracos, bem

como loteados alguns setores de terra, que passam a pertencer aos líderes desta ocupação.

Ao se tornarem líderes, e assim exercerem relações de poder sobre a população agora residente na ocupação, estas pessoas constituem territórios, possuindo autonomia de ação e domínio sobre a área. No entanto, este processo de ocupação ocorreu em momentos diferentes e a cada período novos líderes surgiram e novos territórios de domínio se instalaram. Onde há território há conflitos, neste caso, conflitos por disputa de terras, terras que possuem valor de troca e que, portanto, tornaram-se mercadoria.

Estes territórios, dessa forma, possuem como característica fundamental o interesse mercadológico que envolve a terra ocupada. Este tipo de processo, loteamento de terras públicas, para especulação e venda desses terrenos é gerador de um mercado imobiliário informal ou “marginal” e de uma série de conflitos. Primeiramente, não se pode lotear e vender terras públicas, localizadas em uma área passível de alagamento e que por isso oferece risco à população lá residente, sendo ainda protegida por legislação ambiental. Além disso, a luta na busca por benefícios para área não é estritamente social, mas, além de tudo, econômica, já que as melhorias valorizam as terras ocupadas. É a lucratividade desta atividade que mantém estes territórios. Assim, cada líder exerce seu poder sobre o território, que é reconhecido pelos ocupantes bem como pelos que também possuem interesses mercadológicos sobre a área.



Figura 21: Área de ocupação do Vila Velha – (A) Casa a venda; (B) Áreas loteadas
Fonte: Registro próprio (2006)

O grande conflito existente na área ocorre entre líderes das ocupações e Estado. Em razão das terras serem de propriedade pública, o Estado exige seu direito de posse, além disso, a terra é protegida por legislação ambiental estadual, o que impede o seu uso de forma indiscriminada. A ocupação está trazendo prejuízo ao Estado e ao meio ambiente. Já os loteadores reclamam seu direito de habitar, que oculta seu verdadeiro interesse, o mercado de terras. Ambos os atores brigam pela propriedade do território, que continua sob posse dos ocupantes. O Estado faz uso dos aparatos legais para a proteção do território da União, enquanto os ocupantes utilizam os movimentos populares e até mesmo de atos violentos para a manutenção do seu território. Há também o conflito entre os próprios líderes que buscam ampliar seu território, bem como seu poder sobre a comunidade e lotes passíveis de venda.

Submundo do tráfico de drogas existente também nas áreas de ocupação é um dos responsáveis pela produção de territórios nestes setores da cidade. A disputa por mercado consumidor, a manutenção do território e a necessidade de lavagem de dinheiro³³ faz com que muitas áreas de ocupações se tornem territórios do tráfico. As organizações mafiosas são empresas, o que demonstra mais uma vez a captura dos “excluídos” pelo capital. Sousa (1999) questiona, a partir deste tema, até que ponto o Estado está presente nas favelas, locais que ele considera pouco governáveis, ou seja, que não se deixam governar, possuindo assim leis próprias.

O capital, portanto, pode capturar qualquer relação social, independente do segmento social ou da prática exercida. Em lugar, onde se espera que não ocorra este tipo de relação, devido às condições em que vive a população, ocorre talvez de forma mais perversa do que em outros, pois há uma exploração das classes excluídas.

³³ Salama (1999) vê o narcotráfico nas grandes cidades como atividade capitalista crescente e detentora de grandes lucros. Para usufruir o dinheiro conseguido por esta atividade, os traficantes se utilizam de diferentes práticas para lavarem o dinheiro sujo, como a construção civil, especulação imobiliária ou compra de terrenos. O autor ainda ressalta que a facilidade e a grande captação de dinheiro é umas das dificuldades que as pessoas envolvidas no tráfico encontram para se desvencilhar desta atividade.

3.5. Algumas considerações

A produção de territórios nas cidades, entendendo-os como espaços delimitados onde se exerce o poder, é um processo contínuo promovido por diferentes grupos sociais. Este processo de construção e destruição de territórios faz parte da dinâmica urbana. A habitação é um determinante que entra na dinâmica da produção de territórios na cidade, pois as diferentes formas de produzir habitações revelam um espaço urbano fragmentado, existindo, assim, territórios que variam quanto às formas de exercício do poder.

O Estado, por meio de seus instrumentos legais, fragmenta a cidade, promove a movimentação de pessoas sobre o espaço urbano e favorece a constituição de novas relações sociais em todo o território, seja ele nacional, estadual ou municipal. Ele, em parte, também é o responsável pela manutenção das desigualdades sociais, permanência do *status quo* e pelo eterno conflito de classes. Os territórios do Estado são legítimos, produzidos com intuito de organizar o espaço. Este é um dos papéis do planejamento urbano, que busca ordenar o crescimento das cidades, dividindo-as em setores bem delimitados, quanto ao seu uso e função. Estes territórios são sobretudo políticos, tendo no Estado a instituição detentora do poder.

O homem, enquanto um ser político, possui a capacidade de produzir territórios puramente políticos. Os movimentos sociais são o exemplo concreto de sujeitos que constituem territórios por meio deste tipo de poder. A influência política que as associações de moradores exercem sobre seus representados, demonstra a força do seu poder sobre o povo, que é disputado constantemente, criando-se, assim, conflitos no ato permanente de criar, conquistar e controlar territórios.

O capital, que toma e rege o Estado e parte da sociedade, ao participar da produção de territórios, promove relações perversas de exploração aos segmentos mais pobres da sociedade. São territórios voltados para a acumulação e especulação imobiliária, gerador de um mercado “marginal” de terra. Nesses casos, a busca pelo poder econômico é o gerador de conflitos e também é o que mantém os territórios.

O Conjunto Vila Velha é um exemplo concreto da ação destes atores produtores de territórios, sendo resultado de uma política habitacional que possui uma área delimitada pelo Estado para a sua construção. No interior desse território, podem ser encontrados outros, estando, agora, estes sobre domínio das associações de moradores. Estas organizações possuem territórios que ultrapassam os limites do conjunto habitacional, o que demonstra o alcance do poder político delas. Oculto a esses agentes, aparece o capital, que domina suas ações, reproduzindo os males de uma sociedade capitalista.

CONCLUSÃO

O bairro Vila Velha, localizado no extremo oeste da cidade de Fortaleza, é resultado de uma série de intervenções estatais baseadas em políticas públicas de habitação e assistenciais. No fim da década de 1990, no entanto, passou a ser, ao mesmo tempo, palco das soluções habitacionais elaboradas pelo Estado, bem como pelas organizações populares, sendo composto por conjuntos habitacionais e favela. Dentre os conjuntos habitacionais do bairro, ganhou destaque nesta pesquisa o Conjunto Habitacional Vila Velha que, dentre suas peculiaridades, se ressaltou os territórios nele constituídos. O movimento destes agentes produtores do espaço promoveu a produção de territórios, que se diferenciam pelos interesses e forma de poder exercido por cada grupo dominante. A habitação popular passa a ser o motor central da pesquisa, já que as ações dos sujeitos estão relacionadas à busca da “solução” do problema habitacional.

O problema da habitação é uma das consequências da sociedade capitalista. A casa, assim como a terra e os serviços básicos que se precisa para sobreviver, são mercadorias, fator que limita o seu acesso à boa parte da população. O habitar que, em resumo, diz respeito às relações sociais que os indivíduos mantêm com a coletividade nos espaços da cidade, ou seja, inclui-se também as relações extra casa, não ocorre em sua plenitude. A vida moderna faz com que o indivíduo viva, apenas, a sua casa e proximidades. Seu habitar se restringe apenas a fragmentos da cidade, não se usufrui a cidade, que se encontra parcelada, como um todo. Além disso, a delimitação do acesso à moradia permite que uma grande parte da população viva em condições precárias, sendo esta a única opção existente, enquanto se espera pela assistência do Poder Público.

Quem não pode pagar pela habitação encontra outros tipos de soluções que não são as mais adequadas, mas que, momentaneamente, atendem às funções essenciais da casa, o abrigo. A autoconstrução é a prática mais adotada, onde, por meio de força de trabalho, de inúmeros trabalhadores, assalariados ou não que dedicam as horas que lhes são destinadas ao descanso, são produzidas casas em terrenos adquiridos a valores mais baixos,

geralmente localizados nas periferias das cidades, ou constituídas favelas, a partir da edificação de barracos, que posteriormente são substituídos por casas de alvenaria, em terrenos vazios, sejam eles públicos ou privados. O número crescente deste tipo de assentamentos nas grandes cidades é revelador da proporção que este problema vem ganhando. Ressalta-se que, no entanto, o problema da habitação não se resume ao constante aparecimento de favelas, mas abrange, principalmente, as precárias condições de moradia que se encontra na cidade. Como morar sem usufruir os serviços básicos que são necessários à manutenção da qualidade de vida da população, como saneamento básico, energia elétrica, transporte coletivo, coleta de lixo, dentre outros? Morar bem é morar com dignidade, podendo utilizar os serviços, equipamentos e infra-estrutura existentes na cidade, que devem nela estar distribuídos conforme a demanda. É viver a cidade em sua totalidade, não se apropriando de forma parcelada e segregada, como acontece hoje.

As ações estatais, em geral, buscam solucionar o problema habitacional por meio de políticas públicas baseadas na construção da casa própria, idealizado como o grande sonho de muitos brasileiros. Essa conquista está envolvida por toda uma ideologia de ascensão social e segurança financeira. A conquista da casa própria é um fato importante e necessidade de primeira instância à maioria dos cidadãos, no entanto, sua aquisição não é a panacéia para o problema, sendo isso constatado por Engels ainda no século XIX. Há uma necessidade maior de uma reforma social baseada na geração de emprego e renda e diminuição das desigualdades sociais. Deste modo, o problema da habitação não está na falta de unidades habitacionais, mas nas más condições de moradia e na situação a que estão submetidos os miseráveis. Esta situação se encontra atrelada a uma realidade de exploração dos trabalhadores, que vendem sua força de trabalho a baixos salários, servindo a manutenção das desigualdades sócio-econômicas.

Alguns indivíduos, no entanto, não aceitam a realidade que lhes é imposta. Estes, geralmente, se organizam e promovem lutas pelos interesses das minorias. Dentre as principais lutas estão o acesso à terra urbana. Por que nem todos têm acesso à terra urbana, à moradia digna? É por causa de inquietações como esta e pela necessidade de habitar dignamente que os

movimentos sociais urbanos eclodem nas grandes cidades, tendo como tema principal de luta o direito à terra urbana. Estes grupos organizados possuem grande relevância na produção do espaço da cidade, representam uma maioria que busca um direito básico e essencial, a moradia.

Esses sujeitos que produzem o espaço, ora agem juntos, ora agem separados. Possuem ora interesses semelhantes, ora divergentes. Possuem ações precisas e também contraditórias. O Estado, que age de acordo com os interesses dominantes, tende a privilegiar os interesses do capital, apesar de sua atuação assistencialista. Deste modo, quando age a favor dos interesses capitalistas, promove a produção desigual do espaço urbano, facilita e viabiliza o mercado de terras na cidade, planeja a cidade de acordo com os interesses do mercado, mantendo o *status quo* e atuando, sempre, com medidas assistenciais para cuidar da população mais carente.

Os movimentos sociais exerceram (e exercem) papel importante na produção espacial da cidade. Sua história de luta é ainda continuada por muitas organizações de bairro e associações de moradores, que lutam pela moradia urbana e melhores condições de vida. Alguns grupos, entretanto, que se ocultam por trás desses movimentos, vêm desenvolvendo práticas capitalistas, de comercialização de terras e casas, comuns na área de ocupação irregular do conjunto Vila Velha. O loteamento das terras públicas, para especulação e venda, e a comercialização de casas conseguidas por meio de benefício público tem se tornado uma prática corriqueira e lucrativa por parte de líderes comunitários e moradores do conjunto habitacional. Esse processo demonstra que, ao contrário do que se pensa, existe um mercado imobiliário na periferia executado informalmente. Se essas pessoas não participam formalmente do mercado imobiliário, não quer dizer que não estejam inseridas de forma perversa, é necessário salientar, em um mercado informal de terras e casas.

Esses mesmos produtores do espaço (Estado e organizações populares) são também produtores de territórios no espaço urbano. No Conjunto Habitacional Vila Velha, esses territórios podem ser percebidos, mas nem sempre visualizados. Primeiro tem-se os territórios constituídos pelo Estado, que fragmentou o bairro por meio dos conjuntos habitacionais

construídos e fragmentou o conjunto Vila Velha, dividido-o em etapas. Essas etapas foram divididas e entregues ao domínio de associações de moradores que vieram de outros bairros e que conseguiram ser contempladas com o programa de mutirão habitacional. Cada associação possuía um território específico de atuação, sendo respeitado pela população e sendo também alvo de conflito e disputa política. Com o passar do tempo, esses territórios dominados pelas associações de moradores foram ganhando diferentes formas, não mais contínuas com limites superficiais, mas formas descontínuas, constituindo pontos que se interligam como rede. Organiza-se, por conseguinte, uma teia de relações de poder, que antes se estabelecia localmente, somente no interior de um setor contido em uma das etapas do conjunto habitacional, agora se expande para outros bairros, demonstrando a mobilidade que os territórios podem tomar.

Entendendo, como Fernandes (2005, 2008), que o território se constitui pela conflitualidade, percebeu-se que no referido conjunto habitacional, o Estado tanto atuou na constituição de territórios no interior do conjunto habitacional como também está envolvido no conflito, junto com os líderes comunitários, pelos territórios de mercantilização que se formaram na área de ocupação localizada no conjunto. Esse conflito apenas confirma o exercício do poder das lideranças comunitárias sobre seus territórios e penetração do comércio de terras no cotidiano dos movimentos sociais. Revela, também, até que ponto chega o exercício do poder do Estado sobre alguns territórios, pois, em geral, nestes existem leis próprias instituídas pelas lideranças, são locais onde o Estado não entra, a não ser para trazer benefícios.

Portanto, a questão habitacional sempre envolveu o bairro Vila Velha, cuja produção espacial se deu, em grande maioria, pela construção de conjuntos habitacionais que trouxeram nova dinâmica para o bairro como também para o setor oeste da cidade. É a habitação que move diferentes sujeitos sociais no interior do bairro que, mediados por seu trabalho e força desenvolvem relações políticas, econômicas e culturais que influenciam na paisagem do local estudado, promovendo também a constituição de territórios políticos e mercadológicos. Esses territórios se diferenciam pelos diferentes

tipos de relações de poder neles constituídos, no entanto o poder político exercido pelas lideranças comunitárias sobre os residentes, seja ele buscando interesses sociais ou mercadológicos, vai ser o grande propulsor na constituição de territórios área do conjunto.

Assim, a dinâmica sócio-territorial promovida pelos sujeitos sociais atuantes no conjunto Vila Velha vem revelando um desenho interno de espacialização do poder, fragmentado o espaço em territórios, que ora são contínuos, ora descontínuos. Esses territórios são disputados pelos grupos dominantes do bairro. A disputa pelos territórios e pelos miseráveis nele residentes demonstra como a miséria é utilizada por diferentes agentes para constituir espaços de poder.

A experiência vivida no Conjunto Vila Velha nos revela a existência de duas realidades. Não há solução para o problema habitacional no capitalismo, pois a exploração do trabalhador aliada à manutenção das desigualdades não permitem que o habitar com dignidade seja acessível a todos, concordando, assim, com o pensamento de Engels (1988, p.16), ao afirmar que “para pôr fim a esta falta de habitação, há apenas um meio: eliminar pura e simplesmente a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante”. Deste modo, nem ação pública nem os movimentos conseguirão pôr fim ao problema, visto sua dominação por parte do capital. Ambos os sujeitos que embora possuam ideais sociais legítimos, já foram incorporados pelo domínio do capital, seguindo a sua lógica e buscando assim a sua sobrevivência. Vive-se, desse modo, um capitalismo brutal nesses territórios incorporados pelo mundo da mercadoria, onde a preocupação com o social e o ambiental parece desaparecer. Os miseráveis são cada vez mais manipulados pela lógica capitalista, deixando de serem sujeitos ativos na produção do espaço, acatando, assim, aos ditames das camadas dominantes. E a política habitacional, da forma com a qual se procede atualmente, torna-se apenas mais uma forma de exploração dessa classe excluída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIKO, Alex Kenya; COELHO, Leandro de Oliveira. **Mutirão Habitacional: Procedimentos de Gestão**. Porto Alegre: ANTAC, 2006. (Recomendações Técnicas HABITARE, v. 2). Disponível em: <http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/capitulos_rt_2.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2008.

ABRAMO, Pedro. **Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2001.

ALMEIDA, Lutiane Queiroz. Vulnerabilidade e Riscos Socioambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Maranguapinho. In: SILVA, J. B. da.; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, M. E.; MEIRELES, A. J. de A. (orgs). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

ALVES, J. M. B.; SILVA, R. A.; SOUZA, E. B.; REPELLI, C. A. Principais secas ocorridas neste século no estado do Ceará: uma avaliação pluviométrica. In: **Anais Congresso Brasileiro de Meteorologia**. Brasília: 1998. Disponível em: <http://mtc-m15.sid.inpe.br/col/cptec.inpe.br/walmeida/1004/10.15.16.05/doc/Alve_Principais%20secas%20ocorridas.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2008

AMORA, Zenilde Baima. Industrial e espaço no Ceará. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C.; SOUSA, M. S. de [et all]. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. (p.365-382).

ARAÚJO, Ana Maria Matos. O êxodo dos trabalhadores rurais para as cidades à luz de Lefebvre. In: CARLEIAL, Adelita Neto (org). **Transições migratórias**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

ARAÚJO, Ana Maria Matos; CALEIAL, Adelita Neto. Opulência e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VII, n. 146(030), 1 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2005.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional**: o caso de Fortaleza. Aracajú: NPGeo/UFS, 2007. (Tese de Doutorado).

ARAÚJO, W.F.G.; SILVA, F.A.R.; CORRÊA, I.M. Descentralização e Federalismo Fiscal: Algumas considerações sobre o Âmbito Intramunicipal. ENANPAD. 27. Atibaia, 2003. In: **Resumo dos trabalhos**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2003. Disponível em: <http://www.wagnerfrederico.com.br/arquivos/geral/artigo08.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

ARENDT, Hannah. **¿Qué es política?** Tradução: Rosa Sala Carbó. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

AZEVEDO, Sergio. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: potencialidades e constrangimentos. Trabalho apresentado no **Seminário Cidade, Democracia e Justiça Social: os desafios para o exercício da cidadania política nas sociedades modernas**. Promoção FASE / Observatório (IPPUR/UFRJ) e Fundação Rosa Luxemburg, Rio de Janeiro, 27-28 nov. 2003. Disponível: <http://www.rls.org.br/publique/media/Sergio_Azevedo.pdf>. Acesso em: 03 março 2009.

BALDEZ, Miguel Lanzellotti. A luta pela terra urbana. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; CARDOSO, A. L. C. (orgs). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Terra**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003. (pp.71-92).

BARBOSA, Roberta Lopes. **Programa Mutirão Habitacional: benefícios e contradições em Vila Velha (Fortaleza)**. 1999. 65f. Monografia (Curso de Ciências Sociais) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 1999.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Movimentos Urbanos, Estado e Política Social: dinâmica da reprodução e do conflito. In: BRAGA, E. F.; BARREIRA, I. A. F. (orgs). **A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.

BITOUN, Jean. Oportunidade e Limites da Gestão Municipal do Território: Reflexões a Partir do Caso do Recife. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999.

BLANCO JUNIOR, Cid. **As transformações nas políticas habitacionais brasileiras nos anos 1990: o caso do Programa Integrado de Inclusão Social da Prefeitura de Santo André**. São Carlos, 2006. Dissertação (Mestrado)

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. Coleção Urbanismo.

BRAGA, Elza Braga Franco. **Os labirintos da habitação popular (conjunturas, programas e atores)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

BRASIL. Lei Federal de Parcelamento do Solo. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm. Acesso em: 12 jul. 2009.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação**. Produto 2. Volume II. BRA/00/019 – Habitar – BID. Dezembro, 2007. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/planhab/produtos/produto-2/Capitulo%206.pdf>> Acesso:15 jul. 2008.

BRASIL. **Relatório Estadual – Ceará**, 2008. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/.arquivos/relestadual_ceara2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. O mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo. In: KRISCHKE, Paulo J. (org). **Terra de habitação versus terra de espoliação**. São Paulo: Cortez, 1984.

CANOY, M. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papirus, 1986.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Desigualdades urbanas e políticas habitacionais**. In: Artigos Científicos. 17 dez 2007. Disponível em: <http://www.observatorio.dasmetropoles.ufrj.br/download/adauto_desig_urb_polhab.pdf> Acesso em: 03 março 2009.

CARLEIAL, Adelita Neto; DIÓGENES, Glória Maria; LIMA, Maria Cláudia Nogueira de. Movimentos Sociais Urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social. In: BRAGA, Elza Maria Franco; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (orgs). **A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.

CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CARLOS, Ana Fani A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor**. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, v. 15, n. 4, pp. 130-135. ISSN 0102-8839. <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10379.pdf>>. Acesso em: 10 março 2009.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, L. S. (org). **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Fundação Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE. **Revisão da política habitacional para as populações de baixa renda**. Fortaleza, 1978.

CEARÁ. **Adensamentos favelados em Fortaleza – Processos de conformação e alguns traços físicos e organizacionais**. Vol.2. Maio, 1992.

CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE. **Diagnóstico da situação habitacional do município de Fortaleza**. Vol. 1. Relatório Final. Junho, 2003.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; ANJOS, Antonio Fernandes dos. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. In: **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, Goiás, v.7, n.2, p.181-197, jan./jun. 2007.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO CEARÁ – COHAB. **COHAB: ontem, hoje e a lembrança**. Março, 2000.

CORREA, Claudia. Gestão democrática da cidade: construindo uma nova cultura política. In: In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (orgs). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Terra**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 2ª ed. Editora Ática S.A. São Paulo, 1987.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Urbanização da sociedade cearense. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. (org). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J. B. da; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C.; SOUSA, M. S. de [et all]. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. (p.51-100).

COSTA, Danielle Pereira de; OLIVEIRA, José Aldemir de. CONJUNTOS HABITACIONAIS E A EXPANSÃO DE MANAUS filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais. In: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 11. Fortaleza, 2007.

DE GRAZIA, Grazia. Reforma urbana e estatuto da cidade. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio (orgs). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Terra**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Suburbanización y periurbanización**: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. 1996. Disponível em: <<http://www.etsav.upe.es/personal/monclus/cursos2002/dematteis.htm>> Acesso em: 01 jan 2003.

DUARTE, Luiz Claudio. Os movimentos sociais urbanos nos anos 70 e 80: balanço historiográfico. In: **Vértices**. Ano 3, n.1, mar. 2000. (p.33-37).

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: **Revista de Sociologia e Política. Curitiba**, n.15, Nov. 2000. (p.49-65). Disponível em: <http://www.scielo.br/> <http://www.scielo.br/pdf/>. Acesso em: 03 março 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais do campo brasileiro: contribuição para a leitura geográfica dos movimentos camponeses. In: OLIVEIRA, M. P. de; COELHO, C. N.; CORRÊA, A. de M. (orgs); DAMIANI, A. L. ... [et all]. **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Faperj, Anpege, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socio-espaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: OSAL: Observatório Social da América Latina. Ano 6, n.16 (ju. 2005). Buenos Aires: Clacso, 2005. (p.273-283). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16MFernandes.pdf>. Acesso em: 03 abril 2009.

FIGUEIREDO, M. da P. C. Algumas notas sobre os conceitos de exclusão e desterritorialização. In: BEZERRA, A.C.A.; GONÇALVES, C.U.; NASCIMENTO, F.R. do; ARRAIS, T.A. (orgs). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007.

FORTALEZA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Fortaleza**. Lei nº 7.061, de 16 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a política urbana do Município de Fortaleza, sendo o principal instrumento da política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana, define as macrodiretrizes, as diretrizes anteriores nos aspectos estruturantes e condicionantes do desenvolvimento, o ordenamento das funções urbanas, compatíveis com as determinações da lei orgânica, para viabilização da política urbana no horizonte do ano 2000. Diário Oficial [do] Município de Fortaleza. Fortaleza, CE, 20 jan. 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23º Ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2005**. Belo Horizonte: Informativo CEI, 2007. Disponível em<http://www.fjp.gov.br/produtos/cei/infocei_deficitbr2005.pdf>. Acesso em: 26 set. 2007

GIRÃO, Juliana. Cidades Imagináveis. **O Povo**, Fortaleza, 2 dez. 2007. Caderno Vida e Arte, p.4-7.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: **Saúde soc.**, vol.13, n.2, maio/ago. 2004. (p.20-31). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências)

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. [Tradução de Armando Corrêa da Silva]. São Paulo: Hucitec, 1980.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HIRSCH, Joachim. **El Estado nacional de competencia**: Estado, democracia y política en el capitalismo global. Coyoacán: Universidad Autónoma Metropolitana, 2001.

HOFLING, Heloísa de Matos. Estado e políticas (Públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**. Ano XXI, n.55, Nov. 2008. (p.30-40).

IKUTA, Fernanda Keiko. **A Questão da moradia para além de quatro paredes**: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP. Presidente Prudente: [s.n.], 2003. Dissertação (Mestrado).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Censo 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

INSTITUTO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DA UECE – IEPRO. **Redefinição de Metodologia para Aprovação de Loteamentos Populares e Obras em Áreas de Assentamentos Subnormais, com elaboração de manual de procedimentos**. Fortaleza, maio, 2007.

JACOBI, Pedro Roberto . **Cidade e meio ambiente** - percepções e práticas em São Paulo. 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. [Tradução de Sérgio Martins]. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. [Tradução: Rubens Eduardo Farias]. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. [Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Maria Helena Beozzo de. Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro. VALLADARES, Lícia do Prado (org). **Habitação em questão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. Coleção Urbanismo.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estud. av.** [online]. vol.17, n.48, 2003, pp. 151-166. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/17n48a13.pdf>> Acesso em: 22 jul 2009.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O capital. [Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 17 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOURA, Aldebaran; COSTA, Graça; GOMES, João. O movimento de reforma urbana e sua relação histórica com o movimento de mulheres na construção do direito à cidade, em Belém. In: GOLVEIA, Taciana (org), FERREIRA, Simone (colab.). **Ser, fazer e acontecer: mulheres e o direito à cidade**. Recife: SOS COR PO – Instituto Feminista para a Democracia, 2008.

MOURA, Ricardo. Ocupações mudam perfil da cidade. **O Povo**, Fortaleza, 20 dez. 2007. Caderno Fortaleza, p.3.

NOGUEIRA, Aída Pompeu. Desvendando o habitar no espaço urbano periférico: conjuntos de habitação social em Sapopemba, São Paulo. In: OLIVEIRA, A.U.; CARLOS, A.F.A. (orgs). **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária. In: MOREIRA, Ruy (org). **Teoria e Crítica**. O saber posto em questão. Petrópolis: Ed Vozes, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. Prefácio. In: MARICATO, E. **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Edição Ilustrada. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

PEDRAZZINNI, Yves. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Until. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. 5 ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto**: 80 anos de história contados pela Folha. São Paulo: Publifolha, 2002.

PORTO ALEGRE, Maria Silvya. **Os ziguezagues: Dr. Capanema**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA – PMF. **Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima – Projeto Orla Fortaleza**. Novembro, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Aauto Lúcio (orgs). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Terra**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Aauto Lúcio. Plano Diretor e gestão democrática da cidade. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Aauto Lúcio (orgs). **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Terra**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

RIBEIRO, Simone Cardoso; SOUZA, Alexsandra Bezerra de; BESERRA, Théophile Michel A. C. Uso, ocupação e impactos sócio-ambientais de planície Flúvio-marinha do Rio Ceará – o exemplo de Vila Velha/Fortaleza-CE. In: **Cadernos de Cultura e Ciência**. Vol 2., n. 2. Universidade Regional do Cariri, maio/2007. Disponível:< [http://cadernos.urca.br/pdf/artigos/Suplemento Especial/ISGFN/Trabalhos/ISGFN_Trab36.pdf](http://cadernos.urca.br/pdf/artigos/SuplementoEspecial/ISGFN/Trabalhos/ISGFN_Trab36.pdf)>. Acesso em: 03 março 2009.

RONILK, Raquel. Cidades: O Brasil e o Habitat II. In: Revista Teoria e Debate. nº 32 - julho/agosto/setembro de 1996. Acesso em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/News/article.php?storyid=2234>>. Disponível em: 15 jul. 2008.

ROSSI, Angela Maria Gabriella. Habitação e a cidade sustentável. In: **Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC**. Florianópolis, SC. Julho/2006. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/atividades/TEXTOS/texto_475.html>. Acesso em: 08 jul. 2008.

SABATINE, Francisco, Segregação residencial na cidade latino-americana: uma discussão de interpretação com relevância prática. In: ROJAS, Patrício Antônio Vergara. **Desenvolvimento endógeno: Um novo paradigma para a gestão local e regional**. Fortaleza: IADH, 2004.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALADARES, Lícia do Prado (org). **Habitação em questão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (pp. 17-47)

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a.

SANTOS, Milton. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002b.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **Urbanização Brasileira**. 5 ed., 1, reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Everton Alves da. **A reorganização do espaço urbano, um estudo de caso: a construção dos conjuntos habitacionais no bairro Vila Velha**. UECE, Monografia de Especialização. 2003.

SILVA, Edson Vicente da; PEREIRA, Raimundo Castelo Melo. Problemas ambientais e unidades de conservação no Estado do Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SOUZA, Maria Salete de ... [et all] (Org). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. Edição Ilustrada. 2 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982a.

SINGER, Paul. **A Crise do “milagre”**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A “Ingovernabilidade” do Rio de Janeiro – algumas páginas sobre conceitos, fatos e preconceitos. In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio A. G. (orgs.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza – Uma análise da estrutura urbana. In: **3º Encontro Nacional de Geógrafos – AGB**. Fortaleza, 19-17 jun. 1978.

SOUZA, Maria Salete de. Segregação Socioespacial em Fortaleza. In: SILVA, José Bozarcchiello da.; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Eliza; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (orgs.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Notas de aulas**. Disciplina: Urbanização e cidade. Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza. 08 a 12 set. 2008

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In: **Revista Território**. Ano 3, n.4, Rio de Janeiro, jan.jun 1998.

SPOSITO, Marília Pontes. A produção política da sociedade. In: MARTINS, José de Souza (org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEARÁ – SEMACE. **Área de Preservação Ambiental do Estuário do Rio Ceará**, 2006. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br>> , Acesso em: 5 mai. 2007.

SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMACE. **Plano de Manejo do Estuário do Rio Ceará**. Fortaleza: SEMACE/FCPC, 2005.

TASCHNER, Suzana Pasternak. O Brasil e suas favelas. In: ABRAMO, Pedro. **Cidade da informalidade**. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. O significado político de movimentos sociais que buscam interferir em decisões de governo concernentes à alocação de recursos públicos. In: **Acta Scientiarum**, Maringá, 2001. (p.241-249). Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/2797/1905>. Acesso em: 10 março 2009.